

DDAIR JOSÉ ARAGÃO ALVES



DESTERRITORIALIZAÇÃO PRODUTIVA NO MARAJÓ:

análises geográficas no município de Breves
pós-declínio da atividade madeireira (2000-2015).



GAPTA

Odair José Aragão Alves

Autor

**DESTERRITORIALIZAÇÃO PRODUTIVA NO
MARAJÓ: ANÁLISES GEOGRÁFICAS NO MUNICÍPIO
DE BREVES PÓS-DECLÍNIO DA ATIVIDADE
MADEIREIRA (2000-2015)**

GAPTA/UFPA

Belém

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GRUPO ACADÊMICO PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E MEIO
AMBIENTE NA AMAZÔNIA

Reitor da UFPA: Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho
Líder do GAPTA: Prof. Dr. João Marcio Palheta
Editor de Publicações do GAPTA: Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
Gerência e preparação do texto: Joyce Caetano
Fotografias: Breves Antiga: José Maria Sales (Arquivo Pessoal) /
Breves Atual: Patrick Souza
Capa: Manoel Sagica

Comissão Editorial GAPTA

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva
Prof. Dr. Adolfo Oliveira Neto

Conselho Editorial GAPTA

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues
Prof. Dr. José Sobreiro Filho
Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima
Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira

Conselho Consultivo GAPTA

Prof. Dr. Afonso do Ó – Universidade do Algarve
Prof. Dr. Antônio Carlos Freire Sampaio – UFU
Prof. Dr. Clay Anderson Chagas – UFPA
Prof.ª. Dra. Cynthia Simmons – Florida University
Prof. Dr. David Gibbs McGrath – UFOPA
Prof. Dr. Eduardo Shiavone Cardoso – UFSM
Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito – UNESP
Prof. Dr. Flávio Rodrigues do Nascimento – UFC
Prof. Dr. Gilberto Rocha – UFPA
Prof. Dr. José Sobreiro Filho – UFPA
Prof.ª. Dra. Judite Nascimento – Univ. Cabo Verde/UniCV
Prof.ª. Dra. Lisandra Pereira Lamoso – UFGD
Prof.ª. Dra. Maria Célia Nunes Coelho – UFRJ
Prof. Dr. Robert Walker – Florida University
Prof. Dr. Rui Moreira – UFF
Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa – USP
Prof. Dr. Otávio Jose Lemos Costa – UECE
Prof. Dr. Raul Vincens – UFF

Odair José Aragão Alves

Autor

**DESTERRITORIALIZAÇÃO PRODUTIVA NO
MARAJÓ: ANÁLISES GEOGRÁFICAS NO MUNICÍPIO
DE BREVES PÓS-DECLÍNIO DA ATIVIDADE
MADEIREIRA (2000-2015)**

GAPTA/UFPA

Belém

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Alves, Odair José Aragão

Desterritorialização produtiva no Marajó :
análises geográficas no município de Breves
pós-declínio da atividade madeireira (2000-2015) /
Odair José Aragão Alves. -- 1. ed. -- Belém :
GAPTA/UFPA, 2020.

ISBN 978-65-87842-01-1

1. Amazônia 2. Madeira - Exploração - Amazônia
3. Marajó, Ilha de - Aspectos econômico - História
4. Marajó, Ilha de - Aspectos sociais - História
5. Marajó, Ilha de - Geografia 6. Município de
Breves - Amazônia - História 7. Política econômica
I. Título.

20-39153

CDD-338.898111

Índices para catálogo sistemático:

1. Atividades madeireira : Município de Breves :

Marajó : Economia 338.898111

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Os conceitos, declarações e opiniões emitidos nos manuscritos são de
responsabilidade exclusiva do (s) autor (es).

Todos os direitos reservados Ed. GAPTA/UFPA

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E DESTERRITORIALIZAÇÃO: UM ENFOQUE CONCEITUAL	15
<i>O Território e a territorialidade</i>	18
<i>Desterritorialização produtiva</i>	31
A AMAZÔNIA MADEIREIRA E A QUESTÃO AMBIENTAL	37
<i>A exploração vegetal na Amazônia</i>	38
<i>A questão madeireira no Pará e sua decadência (2000-2015)</i>	46
DESTERRITORIALIZAÇÃO PRODUTIVA E MUDANÇAS NO MARAJÓ: ARRECADAÇÃO, DESEMPREGO E VIOLÊNCIA NA CIDADE DE BREVES (PARÁ-BRASIL)	53
Breves em breves palavras	55
Arrecadação e criminalidade em Breves	68
A decadência da madeira e o possível aumento do índice da criminalidade	82
Dinâmica territorial brevese: Novas territorialidades nos últimos 15 anos, na perspectiva dos atores envolvidos	85
Os movimentos sociais	87
O comércio e os serviços	94
A indústria madeireira remanescente	100

ANÁLISES GERAIS DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS EM BREVES PÓS-DECLÍNIO DA ATIVIDADE MADEIREIRA (2000-2015)	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	119
Sobre o Autor	126

APRESENTAÇÃO

Atualmente no Brasil são marcantes as pressões e restrições impostas por vários órgãos e demais segmentos da sociedade mundial com vistas a reduzir o uso predatório dos recursos naturais. Contudo, ainda é bastante notória a exploração desses recursos, sendo assim, a atividade madeireira foi uma das grandes responsáveis por grandes áreas desmatadas.

Por muitas décadas a atividade madeireira figurou, e ainda figura, entre as principais atividades a nível regional e nacional, isto devido à grandiosidade e a diversidade ainda existente numa das maiores florestas do mundo, a Amazônica. Aqui, nos propomos analisar os fatores que contribuíram para o processo de transformação/alteração na estrutura social, política e econômica de uma parte do espaço amazônico, o município de Breves (Marajó-Pará), que, há algumas décadas teve como principal responsável pela (des)estruturação de seu espaço a atividade extrativista vegetal. Contudo, é necessário assinalar que outras atividades economicamente rentáveis, mas sempre de cunho extrativista, já tiveram papel importante no desenvolvimento socioeconômico do município em estudo.

Com a posterior decadência, a (re)organização do espaço brevesense e por um pouco mais de cinco décadas e em seu ápice esta atividade promoveu inúmeras oportunidades de empregos e geração de renda principalmente para o município de Breves e seus entornos.

Hoje o processo de reestruturação produtiva local, está baseado na atividade do terceiro setor da economia. sendo capaz de assegurar, em parte, a subsistência da população brevesense e fortemente pautada no assistencialismo governamentais e no funcionalismo público.

No município de Breves, a década de 80 marca o apogeu da indústria madeireira, o fortalecimento da migração rural e o consequente aumento da população urbana deste município, mas é importante destacar que já a partir das décadas de 1960/1970 esta atividade já se apresentava em plena produção, paralelamente a outras atividades e que ela se tornou impulsora e desencadeadora de

uma nova alternativa de subsistência aos moradores, destacando-se, por exemplo, o comércio, que logo passou a se desenvolver por conta de inúmeros fatores, entre eles a necessidade e manutenção da população que se estabeleceu na cidade, em virtude da oferta de empregos provocados pela indústria madeira e também por empreendimentos econômicos que passaram a ser notórios na cidade de Breves.

Diante da promissora atividade econômica no referido município, a extração vegetal e a conseqüente produção de madeiras destinada tanto para o mercado nacional quanto o internacional, fizeram com que Breves passasse por intensas transformações em seu espaço socioterritorial, tornando-se como um dos principais polos madeireiros e configurando-se (com outros municípios do Marajó) uma das *zonas madeireiras*¹ da região, com isso, contribuindo para certo desenvolvimento local, mas que trouxera alguns resultados negativos para os moradores do município com a derrocada deste ciclo.

Este ciclo não foi duradouro e nem trouxe o desenvolvimento esperado, mas as alterações provocadas por este foram marcantes no espaço brevesense e por consequência, refletiram também em sua cultura. Pois, inúmeras foram as famílias que buscaram melhorias de vida na cidade com vistas ao acesso a bens e serviços considerados modernos.

É a partir da segunda metade do século XX, que o município de Breves vive o apogeu e os indícios do declínio de sua principal atividade econômica, a indústria madeireira, que se desterritorializaria deixando um legado de incertezas, pois tal atividade sofre intervenções através de órgãos nacionais e internacionais, objetivando restringir o uso do recurso vegetal em diversas escalas. Mas que mesmo assim, apenas algumas empresas ainda continuam na ativa, porém, “adaptadas” a essa nova realidade para que possam garantir o fornecimento dos recursos florestais madeireiros de origem lícita.

¹ O conceito criado a partir das pesquisas desenvolvidas pelo IMAZON sobre a atividade madeireira. Consiste num aglomerado de polos madeireiros com produção madeireira significativa para a região ou Estado.

Dessa forma, surgem “alternativas” que “modelariam” novamente o espaço brevense, as quais perduram e são consideradas como principais da base econômica: a atividade ligada ao terceiro setor da economia, o comércio e a prestação de serviços, pois com a expansão destes, passa-se a garantir melhorias na qualidade de vida dos moradores do município de Breves e de municípios circunvizinhos, podendo até ser visto como a atividade econômica que trouxe melhorias que superaram a atividade anterior, principalmente por aqueles que dependiam diretamente e indiretamente do funcionamento das madeireiras. Contudo, o município ainda tem como fontes de subsistência, por exemplo, o plantio/agricultura, a criação de animais de pequeno porte, ambos desenvolvidos nos moldes tradicionais, além da extração de produtos florestais não madeiros.

Portanto, a *nova* base econômica, contribuiu para que o município ganhasse outra organização socioterritorial. Porém, vários são os problemas sociais que assolam a sociedade como um todo, principalmente a violência.

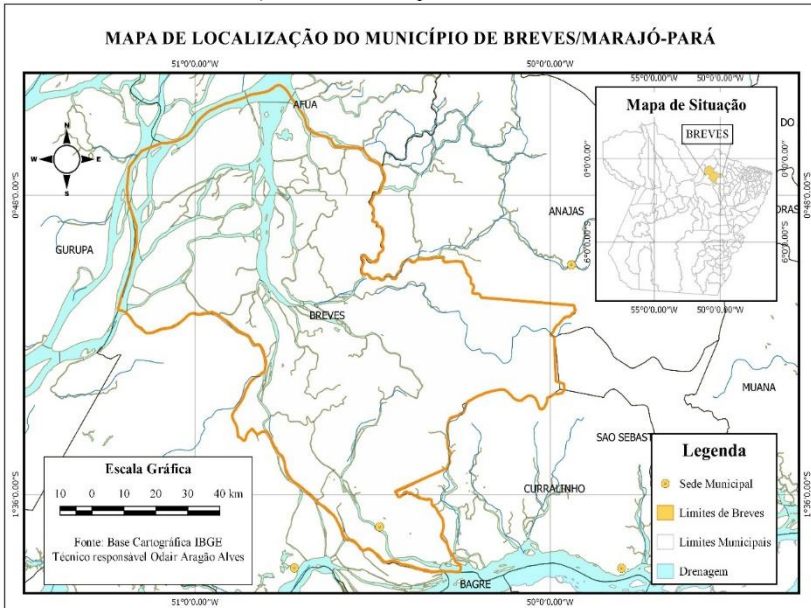
Com o início dos programas de incentivos por parte do Governo Brasileiro para a exploração e povoamento da região amazônica a partir da década de 1960, a imigração, que de forma geral e naturalmente, foi também um dos fatores que contribuíram para o crescimento populacional local e responsável pela expansão dos pontos periféricos da referida cidade.

O município de Breves, localizado na Ilha de Marajó no Estado do Pará, Segundo Caetano (2014), a sede do município situa-se à margem esquerda do Rio Parauaú, distante 160 km em linha reta de Belém, tendo como principal forma de acesso o transporte fluvial, com duração média de 12h de viagem para a capital do Estado, Belém; e por via aérea em até 45 minutos de duração. Limita-se com outros municípios marajoaras, ao norte: Afuá e Anajás; ao sul: Melgaço e Bagre; a leste: Anajás, Currelinho e São Sebastião da Boa Vista; e a oeste: Melgaço e Gurupá.

O nome Breves é um designativo do sobrenome de seus fundadores – Manoel Fernandes Breves e Ângelo Breves Fernandes, de origem portuguesa e radicados aqui desde 1738.

Naquela época, a atual Cidade de Breves era conhecida simplesmente como O Lugar dos Breves.

FIGURA 1 – Localização do município de Breves



Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

O município de Breves passou à categoria de cidade em 1882, em tempos de colonização portuguesa na Amazônia. A denominação está diretamente ligada a dois irmãos portugueses, Manoel Fernandes Breves e Ângelo Fernandes Breves, que na primeira metade do século XVIII se radicaram nessa porção da Ilha do Marajó, conhecida como Estreito Norte do Boiuçu, na missão dos Bocas (Secretaria Municipal de Educação de Breves, 2011).

Breves, ao longo de sua história, sempre teve relevantes e importantes fontes de obtenção de recursos responsáveis por certo desenvolvimento local e de subsistência aos seus moradores e demais municípios que a tem como polo, assim como de subsídios para grandes empresas em diversas escalas e sempre marcadas por mudanças em sua estrutura produtiva, fazendo com que, dessa

forma, houvesse constantes alterações em sua base econômica. Porém, voltadas para o extrativismo, principalmente o extrativismo vegetal, atividade econômica esta que perdurou nas últimas décadas contribuindo, ao longo do tempo, também para o fortalecimento do comércio que atenderia tanto a população já residente assim como aqueles que vinham se constituindo em virtude das oportunidades de emprego que as madeireiras propiciavam.

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E DESTERRITORIALIZAÇÃO: UM ENFOQUE CONCEITUAL

O uso da categoria geográfica território há muito tempo vem sendo utilizada como base bibliográfica que subsidia as discussões para a definição das diversas formas de uso e apropriação de recursos naturais, na delimitação de espaços de (sobre)vivência sociocultural, além de representar posse, domínio e poder (RATZEL apud MORAES, 1990).

É, neste sentido, relevante para buscarmos a compreensão, o entendimento da dinâmica que se desenvolveu a partir do processo de produção do espaço madeireiro que se constituiu ao longo de seu ciclo em diversas escalas e em vários municípios da Região Amazônica², porém, restritos a algumas áreas. Sobretudo, em meados da década de 1960 era concentrada nas florestas de várzea situadas nas margens dos rios Pará, Tocantins e, em menor escala, Amazonas (VERÍSSIMO; LIMA; LENTINI, 2002, p. 15), e que foram ampliadas à medida em que os processos de ocupação da região, propostas pelo governo da época, foram se concretizando.

Assim, na organização e estrutura econômica dos municípios da região amazônica onde predominava o extrativismo vegetal, mais precisamente a atividade madeireira, as mudanças no cenário foram consideráveis e diretamente responsáveis pelas alterações das dinâmicas locais, alguns espaços sendo produzidos outros reproduzidos, como foi o caso do município de Breves/Marajó-Pará.

Considerada como uma das principais formas de uso da terra no Pará, a atividade madeireira e sua exploração não manejada, representam diversos problemas ao meio ambiente, com isto, muitas são as tentativas de fazer mudar este cenário, tornando-se, assim, fatores desterritorializadores.

² Segundo Becker (2009), com 6,5 de quilômetros quadrados, a Amazônia sul-americana envolve, além do Brasil, sete países fronteiriços: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e a Guiana Francesa (que tem fronteira com o Brasil mas não é um país independente), e o Equador, que não possui fronteira com o Brasil.

No decorrer das décadas, em muitos municípios da Amazônia, algumas empresas passaram a reduzir a exploração da madeira, outras manejando, várias deixando de existir, devido a não “adequação” aos padrões de uso dos recursos madeireiros, e aquelas que buscaram conquistar outros espaços, reterritorializando-se. Dessa forma, “a espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização [...]” (GUATTARI; ROLNIK, 1886 apud HASBAERT, 2016).

Assim, com as desterritorializações, que neste caso e de acordo com Saquet (2015) se apresentam como dimensões sociais da desterritorialização (a econômica e a política) das empresas madeireiras, acentuaram-se os problemas socioterritoriais. Dessa forma, as mudanças na economia desses municípios implicaram no aumento de desempregados, provocando movimentos populacionais. Ressalta-se que tais movimentos também foram acentuados no período do ciclo madeireiro, mas em direção à área urbana. Em Haesbaert (2016), o imigrante que se desloca antes de tudo por motivos econômicos [...] pode vivenciar situações de desterritorialização, podendo também fazer parte de novas territorializações, pois, se apresenta como personagem que faz parte do processo de transformação de determinado espaço com seu trabalho. De acordo com Raffestin (1993), ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço, com a projeção do trabalho. Logo, constrói o território que, para o mesmo autor, se constituirá nas relações de poder. Baseado em Saquet (2005), espaço e território são distintos, epistemológica e ontologicamente, e são inseparáveis.

Sobre a produção territorial que se configura a partir das relações sociais em determinados espaços, em Saquet (2015), o território é o produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; [...] e da concomitante territorialização. Da mesma forma (SAQUET apud TURCO, 1988), o território é um espaço no qual se exercita um trabalho humano. É neste sentido que, historicamente, se deve a formação de espaços a partir de seus domínios e de sua apropriação, o surgimento e o fortalecimento de *novas* formas de usos dos recursos capazes de

estabelecer relações de poder entre os diferentes grupos ou indivíduos.

A Geografia enquanto ciência, ao longo dos anos, passou por intensas transformações. Podemos situar no tempo essas transformações a partir dos anos de 1970, isso devido ao surgimento e à consolidação de outras correntes teóricas. Da mesma forma se deram diversos propósitos que envolveram o conceito de território, este bastante questionado no seio da literatura italiana, por exemplo. Ao mesmo tempo, tem sido intenso o foco por inúmeros profissionais da Ciência Geográfica, sendo a mesma trabalhada por outras ciências como a História, a Antropologia, a Sociologia, por exemplo, os estudos na busca pelo entendimento dos diversos conceitos de território.

Por diversas partes do mundo, aconteceram importantes e inúmeras discussões que tratavam do processo de (re)construção do conceito de território, havendo assim grandes evoluções no que se refere aos aspectos teórico-metodológicos. Tal conceito, perpassando os campos de muitas ciências, assume o papel de destaque pós anos de 1970, mas sempre atribuído de diversos significados e sentidos (muitos, figurados) para a palavra território e todos importantes para a compreensão do espaço, pois partilham de ideias e estão imersos em relações de apropriação e dominação (HAESBAERT, 2004) de uma pequena ou extensa parcela geográfica, quer seja por indivíduo ou por uma coletividade.

É notório que muitos geógrafos têm demonstrado grandes preocupações com debates sobre os conceitos e categorias na Geografia, sendo uma preocupação que vem se alastrando há muito tempo. Contudo, é importante observarmos em Santos (1978) que:

Encontrar uma definição única para espaço, ou mesmo para território, [...] é tarefa árdua, pois cada categoria possui diversas acepções, recebe diferentes elementos de forma que toda e qualquer definição não é uma definição imutável, fixa, eterna; ela é flexível e permite mudanças (p. 7).

Assim, para o autor, percebemos que de acordo com seu uso pode sim adquirir diferentes significados o que contribui para um conceito de tipologia polissêmica, tal termo se repete na

própria Geografia das formas mais variadas possíveis. Talvez seja na Ciência Geográfica aquele campo do conhecimento onde a polissemia sobre o território é mais evidente. Diante de tais discussões referentes aos conceitos de território, Claude Raffestin (1993), assim como outros profissionais da Ciência Geográfica ou não, têm debruçado suas análises principalmente sobre esta categoria, além de trazer uma contribuição no bojo de debates sobre o importante conceito de território, tanto para os estudos da Geografia como para os estudos das demais ciências. Assim como relativizar tal conceito com o de poder, pois este emerge e passa a existir através de como se dão as coisas em determinadas parcelas do espaço, sabermos analisar e discernir dentro do contexto geográfico pode traduzir significados de força e informação. Assim, *território* e *poder* são fundamentais e centrais para conceber a construção de outro termo peculiar e resultado destes: o de territorialidade.

O território e a territorialidade

Muito tem se discutido as categorias de análises geográficas no âmbito da Geografia e demais ciências, como já fora citado, com intuito de compreender e entender as dinâmicas relacionais Homem/Natureza. Mas, tem sido uma tarefa bastante complexa quando nos referimos, por exemplo, a um conceito, o de território devido suas inúmeras definições criadas e debatidas por diversos autores, cientistas políticos entre outros profissionais, o qual acaba, muitas vezes, sendo analisado de forma confusa quando comparada com outra categoria de análise: o espaço. Isto, observado por Raffestin (1993), quando diz que os geógrafos são susceptíveis a erros ao analisar e discernir as disparidades conceituais, tendo-os como sinônimos quando, segundo o autor, devem e são considerados diferentes. O autor ainda afirma que espaço e território não apresentam analogias, sendo o primeiro, resultante da conversão da força de trabalho do homem sobre o mesmo, ou seja, dotado de intencionalidade humana.

Em Raffestin (1993), vamos encontrar uma concepção completamente diferente de território, seja no ponto de vista da sua influência por conta da base epistêmica/metodológica, ou no

sentido do processo de formatação de uma ciência sobre base positivista, ou seja, uma perspectiva de ciência moderna e procurando sair cada vez mais da influência da concepção filosófica positivista. Essa multiplicidade de territórios em algum momento, podemos pensar que, qualquer pesquisador, seja ele vindo da Antropologia, da Geografia, da Política, da Economia, etc., ele (o pesquisador) tem que ancorar sua perspectiva numa concepção analítica. Assim, as análises sobre o conceito-chave de território na Geografia estão intrinsecamente conexas e tomadas com a problemática dos processos de relações entre poder e território. Contudo, ressaltamos que o autor discorre e aborda uma análise de base econômica e política do território, evidente que o mesmo não desconhece a dimensão cultural.

Há de se considerar que, segundo Saquet (2015), dentre as disparidades conceituais entre alguns autores, existem duas coisas que são quase comuns a todos eles, a saber: o conceito de território e o de territorialidade. Um sendo o reflexo de um processo de produção, o outro enquanto sistema de relações. Destarte, nas palavras de Saquet (2007):

Todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos; tem um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, descontinuidades (descontinuidade-continuidade-descontinuidade), num único movimento; o novo contém, pois, o velho e este, aquele (p. 13).

Da mesma forma em que acontecem tais discussões tanto acerca das definições, quanto ao seu uso, surgem, no seio das retomadas as discussões do conceito de território e denominações de novos significados. Ao se falar desses significados, Raffestin, em sua obra intitulada *Por uma Geografia do Poder*, traduzida para o português em 1993, nos traz uma concepção que alude muito bem a compreensão de território relacionando-o ao conceito de espaço, onde:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

E complementa:

Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Ficando evidente que podemos entender o território como o controle jurídico, político, econômico, do espaço, por exemplo. Assim, ambos os conceitos seguem indissociáveis, porém não denota pontos de semelhança entre os mesmos, de acordo com Saquet (2005), não podemos deixar de compreender *território* para entendermos o espaço geográfico. Ainda em Raffestin, as relações de poder que é exercido entre os diversos atores, são os elementos indispensáveis na concretização de um território, pois “o campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (RAFFESTIN, 1993, p. 53) e são essas ações que fazem com que o território e as territorialidades se cristalizem em determinado espaço, onde “o território [...] é cena do poder e o lugar de todas as relações [...]” (p. 58).

Dessa forma, o resultado dessas relações se manifesta através do *poder*, segundo o autor acima citado, resultado da combinação de energia e informação e ambas sempre estão presentes simultaneamente em toda relação. E afirma que podemos entender

que um está relacionado ao outro, pois, é manifesta a ligação entre poder e saber, sendo que, de forma dissociada, não existirá informação assim como energia, ou seja, sempre uma combinação das duas (RAFFESTIN, 1993, p. 54).

Na conclusão de Raffestin, o poder se enraíza no trabalho. Assim, o território seria as relações de poder que são intrínsecas a determinado espaço. Sobre o exposto, Saquet, (2007) faz analogia ao que descreve Raffestin, o território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas (SAQUET, 2007 apud RAFFESTIN 1980/1981/1993).

Através dessas relações, a construção do território acontece, então, a partir das ações idealizadas e concretizadas por indivíduos ou grupos destes que revelam diferentes formas de usos da terra onde cada sociedade se organizará, pois para Silva (2006):

O território é um espaço natural ou humanizado, onde ocorre uma delimitação qualquer, com um uso ou múltiplos usos que implicam na manifestação de poder, podendo gerar ou não conflitos entre os personagens que vivem ou que se apropriam subjetivamente e efetivamente deste espaço (p. 48).

Sobre tais relações, o mesmo autor complementa:

Haja vista que a materialização das ações de apropriação é que vai determinar a importância e as características que um determinado território vai adquirir para um dado grupo. Isso transforma o território num trunfo particular enquanto espaço político, o campo de ação de diversas territorialidades, a ação da população e apropriação dos recursos por essa população (SILVA, 2006, p. 53).

Deste modo, os diferentes atores com o seu trabalho no espaço concretizam os territórios que são produtos desta ação. Ou seja, cada ator dispõe de uma parcela de poder através do trabalho de que é capaz, e é por esta razão que Foucault concorda que o poder vem de baixo (RAFFESTIN, p. 53). Assim, o conceito de

território é fundamentado nas relações de poder e que segundo o autor o poder está presente, fazendo parte do processo relacional.

Partindo do pressuposto de que os territórios se concretizam a partir dessas relações, Palheta da Silva (2004), corrobora que o território:

[...] passa pelas relações sociais, que também são produto e produtores de novas configurações territoriais e definem práticas reveladoras de diferentes interesses, que partem de diferentes atores sociais que no território expressam suas vontades, seus anseios, enfim suas práticas sociais, culturais, econômicas e políticas em diferentes contextos históricos, fazendo ocorrerem conflitos sociais de diferentes naturezas. [...] No território, está expressa a vontade e a materialidade de formas diferenciadas de poder seja ele político, econômico, social ou cultural, considerado isoladamente ou em combinação, mas que expressam a singularidade do território e dos atores sociais envolvidos, definindo práticas de governo em suas diferentes frentes (p. 55).

Ressalta-se que, desta forma, os territórios não de possuir suas diferenças de acordo como diversos grupos de atores que moldam o espaço e revelam suas características conforme suas relações com as dimensões: econômica, política, econômica, cultural, por exemplo. Diante disto, Raffestin (1993) diz que do Estado ao indivíduo, incluindo outras organizações de pequena ou grande esfera, encontram-se os atores sintagmáticos responsáveis pela “produção” do território.

Dessa forma, podemos dizer então que a combinação entre o conjunto de atores e suas diferentes ações no espaço resulta nas relações de poder, a partir disto, é construído o território. Nesta perspectiva observamos em Raffestin (2012), a construção do território é a consequência da territorialidade, ou seja, um conjunto de relações que a sociedade mantém com a exterioridade e alteridade para satisfação das suas necessidades. Sobre esse viés, diversas são as abordagens sobre os conceitos de território e o de territorialidade, pois resultam da atividade que o ser humano realiza no espaço.

Abaixo é sintetizado o conceito de território, segundo Raffestin.

FIGURA 03 - Quadro-Síntese da concepção de Raffestin (1967–2010)

Principais referências	Compreensão de território	Territorialidade	Abordagem
Pierre Monbeig Luis Prieto Sérgio Moscovici Michel Foucault Henri Lefebvre Edward Soja Gilles Deleuze Félix Guatarri Franco Farineli Eugenio Turri Angelo Turco	<ul style="list-style-type: none"> • Como fronteiras e frentes de ocupação/povoamento: economia e geopolítica. • Espaço modificado pelo trabalho (construído). • Resultado das relações de poder multidimensionais. • Contém signos da vida quotidiana; redes de circulação e comunicação; tessituras e nós – sistema territorial. • Produto e condição do processo de TDR. • Produto histórico e material. 	<ul style="list-style-type: none"> • Significa relações de poder: alteridade e exterioridade. • Relações bio-sociais e múltiplas (econômicas, políticas e culturais). • Corresponde ao vivido espaço-temporalmente. • Significa organização e mobilização política com vistas à conquista de autonomia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Híbrida-multidimensional. • Relacional, reticular, histórica e crítica não marxista. • Destaque para as redes, tessituras, nós e relações de poder (territorialidades). • (I)material envolvendo o território e a paisagem.

Fonte: Elaborado por Marcos Saquet (2006 a 2011) e reproduzido pelo autor.

Ambos os conceitos são intrinsecamente conexos e associados (territorialidade ao território) na Ciência Geográfica. Contudo, é proeminente ressaltarmos que, além destas visões (econômica, política, por exemplo), com o advento das discussões que primaram nos estudos geográficos sobre território, Ratzel (1990), de formação universitária naturalista, estaria preocupado em entender o território, pois, para ele, sua formação está ligada à sua compreensão das relações e das condições naturais nos processos de evolução da civilização, uma vez que em vários estudos sempre estreitava a relação entre o homem e terra. Todavia, não somente as relações dos seres humanos, mas destes com a natureza. De acordo com Ratzel podemos dizer, de forma geral, que processos civilizatórios foram acompanhados do fortalecimento entre a

conexão de comunidades e o solo que nele a recebe (RATZEL apud MORAES,1990, p. 72).

Portanto, são fundamentais as condições naturais para uma sociedade, como referência, exemplificamos o solo que ganha uma feição integradora. Ressalta-se que em sua principal obra *Antropogeografia*, Ratzel alude suas discussões com notória expressão sobre a relação dual homem/meio. Assim como foi destacada em seus estudos a relação homem e meio, enfatizamos o pensamento do autor anteriormente citado, quando o mesmo cita sobre seus estudos, que foram criticados por alguns positivistas na época, em favor da compreensão da Terra como algo indissociável daqueles que a viam como uma possibilidade de sobrevivência.

Para Ratzel (apud MORAES, 1990, p. 32):

A nossa ciência deve estudar a Terra ligada com esta ao homem e, portanto, não pode separar este estudo do da vida humana, tampouco da vida vegetal e animal. As mútuas relações existentes entre a vida, que sobre aquela se produz e se desenvolve, constituem precisamente o nexos entre uma e outra e, portanto, devem ser particularmente examinadas.

Assim, no ponto de vista ratzeliano, a ligação inseparável está relacionada entre a dimensão física, nesse caso, o solo e os recursos existentes, e a dimensão política do espaço que definirão o território. Segundo o mesmo autor:

(...) é fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence (RATZEL apud MORAES, 1990, p. 73).

Portanto, Ratzel entende o território como uma base, pela qual a vida humana se torna efetiva em conjunto com as condições naturais e de extrema importância para os diferentes povos, mas sob o domínio do Estado.

Em Haesbaert (2016), podemos observar um debate, para ele, relevante acerca deste assunto, pois:

(...) aquele que envolve a leitura do território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza) (HAESBAERT, 2016, p. 74).

Para ele, esta visão integradora se daria através das noções de território e que estão reunidas agrupadas em três vertentes básicas:

- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes mas não exclusivamente relacionado ao poder político do Estado.
- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho como produto da divisão territorial do trabalho, por exemplo (HAESBAERT, 2016. p. 40).

A análise do processo histórico de um conceito a partir da epistemologia de uma ciência é fundamental para a compreensão da dinâmica social contemporânea. É inerente à discussão sobre território no âmbito geográfico, assim como fundamental para os estudos relativos, por exemplo, à produção, apropriação e dominação do espaço. Com isto, observamos em Lefebvre a distinção entre apropriação e domínio do espaço, pois este, ao ser

modificado, alterado por grupos sociais através de suas práticas sociais e da técnica, ganhando uma conotação identitária, simbólica, o espaço natural servirá para atender às necessidades e às possibilidades de um grupo, assim, e de acordo com Lefebvre, este grupo se apropria deste espaço (LEFEBVRE apud HAESBAERT, 2006).

Porém, nem sempre podemos nos apropriar de determinados espaços e poder de dominá-los. Em alguns casos podem existir, segundo Haesbaert (2006, p. 23), a reapropriação dos espaços, ou seja, um processo de reterritorialização em sentido pleno. Da mesma forma que nos referimos ao território no sentido da apropriação social do espaço, podemos também nos referir a uma outra dimensão a do antropólogo Maurice Godelier, a dimensão material do território, assim citado por Haesbaert:

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar... Denominaremos território a porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como o lugar e os meios materiais de sua existência. (GODELIER apud HAESBAERT, 2002a, p. 20).

Nessa perspectiva, tal dimensão assume o caráter da materialidade e assim, e para os autores citados, o conceito de território emerge da realidade. Dessa mesma forma, segundo Saquet (2009), não somente as relações materiais e (i)materiais, mas um conjunto de fatores, entre os indivíduos resultam na construção do território, pois:

É nesse sentido que entendemos o território e a territorialidade como multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade. Na natureza, o homem vive relações. Na sociedade, o homem vive relações. Em ambas, o homem vive relações construindo um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial. O homem vive relações sociais, construção do

território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós e redes, constituindo o território (SAQUET, 2009, p. 87).

A construção social do território vem se dando, ao longo das décadas, por uma série de autores como Gottmann, Dematteis, Raffestin, Sack e muitos outros, tal construção realizada com concepções diferentes, mas que tem o homem como o centro das relações com a natureza.

Entendida por diversos autores como uma relação social, a territorialidade, neste sentido, Raffestin (1993) sustenta que é, essencialmente, a tradução de um sistema de relações que não afeta somente o território nem o deriva completamente e reitera:

(...) a territorialidade-adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

De tal modo como território e outros conceitos dentro da Ciência Geográfica, inúmeras são as discussões a respeito do conceito de territorialidade, dentre elas, várias são as dimensões que surgem em sua definição, umas perpassando, outras consideradas uma extensão do território, isto observado em Haesbaert (2007) que se refere à territorialidade sendo “uma concepção mais ampla do que território e a territorialidade como algo mais restrito, uma simples ‘dimensão’ do território, passando pela abordagem diferenciadora, que separa e distingue claramente territorialidade e

território” (HAESBAERT, 2007a, p.26). Ao longo do tempo, sua compreensão ganha contornos, ao passo que, sua definição vai além da abstração, imaterialidade conforme foi advertido pelo mesmo autor:

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas "algo abstrato", num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto "imagem" ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado (HAESBAERT, 2007, p. 25).

Para Haesbaert, a territorialidade numa visão teórica e ontológica reflete no espaço vivido, combinando a materialidade e a imaterialidade. Dessa forma, e como já mencionado, a territorialidade é o resultado das ações antrópicas sobre o território, tais ações a constituem através do trabalho, visto como uma categoria, porque ele está na origem do poder. Assim, convém assinalar que tanto a relação homem-território, como a relação homem-homem, em Raffestin, refletem em territorialidade que seria como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Dessa forma, Claude Raffestin, compreende a territorialidade como categoria que dá subsídios de análise entre as relações sociais e destas sobre o território, portanto, enfatizando que:

A territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade. (...) A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

De acordo com Abrão, Briskievicz e Meira (2013), a territorialidade é um processo, um conjunto das práticas e dos conhecimentos que o homem tem com a natureza e na sociedade, assim, relacionada com a de Raffestin quando se refere aos direitos que os indivíduos têm em satisfazer suas necessidades. Nesta perspectiva, Sack (1986) reconhecendo que territorialidade está diretamente vinculada entre as sociedades e o meio em que vivem, que passam a organizar espaço onde habitam, modelando e dando sentido ao mesmo. Segundo o autor, a territorialidade está incorporada nas relações sociais. A Territorialidade é sempre socialmente construída. Ela precisa de um ato do desejo e envolve múltiplos níveis de razão e significados (SACK, 1986, p. 31). Assim, para Robert Sack (1986), a territorialidade é uma conduta humana espacialmente envolvida nas diferentes escalas que vai do indivíduo ao nível global. Para o autor:

A Territorialidade aponta para o fato de que as relações espaciais humanas não são neutras [...] a interação humana, o movimento e o contato são também questões de transmissão de energia e informação, para afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e seus acessos às fontes. As relações espaciais humanas são resultados da influência e poder. A Territorialidade é a forma espacial primária do poder (SACK, 1986, p. 31-32).

Dessa forma, o indivíduo para impor controle e delimitação de uma determinada área cria o território, isto observado em Soja (1971) que se refere a um espaço politicamente organizado, podendo ser exclusivo de quem os ocupa e quem os define. Destarte, a territorialidade como reflexo e forma de delimitação espacial, sendo resultante da construção social. E isto, reflete nas relações com um espaço o qual não podemos definir a territorialidade, Saquet (2010), indica que o desdobrar das nossas ações diárias são as relações sociais e que correspondem, em outras palavras, à subjetividade da territorialidade e estas compõem o território da vida do indivíduo ou grupos sociais.

Dessa maneira, a territorialidade é compreendida por Saquet (2015, p. 129), como “o acontecer de todas as atividades

cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar (...).” As territorialidades, as mudanças ocorridas no território dão características às territorializações do próprio território, significando para o mesmo autor como as “relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com a natureza interior e com a sua natureza inorgânica, para sobreviverem biológica e socialmente”, reproduzindo-se, assim, nas dimensões: econômica, social, política e cultural, ganhando materialidade em determinados lugares.

Contudo, Haesbaert (2007) suscita, tais dimensões estão diretamente conexas na maneira como os seres humanos empregam o uso da terra e a forma dos mesmos se organizarem em determinados espaços, assim como dão significados aos lugares. E neste, é constituído o território de grupo social ou de cada indivíduo. Com isto, podemos dizer que há uma contemplação através das palavras de Saquet (2015), quando diz que:

(...) a territorialidade é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de domínios de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (p. 129).

Saquet e Briskievicz (2009) reiteram tal compreensão como:

(...) um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção de identidade e para a reorganização da vida cotidiana (p. 08).

Diante disto, Milton Santos (2007) assim se refere a este processo de relações afirmando que:

A territorialidade não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele

Desterritorialização produtiva no marajó

mantemos. Concluindo também que, o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, moramos, mas também um dado simbólico sem o qual não se pode falar de territorialidade (p. 83-84).

As relações sociais e as territorialidades estão conexas às atividades do cotidiano que os seres humanos têm com sua natureza exterior. Assim, reiteram Saquet & Briskievicz (2009), tais relações são intrínsecas e estas resultantes do processo de produção de cada território, tornando-se imprescindível na construção da identidade e na reorganização da vida cotidiana. Todavia, para Palheta da Silva (2004),

As estratégias de territorialidades que os atores sociais materializam no território dão origem a uma rede de relações sociais que tornam suas relações de poder mais solidificadas. Dependendo do momento histórico e do campo de força no qual eles estão envolvidos, criam estratégias para marcar suas presenças no território (p. 56).

Assim e embora a territorialidade seja obtida muitas vezes por relações de poder, estas nem sempre são visualizadas facilmente (PALHETA DA SILVA, 2004). Por mais cultural que possa parecer, a territorialidade é exercida através do poder, em um dado espaço humanizado ou não, por indivíduos ou grupos organizados. Dessa forma, a territorialidade pode ocorrer inúmeras vezes dentro de um mesmo território.

Desterritorialização produtiva

Atualmente, muito tem se falado e questionado de forma consistente sobre desterritorialidade, mas quando estudamos, discutimos desestruturação, (des)organização de território, reprodução do espaço, as mudanças no uso do território, expropriação ou as redefinições de formas espaciais, de acordo com Haesbaert (2007), podemos nos referir a um processo ininterrupto da desterritorialização. A exemplo disto, recorreremos à história humana que

sempre foi marcada por grandes movimentos migratórios, muitos desses resultantes de conflitos, expropriações que, de certa forma, contribuíram para uma (re)organização de um novo espaço. Segundo Oliveira (2016),

(...) as migrações acontecem porque, em razão de determinadas circunstâncias históricas ou de fatores da natureza, as pessoas são levadas a abandonar os seus lugares de origem ou os lugares em que viviam, em busca de alternativas de vida. Ou seja, as famílias e os indivíduos se deslocam para encontrarem um lugar onde possam se fixar e começar uma nova vida. Esse processo implica quase sempre em atravessar fronteiras, que muitas vezes não são apenas geográficas, mas ideológicas, linguísticas e culturais. Essas fronteiras estão sempre relacionadas com o Estado nacional, mesmo quando se trata de fronteiras internas e de migrações internas (p. 11).

Na Amazônia, tal dinâmica, através da apropriação em áreas urbanas e rurais, derivou numa forma de espacialização de inúmeros municípios, assim como a introdução de outras formas de produção econômica e espacial de cunho capitalista. Assim, quando falamos de desestruturação, por exemplo, falamos de uma perda mais fundamental das relações simbólicas, das relações mantidas com a natureza, historicamente construída, onde a simbologia ganha muito sentido, que é velozmente transformado pelo processo de mercantilização. Não é só o espaço que se mercantiliza, transformando logicamente o valor de troca, a possibilidade de compra e de venda, mas nós mesmos nos submetemos a esse processo. O processo de urbanização tem essa implicação, transformar os espaços em mercadoria e, também, a nossa própria existência.

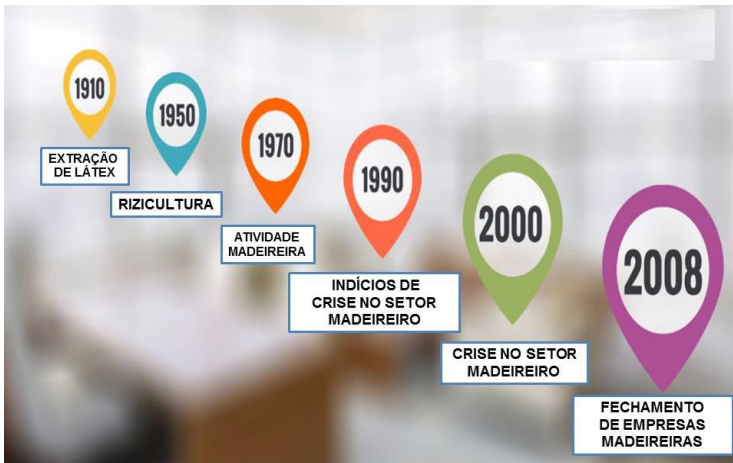
Nas últimas décadas, inúmeras são as mudanças que vêm ocorrendo na economia a nível mundial e estas trazem profundas transformações no processo de produção, refletindo, dessa forma, na atividade humana, ocasionando alterações no trabalho e assim provocando o aumento do desemprego. E muitas são as discussões sobre os temas relativos à teoria econômica e análises dos impactos

da reestruturação produtiva em diversos âmbitos e que, ultimamente, vêm provocando, de forma acentuada, estudos por diversos segmentos da sociedade.

Não diferente dos demais municípios amazônidas, Breves, no Estado do Pará, também passou por este processo de produção urbana no decorrer de sua história, principalmente a partir da década de 1970 em virtude, da inserção de um dos meios capitalistas de produção, a atividade madeireira. Esta se tornou uma das grandes responsáveis pela (re)estruturação econômica deste município. Mas, assim como outras atividades econômicas que se estabeleceram em Breves, e de forma cíclica, se apropria, chega a seu ápice e ao posterior declínio, causando profundas alterações no meio social, ambiental e econômico.

Abaixo (Figura 4), observa-se as principais atividades econômicas que se desenvolveram em Breves no decorrer das últimas décadas. É importante destacar que não existiu apenas uma atividade econômica para cada período e outro, mas, em alguns momentos, ocorreu a sobreposição.

FIGURA 4 - Linha do tempo das principais atividades econômicas de Breves



Fonte: Elaborado pelo autor, (2016).

Todavia, as transformações como reflexo das ações antrópicas através de seu trabalho e das formas como produz e reproduz

o seu lugar e que, assim, se organiza socialmente, ao mesmo tempo com as suas inúmeras manifestações, seja ela cultural, política, econômica, fomentam as suas delimitações territoriais, Haesbaert (2016) entende que tanto a sociedade quanto o espaço social são de grandezas similares. Não tendo como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem que possa estar inserido num determinado contexto geográfico, territorial (HAESBAERT, 2016, p. 20). Tal produção social do espaço, também nos remete a entender sua produção assim como compreender como ele (o espaço) se constrói, destrói e reconstrói, isto, pensado à luz da Geografia e, como dito, a partir das dinâmicas sociais, assim como os processos de produções capitalistas.

Demasiadamente, o termo, há mais de um século vem sendo discutido (em Haesbaert “O mito da desterritorialização” é verificado que o mesmo recorre ao sociólogo Emile Durkheim sobre os estudos clássicos sobre tal termo), e na Ciência Geográfica sua importância é também indispensável na compreensão do espaço e das relações vividas por inúmeros indivíduos ou grupos sociais e suas dinâmicas. Na concepção de outros autores, e também em Haesbaert (2016, p. 171), é vista como fenômeno que emerge nas distintas perspectivas: política, econômica, e cultural, logo que, essas dimensões estão vinculadas a diferentes concepções de território. Sendo que, a concepção de desterritorialização de natureza econômica é tomada como matriz e imprescindível para o percurso deste trabalho

Assim, para entendermos, segundo Haesbaert (2016), o processo de desterritorialização, é preciso compreender que o espaço ou o território não desaparece, mas muda de localização, ou melhor, adquire novo sentido relacional (HAESBAERT, 2016, p. 156). Por essa razão, para o mesmo autor, à medida que um território se desterritorializa, ao mesmo tempo, acontece a inserção de nova territorialização. Ou seja, cria-se um território a partir da existência de outro território. Logo estarão inerentes os processos de desterritorialização e reterritorialização. O autor nos aponta caminhos interessantes para compreender a interpretação geográfica não só, especificamente, da dimensão territorial, mas dentre outras dimensões. Assim:

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização (GUATTARI; ROLNIK apud HAESBAERT; BRUCE, 2002, p. 08).

Haesbaert e Bruce (2002) ainda enfatizam que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona determinado território, configurando-se, para eles, em uma linha de fuga e o processo de reterritorialização a construção do território.

Sobre o processo de desterritorialização, Haesbaert (2016) destaca que tal processo não é linear, de mão única, mas sim um processo que se caracteriza pela própria globalização. Concomitantemente, acontecem ambos os processos, desterritorialização e reterritorialização, na concepção do autor, os termos são indissociáveis. Contudo, o mesmo autor enfatiza dizendo que a desterritorialização é uma condição ambígua que combina vários benefícios e custos, com várias tentativas de restabelecer, onde ela não pode significar o fim de uma localidade mas a transformação em um espaço.

Em Saquet (2015), temos outras importantes contribuições para a compreensão do processo de desterritorialização a qual nos dá um detalhe considerado determinante nas dimensões tanto material quanto imaterial do território, resultantes das territorialidades sociais e das relações de poder, com isso, a dualidade novo e velho transformam-se em territorialidades, são movimentos inseparáveis do território. Para Saquet, o novo contém em si o velho. O ser deixa de existir sem desaparecer, contraditoriamente, e o nada passa a existir contendo em si algo de seu ser anterior. O ser e o nada, cada um dos dois, desaparece imediatamente em seu contrário (SAQUET, 2015, p.162).

Como já mencionado anteriormente, a desterritorialização de natureza econômica será enfatizada para o desenvolvimento desta, no entanto, a desterritorialização se apresenta também nas perspectivas política e cultural tendo, portanto, essa multiplicidade em suas dimensões. No caso do município de Breves, o processo de desterritorialização se deu no sentido de expulsão/conflito onde

a desterritorialização produtiva, ou seja, as atividades produtivas foram tiradas de Breves devido a fatores e políticas públicas (ambientais) nacionais e internacionais (pressão de outros países) ou pela falta de recursos florestais, causados pela extração excessiva de árvores no município de Breves.

Com a desestruturação da produção, houve a desterritorialização das empresas (algumas emigraram para outros municípios próximos) e dos indivíduos, que tiveram que sair da atividade madeireira e conseguir outras se inserir em outros ramos, desse modo, reterritorializando-se.

Essa reterritorialização não acompanha a atividade anterior, pois, alguns dos beneficiados com a atividade madeireira estão em ramos distantes da anterior, isto é, são atualmente servidores públicos, comerciantes, etc. E, com isto, houve uma diminuição do setor produtivo da madeira e uma diversificação de outros setores em Breves (extrativismo/manejo, comércio, serviços, plantio/agricultura, assistencialismo público, criação de animais), que reflete diretamente na circulação de dinheiro, porém, estimulou um êxodo rural que afeta o oferecimento dos serviços públicos de saúde, educação, etc. e no aumento da criminalidade no município. Com isso, não podemos afirmar que houve uma *destruição* deste território (madeireiro) pelo processo de desterritorialização.

Diante disto, convém ressaltar que o indivíduo ao se desterritorializar de uma base, se territorializa se reconstrói em outra, mas isso não significa que será em outra base territorial, ou seja, que pode ser considerado território. Os lugares se desterritorializam, no sentido das relações, quando ele se integra às diversas escalas: regionais, nacional e global.

Daí a importância do Estado, com ações descentralizadas para a valorização do município, do local. Isso no ponto de vista do controle da regulação social que, antes, era feito de forma mais veemente na escala nacional, hoje, passa a ser mais de forma em escala local. A globalização demonstra justamente que um lugar passa a ter uma importância muito maior do que se tinha antes, porque a globalização colocou em evidência que o processo produtivo e o alcance podem ser em todos os lugares, os evidenciou no processo de expansão das atividades.

A AMAZÔNIA MADEIREIRA E A QUESTÃO AMBIENTAL

Acentuados foram, e ainda são, os impactos sobre a população humana, em especial a amazônida, no decorrer das últimas décadas em decorrência das alterações nas formas de uso dos recursos florestais madeireiros, por diferentes agentes sociais que veem na Amazônia grandes potenciais econômicos, sobretudo, o recurso citado anteriormente e principal foco deste trabalho

Assim como outras atividades econômicas desenvolvidas na Região Amazônica, a atividade madeireira também foi estimulada através de programas e políticas de incentivos, possibilitando, assim, políticas de infraestruturas dentre elas as rodovias e as construções de usina hidrelétricas, acarretando problemas de cunho socioambiental, onde muitas populações foram impactadas pelo advento destas políticas, assim como o meio ambiente que passou a ter profundas degradações e redução dos recursos bióticos, por exemplo.

Tendo em vista que o desmatamento é uma das atividades antrópica que dissimula grandes áreas florestadas da Região Amazônica para atender distintos interesses econômicos, neste trabalho, voltar-se-ão às discussões acerca da exploração madeireira que durante décadas se apresenta como uma próspera atividade na Amazônia brasileira, em virtude de sua biodiversidade, bem como se deu o processo de exploração dos recursos florestais madeireiros de grande valor comercial e com uma forte demanda dentro e fora do território nacional, consolidando ainda mais a exploração deste recurso.

Assim, e com o passar dos anos, tornou-se preocupante o uso indiscriminado e as formas de obtenção das espécies vegetais de alto valor comercial, o que acarretou a redução de algumas espécies e o desaparecimento de outras. Isto fez com que várias medidas em diferentes escalas fossem tomadas com objetivo de reduzir as taxas de desmatamento na Amazônia resultando, assim, no fechamento de muitas empresas em todo o território brasileiro, em especial na Amazônia. Em particular no Município de Breves onde se discute o processo histórico de exploração dos recursos

florestais madeireiros que, em conjunto com o estado de Mato Grosso se configuraram nos dois principais desmatadores da Floresta Amazônica.

Os reflexos destas medidas políticas, onde a atividade madeireira era a principal atividade econômica, representaram grandes transformações socioeconômicas; a desestruturação logo foi sentida nos municípios onde predominavam tal atividade, com isso, várias “alternativas” foram implantadas visando a garantia de subsistência das populações, onde o resultado das pressões por diversos segmentos da sociedade global que buscam equilibrar o uso dos recursos com a preservação ambiental desencadearam o fechamento de muitas empresas madeireiras e, com isso, provocaram e incentivaram outras possibilidades de subsistência para a população brevesse.

A exploração vegetal na Amazônia

Historicamente, na Amazônia a base da economia era (e ainda é) voltada para a produção extrativista, impulsionada pela grande diversidade nela existente. Isto a tornou uma fonte de exploração por muitos séculos e por grandes potências europeias que desencadearam uma série de mudanças neste cenário e que são reflexos vividos na atualidade. Desde a sua formação territorial até as tendências atuais, a partir de 1996, uma nova fase no processo de ocupação regional se configura, caracterizada por políticas paralelas e conflitantes, que justificam sua denominação como “a incógnita do *heartland*”³ (BECKER, 2009).

Abrigando imensos recursos florestais, a Amazônia Brasileira corresponde a um terço das florestas localizadas nos trópicos em todo planeta e com uma diversidade incalculável e valores potencialmente econômicos com finalidades madeireiras. Indiscutivelmente, outras riquezas biológicas e de diversidade incomparável são de interesses para o mercado mundial, além do grande potencial econômico das reservas minerais. As dezenas de milhares de quilômetros de rios navegáveis constituem a maior rede

³ Para ver mais sobre o termo leia “Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio”, cap. 1.

hidrográfica do mundo onde a riqueza de espécies animais garante a subsistência de milhões de pessoas, dentre as quais os indígenas, extrativistas, ribeirinhos e quilombolas. Para Simonian, Silva e Baptista (2015):

Na Amazônia, tudo possui proporções gigantescas: tem o rio mais volumoso do planeta; é o maior conjunto contínuo de florestas tropicais e uma das maiores biodiversidades do mundo (p. 14).

Desde o período em que as sociedades europeias passaram a conhecer e explorar os espaços do Brasil na busca por riquezas, a Amazônia é uma importante região que figura entre as principais do ponto de vista estratégico brasileiro diante de outras nações. Da mesma forma em que vemos a grandiosidade e relevância, no sentido das riquezas naturais e da biodiversidade desta região, observamos também o ritmo das grandes e infundáveis destruições tanto de cunho social quanto econômico e, principalmente os problemas ambientais, que assolam a Amazônia desde que os primeiros europeus por aqui aportaram. Segundo Becker (2009), entre 1616 e 1777, efetuou-se a apropriação lenta e gradativa do território [...] e tendo como base econômica exportação das “drogas do sertão”.

Com isso, alterando a dinâmica do espaço amazônico em conjunto com as sociedades aqui existentes. Contudo, as relações entre as mesmas aconteceram de forma exploratória, primeiramente as indígenas e, posterior, as africanas trazidas para a sua inserção nas atividades econômicas. Com isso, e inicialmente, a floresta amazônica certamente a partir desse período passou a ter um uso de forma acentuada, porém, não podemos classificar como preocupante se comparado com o período em que de fato inicia-se o processo que ganharia contornos de exploração marcante dos recursos florestais amazônicos.

A busca pelo desenvolvimento e controle territorial amazônico não foi seguida de projetos sólidos, pois a forma como se deu o processo de efetivação da exploração regional no início da “conquista” do vasto território foi bastante arbitrária, vários são os resultados negativos herdados desse período.

Sendo o extrativismo uma das principais formas de uso da terra na Amazônia e praticada por diversos agentes sociais, dentre

os quais: indígenas, caboclos amazônidas e da mesma forma como os demais brasileiros. É importante destacar neste contexto as comunidades ribeirinhas, por exemplo, estas desenvolveram formas entre elas os saberes tradicionais de estreitar sua relação com o meio e, assim, poder usufruir dos recursos oferecidos pela natureza: a pesca, a coleta de frutos, a caça e as atividades de plantio e cultivo de alimentos para o complemento de suas subsistências. De acordo com Machado (1997), “(...) as realidades tanto da floresta quanto dos índios foram obscurecidas pela imagem do "espaço vazio", provavelmente porque a base do controle territorial era externa à região” (MACHADO, 1997, p. 31).

Com a inclusão da Amazônia no contexto global de produção, recordamos o ciclo da borracha que impulsionou este processo e promoveu alterações nos padrões da produtividade a partir do momento que houve a importância do produto para outras indústrias e a consequente exploração tanto da matéria prima quanto da mão de obra empregada no desenvolvimento desta atividade, os espaços passaram a ser moldados de acordo com as formas capitalistas de produção e muitas sociedades sendo excluídas de seus espaços ao mesmo tempo. O *boom* da borracha modificou as condições locais de tal forma que pela primeira vez o termo "Amazônia" foi empregado para designar o extremo Norte. (MACHADO, 1997, p. 22). Logo, Belém e Manaus despontaram como as principais capitais, locais de escoamento da produção e basilares elos entre metrópole e colônia.

Sobre tal período, Machado (1997) diz que:

A economia da borracha marcou o início da intervenção norte-americana na região amazônica e, de forma geral, na América do Sul e, além disso, foi responsável pela integração da área ao mercado internacional (p. 22).

A participação de militares na Amazônia foi fundamental no processo de urbanização amazônica. Pois, assim como as iniciativas economicamente produtivas e as inúmeras construções logísticas davam suporte aos empreendimentos, os militares foram agentes sociais que fizeram parte diretamente do processo de ocupação e de urbanização regional quando foram transferidas

unidades militares para a Amazônia, isto na década de 1970. Sobre o processo de urbanização, quanto fenômeno constatado há séculos no continente europeu e que suas adjacências podem ser observadas ao longo do século XX, onde o crescimento da população urbana ultrapassa em números a população rural. Becker (2005) nos mostra que desde 2000, 70% da população da Amazônia estava vivendo nos núcleos urbanos.

Diante do exposto, Becker (2009) corrobora:

Os surtos voltados para produtos extrativos de exportação, as estratégias de controle do território e os modelos de ocupação marcaram toda a formação territorial da Amazônia (p. 250).

Com uma população cada vez mais urbanizada, as possibilidades passaram a ser maiores, pois estas exercem maior pressão sobre o meio ambiente, a partir que a relação do homem com a natureza se dá de forma predatória contribuindo para o afloramento de outros problemas e de conflitos de cunho social e ambiental. É imprescindível mencionar que esta forma de apropriação desses espaços fez parte de políticas governamentais para a Amazônia. Becker (2006) se refere ao processo de formação dos núcleos urbanos e, segundo a autora, "[...] nos fez compreender que se tratava de um processo associado ao projeto nacional de rápida modernização da sociedade e do território sob o comando do Estado" (p. 19). Apesar disso, é necessária a harmonia entre desenvolvimento econômico e o uso racional dos recursos disponíveis na natureza, no entanto, as disparidades sociais permaneceram e o crescimento populacional em áreas urbanas, na Amazônia, foram reflexos de inúmeros conflitos no campo.

A questão ambiental emerge através dos discursos governamentais pautados em políticas como o da segurança nacional, contudo, é importante ressaltar que as origens das questões e problemas ambientais antecedem a década de 1970. A combinação entre industrialização/crescimento populacional levaria à busca e à exploração acelerada dos recursos naturais e, assim, à consequente redução destes. Preocupado com a garantia da qualidade ambiental, o Estado brasileiro, em 1973, cria a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), sendo resultante dos compromissos assumidos

durante a conferência de Estocolmo em 1972, na Suécia outras convenções ambientais merecem destaque como a citada anteriormente e a Rio-92.

A Região Amazônica Brasileira representa uma ferramenta estratégica para o Brasil, não devendo ser vista como “região problema” e sim como fonte de grandes investimentos que, de fato, atendam aos interesses regionais. A ocupação recente da Amazônia, com vistas a uma maior integração nacional e internacional, a exploração de seus recursos para a transformação de riquezas, significam a tônica deste século para tal região. Com isso, inúmeros foram os programas e projetos que foram implantados na região visando o desenvolvimento econômico e social, bem como sua integração nacional, através dos “Grandes Projetos”⁴.

Por essas e outras razões, não se pode deixar de notar a importância da defesa da Amazônia que é objeto com prioridade para os sistemas de defesas do país, criados e postos em prática como o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), com objetivo de monitorar a Amazônia assim como o seu tráfego aéreo. Contudo, é a maior região brasileira onde a grande parte de suas terras públicas tem o Estado como o seu principal gestor. Há de se destacar no contexto de proteção o papel das ONGs, onde a Amazônia é também objeto das suas ações e que levam em consideração as questões relativas ao meio ambiente causando certos problemas aos investidores de logísticas na Amazônia e acentuando conflitos.

No decorrer dos últimos séculos aconteceu em grande parte o processo de exploração da atividade madeireira na Amazônia, principalmente no estuário e às margens do rio Amazonas, lugar onde a floresta apresentava-se de forma profusa e, dessa forma, facilitava seu transporte e sua ascensão ao mercado em virtude de seus custos tornarem-se baixos. Levando em consideração o local de exploração até as serrarias, a extração, transporte e processamento, na Amazônia, cada um desses processos possui suas singularidades, logo, isto passou a fazer parte de estratégias da exploração madeireira.

⁴ Neste trabalho, os Grandes Projetos não serão enfatizados.

Tais particularidades estão ligadas com o local de extração, as madeiras que são extraídas em várzeas, o circuito espacial requer uma dinâmica onde a “jangada” torna-se o principal transporte entre a região de várzea até as serrarias e tendo um custo relativamente mais baixo do que as madeiras que são extraídas em terra firme, sendo estas transportadas por meio rodoviário ou fluvial (através de balsas), tornando-se dispendioso esse tipo de extração neste local.

A quantidade de madeira extraída, assim como outras atividades, está ligada em grande parte ao período sazonal. Na Região Amazônica, duas estações do ano são bem definidas durante o ano: inverno e verão, sendo este último, o período em que são mais acentuadas as extrações.

Após a década de 1960, várias foram as modalidades de cunho desenvolvimentistas (atração de investidores, construção dos elos entre a Amazônia e demais partes do Brasil, transportes, etc.) que, em conjunto, estimularam o desmatamento⁵. Diante disto, para Margulis (2003):

As atividades econômicas que estimulam a incorporação de novas áreas para a expansão da produção agropecuária e o desmatamento não dependem de subsídios ou transferências governamentais do restante do país, muito embora a região mantenha-se dele dependente em termos de mercados e de financiamentos (p. 38-39).

Assim, podemos perceber a realidade hoje vivida na Amazônia, vultosas retiradas da cobertura vegetal amazônica de formas ilícitas dão uma “nova” configuração ao espaço amazônida. É importante observar que as atividades ilícitas promovidas por madeireiros sempre fizeram parte dessa realidade mesmo com medidas governamentais severas, objetivando a contenção de crimes ambientais, mas que ainda são evidentes.

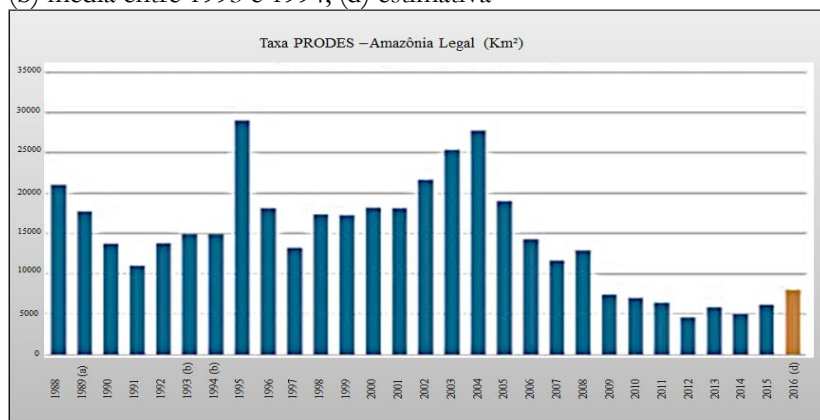
Várias são as medidas governamentais que têm por finalidade coibir as ações ilegais na floresta amazônica com vistas à

⁵ Para o INPE, desmatamento é "a conversão de áreas de floresta primária por atividades antropogênicas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias detectadas por plataformas orbitais".

redução dos desmatamentos; isto fez com que várias madeireiras e empresários que atuavam dessa forma avançassem a destruição florestal. A partir do ano de 2008, a operação realizada pela Polícia Federal denominada “Arco de Fogo”, preconizada em discursos sobre a contenção dos avanços do desmatamento na Amazônia, foi um dos fatores que contribuiu para a diminuição desta ação sobre a Floresta Amazônica Brasileira.

Observe a Figura 5 abaixo que, de acordo com o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), apresenta uma série histórica de desmatamento da Amazônia Legal, nesta figura considerando os Estados que compõem a Região Amazônica.

FIGURA 5 - Série histórica de Desmatamento da Amazônia Legal - Desmatamento anual da Amazônia Legal (km²) (a) média entre 1977 e 1988, (b) média entre 1993 e 1994, (d) estimativa



Fonte: INPE (disponível em http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4344).

A partir da década de 1970, na Região Amazônica, a extração madeireira mostrou-se como uma atividade que representava números crescentes quanto à expansão desta. Podemos relacionar este fato com o aumento populacional e a expansão agrícola regional e como resultado da expansão madeireira, o aumento nas taxas de desmatamentos. Isto pôde ser percebido, também, através de imagens de satélites, a partir da década de 1980, quando o Brasil

passou a monitorar o desmatamento amazônico, através do PRODES.

A Figura 5 mostra o caso do desmatamento na Amazônia Legal no período compreendido entre 1988 a 2016. Na figura verifica-se a quantidade de área desmatada por ano, revelando a grandiosidade da Floresta Amazônica e, de certa forma, a ação por parte de empresas madeireiras, assim, destacando a relevância desse recurso florestal, a madeira, como um dos elementos responsáveis pela configuração social, política, econômica e ambiental da Amazônia.

Como sabemos, a extração madeireira é uma das principais responsáveis pelo desmatamento, assim como as construções de estradas, a expansão acelerada da soja (isso exerce uma pressão sobre a produção agrícola para a região de floresta), entre outros processos que podemos relacionar “ocupação/desmatamento amazônico”. Neste trabalho, o desmatamento será relacionado à produção madeireira e não voltado para outros fins econômicos como a agropecuária.

Ainda sobre a Figura 5 acima, percebe-se que a partir do ano seguinte à operação policial acima mencionada, as taxas de desmatamento seguiram em ordem decrescente, isto representa a forte pressão do Estado, de organizações nacionais e internacionais que buscam formas para amenizar essas taxas e tentando mostrar que é possível conciliar o modelo de desenvolvimento econômico com o desenvolvimento sustentável⁶.

Contudo, ainda presenciamos em diversos meios de informações que o cenário atualmente ainda necessita que essas medidas, políticas sejam mais eficientes. Pois ao que parece, e contraditoriamente, a especulação de terras, que gera lucros exorbitantes, as contribuições na forma de incentivos por parte do governo brasileiro, entre outros fatores, se concretizam em grandes forças que estimulam o desmatamento da Amazônia brasileira.

⁶ De acordo com o Relatório de Brundtland (CMMAD, 1987), “desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”.

A questão madeireira no Pará e sua decadência (2000-2015)

Apresentando-se de distintas formas, a devastação da floresta amazônica, envolvida de um extremo ao outro, com projetos e programas voltados à agricultura, pecuária e à extração mineral, acabam impactando diretamente e de certa forma negativa sobre muitas sociedades. Isto se acentuou a partir da década de 1960 quando se dá a abertura de diversas fronteiras de exploração, sobretudo a madeireira, tudo de acordo com leis federais que buscavam promover o desenvolvimento regional. Assim, vários foram os programas implantados visando alcançar tal objetivo através de modelos que se baseavam em políticas de incentivos, como o fiscal. Tais incentivos, ainda são alvos de polêmicas por diversos autores, assim, podemos compreender que os mesmos (incentivos fiscais) financiavam o desmatamento da Amazônia brasileira.

No entanto e de acordo com Hurtle (2005, p. 20):

Os programas governamentais de desenvolvimento executados nos últimos 40 anos na Amazônia, apesar de serem insuficientes, têm mudado profundamente a estrutura econômica, demográfica e ecológica da região (p. 20).

Entre os programas e frentes de exploração econômica, segundo Castro (2007), a pecuária continua a ser a atividade por excelência responsável pela maior parte do desflorestamento, em razão das crescentes extensões de terra por ela ocupadas, da mesma forma para Margulis (2003), em termos da extensão dos desmatamentos, a pecuária é a atividade mais importante e que a agricultura tem um efeito em princípio muito pequeno sobre eles.

Diante deste cenário, para Fearnside (2003) a tendência continua sendo o avanço ininterrupto do processo de desmatamento.

Ao longo das últimas décadas, houve uma modificação contínua da floresta amazônica, o que levou a uma perda importante de cobertura florestal, dada a extensão das terras atingidas. Estados como Maranhão, Mato Grosso, Pará e Rondônia tiveram seu

uso do solo enormemente alterado, com redução de biodiversidade [...] (CASTRO, 2005, p. 06).

No Pará, segundo Veríssimo, Lima e Lentini (2002), durante mais de três séculos, a exploração madeireira ocorreu de forma esporádica no Estado. Contudo, nas últimas décadas os Estados do Pará e Mato Grosso vêm se figurando como os maiores desmatadores da Floresta Amazônica, sendo que ao longo dos anos, ambos permutando primeiro e segundo lugares. Apesar deste fato, desde 1960 a atividade madeireira no Pará vem se destacando no que diz respeito tanto à exploração quanto à exportação, sendo esta atividade a segunda mais importante do estado, pois a mineração mantém a liderança da atividade extrativista estatal.

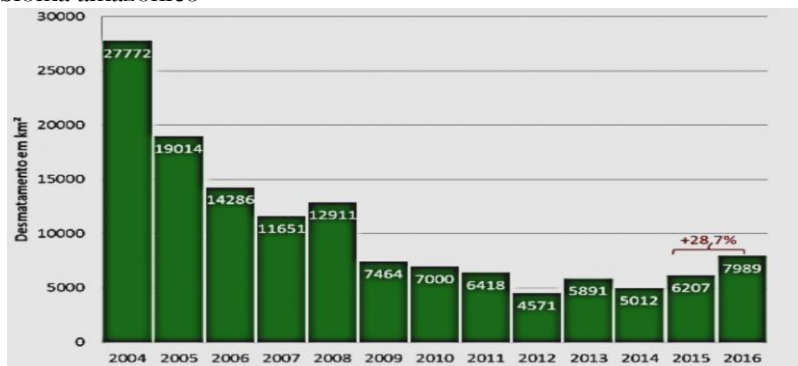
A exportação da madeira no Estado do Pará representa expressiva contribuição para a economia local, assim, fazendo com que a composição do Produto Interno Bruto (PIB) paraense torne esta atividade bastante significativa na dinâmica da economia estadual. Apesar disto, este cenário já vem há muito tempo sofrendo profundas mudanças no processo de exploração, onde a redução nas taxas de desmatamentos acenam para uma crise que já fora preconizada através de Leis Ambientais, Decretos, organizações não governamentais, além de fortes pressões por instituições nacionais e internacionais, assim como, segundo Menezes e Guerra (1998), a suspensão das autorizações para exploração do mogno e da virola entre os anos de 1996 e 1998.

A implantação de políticas florestais de cunho conservacionista, resultou em consideráveis diminuições no número de empresas que atuavam nesta atividade. Essas medidas que aconteceram de forma tardia, dessa forma, contribuíram para que muitas pessoas por questões de sobrevivência atuassem na ilegalidade.

Acompanhando a redução nas taxas de desmatamentos, o número de empresas voltadas para a exportação de madeiras teve seu maior declínio a partir do ano de 2008, refletindo diretamente nas condições socioeconômicas da população bem como as condições políticas, econômicas e estruturais do estado paraense. Mais uma vez, um importante elemento estratégico para o desenvolvimento regional trilha no caminho da decadência assim como

outros que não foram duradouros, mas não representaram problemas ao meio ambiente como o da extração do látex.

FIGURA 6 - A evolução da redução nas taxas de desmatamento na Amazônia Legal. Dinâmica de desmatamento nos últimos 13 anos no bioma amazônico



Fonte: PRODES/INPE. Elaborado por IPAM.

Os resultados logo são percebidos nas taxas de exportações, de acordo com a AIMEX (2017), a dinâmica nas exportações que aconteceram nos últimos anos no Estado do Pará se deu da seguinte forma com os valores distribuídos na Tabela 1 abaixo:

No ano de 1998, no Pará e de acordo com Veríssimo, Lima e Lentini (2002), o quadro de empresas⁷ que faziam parte dos 24 polos madeireiros (distribuídos em cinco zonas madeireiras: Central, Estuarina, Leste, Oeste e Sul) totalizaram 1.210, sendo que:

[...] esses pólos abrigavam 676 empresas madeireiras, das quais 602 eram serrarias, 43 eram laminadoras e 31 eram fábricas de compensados. Além disso, haviam 534 serrarias circulares localizadas principalmente nas regiões do estuário e baixo Amazonas (VERÍSSIMO, LIMA e LENTINI, 2002, p 23).

Com isso, o Pará passa a exercer uma acentuada exploração dos recursos florestais madeireiros, principalmente aqueles

⁷De acordo com Veríssimo, Lima e Lentini, 2002, os tipos de empresas madeireiras eram classificados em serrarias, laminadoras, fábrica de compensados e serrarias circulares (estas últimas equipadas com serras circulares, *induspane* engenhos horizontais).

destinados à exportação em grande escala, colocando o estado entre os principais exportadores de madeiras da Amazônia Legal, como se observa na Figura 8 abaixo. De acordo com as exportações do estado do Pará, a madeira perde apenas para os produtos provenientes da mineração. A partir de suas práticas, as empresas passam a evidenciar vários problemas, causam impactos no ambiente e, dessa forma, acabam fomentando as esferas governamentais e demais que definem e buscam instrumentos de regulação quanto aos usos desses e de outros recursos disponíveis na natureza.

TABELA 1 - Total dos valores das exportações de madeiras do Pará

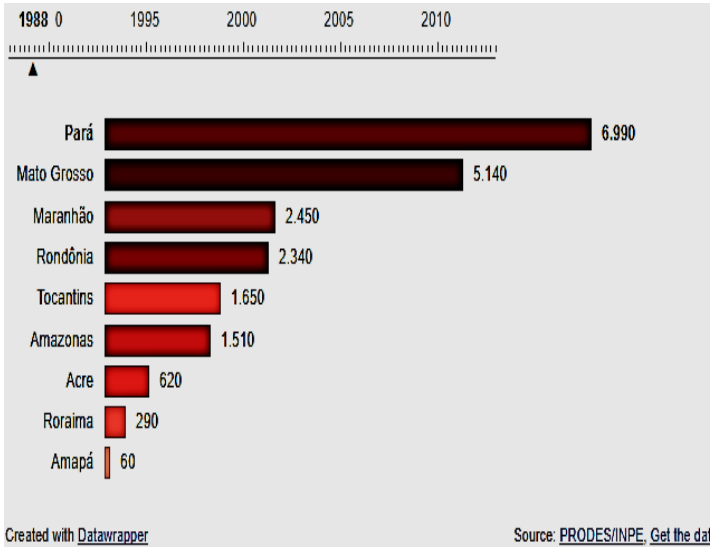
Ano	US\$ FOB ⁸	2008	631.240
2000	309.030	2009*	-
2001	286.264	2010*	-
2002	312.674	2011*	-
2003	372.545	2012	316.904
2004	543.442	2013	238.604
2005	575.203	2014	287.636
2006	645.201	2015	243.580
2007	792.820	2016	171.580

Fonte: DECEX. Elaborado por Odair Alves (2017), cálculo de AIMEX.

Com a redução dos valores provenientes das exportações de madeiras no Estado do Pará (Tabela 1) alterava-se ainda a dinâmica comercial em muitos municípios paraense onde a atividade madeireira era a predominante, o caso de Breves, pois o comércio local dependia quase que exclusivamente destas empresas o que resultou também no aumento de desempregados tanto em madeireiras quanto nos comércios de Breves.

⁸ De acordo com a AIMEX, FOB: *FreeonBoard*, expressão inglesa aplicada ao valor bruto de uma mercadoria, sem levar em consideração impostos e outros custos que são agregados ao preço final do produto.

FIGURA 7 - Principais desmatadores da Amazônia Legal, nos anos de 1988.



Taxa anual de desmatamento (em km²) – Evolução do desmatamento por estado na Amazônia, com destaque para o ano de 1988.

Fonte: O ECO (disponível em: <http://www.oeco.org.br/blogs/oeco-data/27897-mato-grosso-e-para-os-campeoes-de-desmatamento-na-amazonia/>)

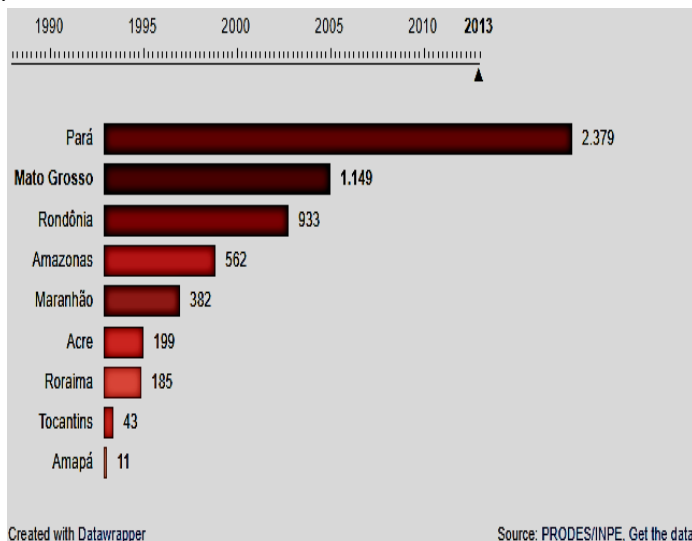
Segundo a Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará – AIMEX, nos anos compreendidos entre 2001 a 2008, as taxas de exportações tiveram uma grande evolução e com elas as taxas de desmatamentos.

A esse respeito, Castro (2005) afirma que:

As taxas de desmatamento ainda eram pouco conhecidas, mas os resultados de pesquisas mostravam dados que confirmavam o que já se sabia: o desastre da perda de riquezas naturais em troca de quase nada do ponto de vista do desenvolvimento regional, como a madeira nobre exportada em toras e o desperdício de outras toras derrubadas identicamente, ou a valorização no mercado de terras pela plantação de pasto (p. 12).

É importante destacar que não somente as empresas madeireiras são as principais responsáveis pelo vultuoso desmatamento da Floresta Amazônica, além destas, outras formas de uso e ocupação do solo amazônico provocam inúmeros e grandiosos desmatamentos como a pecuária, a agricultura das monoculturas, estão inseridos neste contexto.

FIGURA 8 - Principais desmatadores da Amazônia Legal, nos anos de 2013.

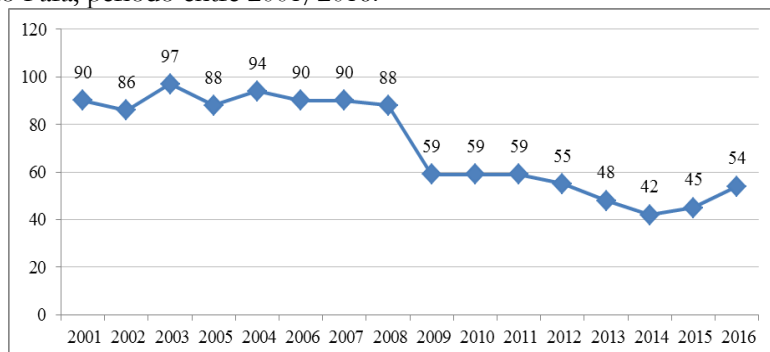


Taxa anual de desmatamento (em km²) – Evolução do desmatamento por estado na Amazônia, com destaque para o ano de 2013.

Fonte: O ECO (disponível em: <http://www.oeco.org.br/blogs/oeco-data/27897-mato-grosso-e-para-os-campeoes-de-desmatamento-na-amazonia/>)

De um lado, as fortes pressões nacionais e internacionais sobre essa forma de uso do solo por parte dessas empresas contribuem para que a partir de 2008 no Pará, muitas empresas exportadoras de madeira deixe de existir, como podemos observar na Figura 10. Por outro lado, as áreas desmatadas são convertidas em terras que, geralmente são usadas para a agricultura ou a pecuária, urbanização ou seguem os moldes das estruturas que farão parte da logística estrutural como as estradas, pontes, etc.

FIGURA 9 - Total de empresas madeireiras exportadoras no Estado do Pará, período entre 2001/2016.



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Elaborado por Odair Alves, (2017).

Ainda que haja redução tanto nas taxas de desmatamentos quanto no número de empresas madeireiras, essa atividade acompanhará o “desenvolvimento” da região, gerando emprego e renda para a população, mesmo que em grande parte sua exploração seja arbitrária ao processo de conservação/sustentabilidade. Isto parece seguir as formas predatória e irregular, sendo considerado até mesmo um determinado “padrão de exploração” da Região Amazônica. Essas agressões, possivelmente farão surgir impactos negativos nos demais recursos naturais como o abastecimento de água e, da mesma forma, na produção dos essenciais e vitais elementos como os remédios e alimentos, assim, tendo efeito direto sobre o clima o qual terá reflexo em diversas escalas. Isto pode estar atrelado à questão da insuficiência nas fiscalizações em virtude das grandes dificuldades de acesso em algumas partes da floresta.

Para isto, o Estado brasileiro, deve estar em conjunto e conexo com as estruturas e os recursos necessários para que as leis de preservação sejam aplicadas e válidas. Como forma ou alternativa, o manejo florestal, que pode reduzir os ganhos nos anos iniciais do processo de exploração madeireira, contribui para amenizar alguns problemas ambientais como também, a curto ou em longo prazo, podendo garantir a existência e sustentabilidade econômica nos próximos anos.

DESTERRITORIALIZAÇÃO PRODUTIVA E MUDANÇAS NO MARAJÓ: ARRECADAÇÃO, DESEMPREGO E VIOLÊNCIA NA CIDADE DE BREVES (PARÁ-BRASIL)

Nos últimos anos o Estado (enquanto instituição pública) se tornou o principal agente regulador do processo de urbanização, através do provimento da infraestrutura necessária à garantia da expansão urbana nas cidades. Esse processo responde às necessidades de materialização do valor-dinheiro na forma da apropriação do solo urbano, com forte valorização, via verticalização, dos espaços mais procurados das cidades, principalmente no centro, que concentra os serviços e comércio. Na periferia dessas cidades, esse processo assume a forma da incorporação de “áreas vazias”, por meio do estímulo às ocupações, planejadas e espontâneas, ao mesmo passo em que permite certa valorização de áreas anteriormente ocupadas, com processos de refuncionalização e/ou reorientação dos padrões de uso, pois, dessa forma, essas áreas podem ganhar outro sentido funcional.

Responsável por inúmeras transformações no espaço socioterritorial, a indústria madeireira que há muito manteve a economia do município de Breves, há algum tempo vinha perdendo seu poder, pois, com a exploração acelerada das florestas e os embargos propostos, a atividade madeireira aos poucos foi deixando de existir em muitos lugares e não foi diferente neste município por força de leis. O que levou Breves a uma incerteza, pois era sua principal base econômica e a que gerava grandes fluxos de pessoas e capital e que aquecia o comércio local, gerando emprego e renda direta e indiretamente, para a população brevensense e vários imigrantes de municípios vizinhos, principalmente. Diante deste fato, o que mais se temia e que se tornava uma preocupação era com o que a população poderia sofrer: o aumento dos problemas sociais e em qual base econômica Breves poderia se manter.

Com isto, dá-se ênfase ao comércio e aos serviços, que, ao longo das décadas, foram marcantes neste município, haja vista que o processo de urbanização se intensificou impulsionado pelos

imigrantes locais. Assim como aconteceu no período áureo da atividade madeireira, o êxodo rural foi determinante para uma nova configuração socioterritorial de Breves; este fenômeno fez com que várias famílias buscassem principalmente melhorias de vida, mas, em grande parte, não foi exatamente isto que aconteceu.

A começar pelas suas constituições em áreas afastadas do centro, muitas se abrigavam em moradias construídas precariamente, sem infraestrutura mínima (água encanada, rede de esgoto, iluminação pública, segurança), isto situado, principalmente, numa área da cidade denominada de Jardim Tropical⁹, local que recebeu inúmeros moradores de diversas partes do interior do município e de outros municípios vizinhos, dos quais muitos destes trabalhavam nas indústrias madeireiras devido às proximidade de seu local de trabalho e de moradia além da oferta de empregos em outras atividades na cidade de Breves.

É imprescindível mencionar que os serviços prestados no município de Breves, especificamente, os bancários, provocaram um impulso na especulação e valorização imobiliária não só na parte central. Com isso, houve a necessidade de muitos procurarem lugares mais distantes, estabelecendo-se, por exemplo, na área acima citada. Assim como em toda área que resultam de imigração em diferentes níveis, os problemas sociais são inevitáveis, ora em detrimento da falta de empregos, ora por falta de estrutura, incentivos, de políticas, pois a ineficácia ou ausência destas comprometem a garantia da qualidade de vida.

Dentre os problemas sociais mais comuns, estão a prostituição, drogas, furtos e roubos que acabaram se tornando numa alternativa para algumas pessoas por não terem, de imediato, uma forma de obtenção de renda para o sustento da família, então atentam para este lado como uma possibilidade de sobrevivência.

Todo este fato em virtude da falta de empregos que foi resultante da desestruturação econômica do município de Breves, uma vez que a exploração madeireira que perdurou por décadas

⁹ A área que atualmente corresponde ao bairro com o mesmo nome, foi ocupada em 1999, mas que só passou a ser oficial em 2009 por meio da lei nº 2195, artigo 1º - que altera a lei nº 2114, que dispõe sobre a criação e delimitação dos bairros da cidade de Breves.

mantendo economicamente tal município, assim como outra atividade desenvolvida anteriormente, chega a seu declínio, propiciando uma marcante transformação socioeconômica e sentida por milhares de pessoas. A decadência da atividade madeireira, portanto, trouxe inúmeros reflexos negativos à sociedade brevensense. Vale ressaltar que a atual atividade sempre se manifestou como uma das bases econômicas de Breves que conseguiu manter-se em meio ao fechamento de várias empresas esta atividade é extremamente dinamizada pelo funcionalismo público.

Breves em breves palavras

Nas cidades amazônicas, como Breves, o processo de urbanização, assume as mais diversas formas de ocupação, sendo a ocupação espontânea a face mais visível e contraditória. Comumente denominadas de “invasões”, essas formas de ocupação negam as políticas de planejamento do solo urbano, propostas no discurso do Poder Público e este como gestor do solo urbano assume a regulação, deixando evidente no tecido urbano as contradições sociais de classes, refletidas principalmente na dicotomia centro-periferia.

Como um modelo que vem sendo estudado na Região Amazônica¹⁰, o município de Breves, situado no arquipélago Marajoara, no estado do Pará, é mais um exemplo de um processo de ocupação que se intensificou, principalmente, a partir das décadas de 1960 e 1970. Esse município se caracteriza por ser uma importante cidade no arquipélago marajoara, que teve durante muito tempo de existência a sua economia voltada, principalmente, para a exploração da madeira e de outros recursos naturais, como o açaí e o palmito.

A área urbana do município, como acontece com a maioria das cidades desta região, surgiu em função da atividade madeireira, e intensificou-se a partir da década de 50, principalmente com o início das atividades da empresa Breves Industrial S.A. (BISA), que ocupava uma área significativa da frente da cidade, conforme mostra a Figura 10.

¹⁰ Mais informações sobre a história de Breves ver: Leão (2009).

Figura 10 - Vista Aérea Breves Industrial S.A. (BISA) no município de Breves, Pará.



Fonte: Arquivo José Maria Sales (1960). Arquivo Pessoal

Atualmente são poucos os ribeirinhos que ainda vivem de seu próprio sustento, por meio da pesca artesanal do peixe e camarão, da agricultura familiar de subsistência, da pecuária (em pequena proporção), do comércio e da extração e beneficiamento de madeira, que é extraída de forma rudimentar pelas populações nativas (SILVA, 2008), nas pequenas fábricas que resistiram às proibições feitas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), devido ao desmatamento de áreas verdes da região.

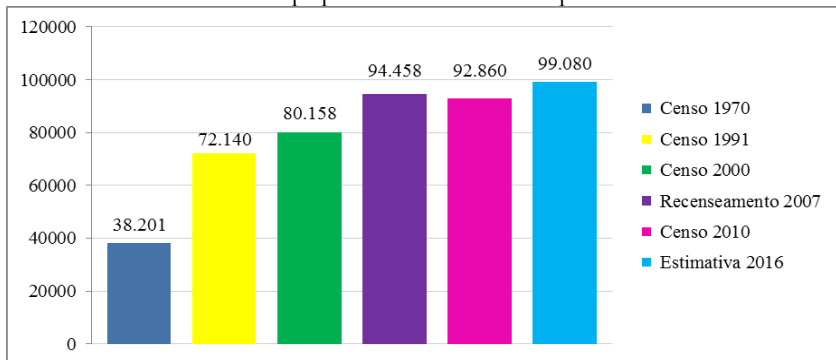
Todavia, o que se percebe é a grande influência da tecnologia nos costumes da área urbana, no meio rural do município, fato este que aumentou consideravelmente após a chegada de programas do Governo Federal que beneficiam os ribeirinhos em troca de preservação da natureza e em manter as crianças na escola, com a distribuição de eletrodomésticos, casas próprias, rendas mensais entre outros. Quanto a essas influências Silva (2014, p. 01), afirma que:

[...] o ‘caboco’ ribeirinho amazônico teve nos últimos anos modificações significativas em seu modo de vida, muito expressivas se considerarmos a inserção de tecnologias atuais em seu modo de vida, que vem mudando os seus costumes e formas de convivência com o meio que o circunda.

De acordo com o IBGE (2010), a população total de Breves era de 92.860, com uma estimativa de 98.231 habitantes em 2015. Na atualidade, a principal base de sua economia é o extrativismo vegetal, destacando-se o açaí (*Euterpe oleracea*), palmito, carvão. Na agricultura, destacam-se arroz (*Oryza sativa*), milho (*Zea mays*), mandioca (*Manihot esculenta*), laranja (*Citrus x sinensis*), banana (*Musa sapientum*) e o limão (*Citrus x limon*) e na pecuária, destacam-se a criação de búfalo, suínos e pequenos animais (galinha e pato) (SILVA, 2011). Breves é um município que tem o seu território recortado por diversos corpos d'água, com uma grande diversidade biológica, fato comum na região amazônica.

Sobre a dinâmica populacional do município de Breves vejamos o crescimento que se deu nos últimos anos de acordo com a Figura 11 abaixo:

FIGURA 11 - Dinâmica populacional do município de Breves



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em IBGE.

Dessa forma, o crescimento populacional passou a ser mais acentuado com o êxodo rural, sendo a cidade um grande atrativo em virtude da oferta e possibilidade de ingresso nas atividades rentáveis, e raramente acontecendo o caminho inverso deste processo, ou seja, o retorno da cidade para o campo. Outro fenômeno que contribuiu para o povoamento da cidade de Breves foi a imigração regional, interregional e intrarregional, destes, muitos ajudaram tanto no crescimento populacional como no desenvolvimento econômico e na difusão e fortalecimento do comércio, pois, a inserção

da mão de obra na atividade madeireira e em outras atividades na referida cidade foi e ainda é marcante.

Por consequência, o declínio da atividade madeireira provocou uma transformação no espaço socioterritorial do município de Breves, pois, há algum tempo mostrava sinais de que chegaria à decadência como já preconizavam decretos, leis de regulação ambiental (IBAMA, SEMA), e as fortes pressões por partes de outros países e devido à excessiva retirada dos recursos florestais, e à escassez principalmente daquelas madeiras que se destinavam à exportação. Ressaltamos que tal atividade é considerada como uma das principais causadoras da degradação florestal, além de afetar a estrutura e composição da floresta. Isto resultou no fechamento de várias madeireiras e contribuiu para o crescimento daquelas e de outras que já atuavam na clandestinidade.

A vida dos ribeirinhos da região já se modificou consideravelmente tanto a nível social quanto econômico, pois a maioria dos ribeirinhos que continuam a residir no “interior” já não plantam, pescam ou vivem de seu próprio sustento, pois com o dinheiro do Bolsa Família, Bolsa Verde e outros auxílios do Governo Federal, os mesmos diminuíram a produção de forma rudimentar e sobrevivem basicamente da renda mensal de suas respectivas “Bolsas” para realizar compras no meio urbano, diferente do que costumavam produzir/criar em seus próprios sítios e comunidades, é o caso da farinha, frangos, carnes, verduras, tudo agora é comprado na cidade. Assim sendo, “todos esses ‘progressos’ causados pelo contato cultural com hábitos exteriores moldam igualmente os valores individuais e coletivos dos cabocos da região, trazendo novos objetivos e ambições, diferente de anos anteriores” (SILVA, 2014, p.04).

A Figura 12 representa o que foi enfatizado, demonstrando uma família de ribeirinhos que se desloca nos rios da região com sua rabeta¹¹ contendo eletrodomésticos, como freezer, fogão e uma caixa d’água que receberam naquele dia do Governo Federal.

¹¹ Pequena embarcação motorizada utilizada principalmente por ribeirinhos. Sua peculiaridade é a velocidade.

FIGURA 12 - Famílias de ribeirinhos e a dinâmica com o rio



Fonte: Arquivo fotográfico Vivianne Nunes (2016)

Essas mudanças intensificaram-se devido às várias alterações na economia do Município que passou pelo auge da comercialização de arroz, palmito, borracha e mais recentemente da madeira. Como ressalta Cristo (2007, p. 21) que,

(...) até a década de 80, a indústria madeireira ainda era muito forte na região, mas o setor madeireiro começa a dar sinais de crise com a progressiva diminuição das madeiras nobres no município. A partir de 1990, há uma retração no setor madeireiro no município e inúmeras madeireiras começaram a fechar e diminuir os postos de emprego para a população (p. 21).

Esses problemas econômicos e sociais influenciaram grandemente a região de Breves, pois se anteriormente havia empregos para as famílias ribeirinhas e a motivação para continuarem no meio rural do município, após a finalização ou diminuição na produção de cada produto acima citado e o fechamento das grandes madeireiras houve a mudança em grande proporção da população do campo para a cidade o que ocasionou um número significativo de famílias desempregadas e o aumento na distinção entre campo e cidade. Em seus estudos Lima (2011, p. 81-82), ressalta que Breves foi,

(...) o principal polo madeireiro do arquipélago de Marajó. Estudo desenvolvido, em 2010, pelo Serviço

Florestal Brasileiro em parceria com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia aponta que, em 2009, o município (incluindo dados de Currálinho) contava com 159 empresas madeireiras. Na década de 1980 houve um *boom* das madeireiras, foi um período de aparente desenvolvimento, tendo em vista as sérias consequências resultantes desse fenômeno. Nesse período muitos ribeirinhos deixaram suas localidades, sítios, trabalhos agrícolas em busca de emprego, somando-se a esses um grande contingente de pessoas advindas de vários municípios circunvizinhos o que resultou num crescimento acelerado e desordenado da cidade ocasionando o “inchaço” da mesma, o aumento de violência, da prostituição e outros problemas sociais.

Assim, essa mobilidade das famílias entre o campo e a cidade trouxe vários problemas sociais, pois houve um acréscimo considerável na procura de emprego, vagas em escolas, moradias, assistência social e saúde, acarretando com isso grandes transformações sociais para o município que não se encontra preparado para suprir adequadamente às necessidades da população. Como ressalta Cristo (2007, p. 21),

(...) o sonho de viver em melhores condições na sede do município se acaba e os novos cenários com que passam a conviver são o da violência, da criminalidade, da prostituição, da mendicância, etc. Na cidade, é possível presenciar alguns adultos que reviram as caixas de lixos, que ficam próximas de comércios, em busca de alimentos, que muitas vezes são jogados nesses locais por estarem vencidos, estragados e impróprios para o consumo humano, porém, possivelmente, servirão de alimento na casa de pais e mães de família. É possível ver ainda, a presença de algumas crianças em situação de risco, perambulando pela rua e esmolando nos comércios, nos bares, na orla e no terminal.

Devido a todos esses fatores relatados que Breves passou a ter um menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do

Estado do Pará, necessitando urgentemente de políticas públicas que possam sanar os graves problemas sociais de violência, desemprego, saúde e educação e assim possa vir proporcionar uma maior qualidade de vida para a população brevese.

Todos esses fatores levaram Breves a ser foco de várias reportagens a nível nacional sobre prostituição infantil, tendo como destaque a divulgação no Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão e na reportagem “As margens da Pobreza” na série “Povos das Águas” em janeiro de 2005, feita pelo repórter Marcelo Canelas, em que,

(...) a matéria mostrava como as meninas atracam as canoas nas balsas para se prostituir, essa atividade que requer muita habilidade, pois as ondas causadas pela maresia são fortes, e a criança que, geralmente, pilota o casco precisa fazer muita força e ter equilíbrio e coragem. Nas palavras do próprio repórter, “uma canoa espera o momento exato. Em um golpe certeiro, um garoto prende o gancho. Depois do solavanco, a canoa fica a reboque. Mas, os meninos esperam e as meninas vão para o convés das balsas” (CANELAS, 2005, p.1, apud CRISTO, 2007, p. 80).

As reportagens trouxeram à tona a indignação nacional e mais ainda em toda a cidade de Breves, pois a maioria da população desconhecia os acontecimentos que ocorriam no interior do município. A comunidade então apoiou a iniciativa da Prelazia do Marajó que exigiu uma atitude dos governantes da época os quais infelizmente demonstraram que,

(...) não existe interesse em solucionar este problema, que demanda investimentos em políticas sociais e de geração de renda, para as famílias que vivem no meio rural e urbano. Torna-se mais cômodo mascarar a violência sexual que se torna cotidiana e é fruto das desigualdades sociais e econômicas, e das exclusões políticas e culturais, que deixam de aparecer violentas, para serem consideradas por muitas pessoas como naturais e normais, pois não causam indignação nem revolta (CRISTO, 2007, p. 82).

E esses problemas sociais podem aumentar ainda mais devido a economia da cidade de Breves girar quase que exclusivamente em torno dos empregos públicos e consequentemente de questões políticas, dessa forma, ainda pode estar longe a solução das dificuldades da população brevensense. Todavia Breves passa a ter esperança em um novo foco comercial que agora se inicia por meio do investimento perceptível na extração e beneficiamento do açaí, (...) a extração do açaí é uma das mais importantes atividades econômicas de Breves. Agregue-se a essa importância econômica o fato de que o açaí é um dos principais elementos da alimentação da população, que vai além das refeições principais e é servido como suco, sorvetes, cremes, mingaus e outras variedades típicas da região. A extração do açaí ganha mais ainda devido o aumento do seu consumo nos grandes centros urbanos de todo o país e até mesmo no exterior. Esse fator interfere no próprio comportamento da população ribeirinha não apenas de Breves como de todo o Marajó, que passam a produzir para além do consumo próprio (LIMA, 2011, p. 83).

Ainda existem no município vestígios do dito “período áureo” da exploração madeireira representado, principalmente, por prédios antigos que datam deste período. Todavia, nos últimos anos, esta atividade vem sofrendo um declínio causado por dois motivos principais, 1) pela escassez da madeira sobreexplorada na região, e 2) pela intensificação da atuação dos órgãos de fiscalização na proibição da extração irregular de espécies nativas e de produtos naturais protegidos. Sobre a decadência da atividade madeireira Oliveira (2014) verifica que:

O município de Breves encontrava-se no auge da extração madeireira, quando uma crise financeira internacional adveio, aliada à nova Política Nacional de Preservação Ambiental. Esses acontecimentos impuseram transformações principalmente no mercado de trabalho, elevando o índice de desemprego, gerando novas formas de expressão da pobreza e aumentando a exclusão social (p. 01).

Nesse município, apesar da decadência do principal setor produtivo existente no município (a indústria madeireira) ocorreu a insurgência de outros tipos de atividades e novas atividades produtivas vêm se destacando, como a pesca, agricultura e o comércio, que vem tendo maior visibilidade, visto que o município polariza serviços oferecidos para os outros municípios próximos, o que vem refletindo diretamente na ocupação das pessoas em outras atividades produtivas. Desse modo, juntamente com o funcionalismo público e as políticas assistencialistas do Governo Federal (como Bolsa Escola, Bolsa Família, etc.), estas atividades relacionadas a serviços e agropecuária tornaram-se a principal forma de renda para a população da cidade. Fato comum nas demais cidades do Marajó.

TABELA 2 - Estatísticas do Cadastro Central de Empresas no Município de Breves (2008-2015)

Informações	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de unidades locais (und)	562	516	646	613	764	715	513	495
Pessoal ocupado total (pessoa)	4.954	5.952	6.254	6.929	7.701	7.700	6.881	7.364
Pessoal ocupado assalariado (pessoa)	4.374	5.418	5.594	6.352	6.994	7.056	6.354	6.829
Salários e outras remunerações (mil R\$)	49.794	60.732	73.862	90.279	114.940	137.058	162.010	160.340
Salário médio mensal (R\$)	2,0	1,9	2,0	2,1	2,1	2,2	2,4	2,3
Número de empresas atuantes (und)	551	504	628	597	747	699	498	477

Fonte: IBGE (2015).

Apesar dos dados apresentarem um notório crescimento numérico, em meio a um mercado marcado por intensas crises resultando em baixas e inconstantes taxas de crescimento econômico, as mudanças nas legislações trabalhistas, assim como nos sistemas de proteção social, não foram motivos para que

outras formas de produção deixassem de emergir. Ressaltamos que tais atividades citadas na tabela existem há muito tempo e contribuem para amenizar vários problemas com o advento das altas taxas de desemprego neste município absorvendo, assim, uma parcela de mão de obra que ficou disponível para o mercado de trabalho. Contudo, não foram numerosos aqueles que obtiveram o *status* de assalariado, nem tampouco ultrapassaram a média salarial que pouco sofreu alteração no período pesquisado.

Nesse sentido, com a falta de emprego no campo e a intensificação de serviços na área urbana de Breves, observa-se um crescimento significativo no aumento da população na área urbana, que vem sendo alvo de especulações imobiliárias também intensificadas. As facilidades criadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, vêm possibilitando que as pessoas que chegam ao município, ou que já moravam neste, executem inúmeros empreendimentos de construção civil, com destaque para o setor imobiliário espontâneo (sem o trabalho de um corretor habilitado), direcionado no eixo das principais vias da cidade. Nesse sentido, com o objetivo de aproveitar cada vez mais as “áreas vazias”, alguns empreendimentos em Breves, principalmente os ligados ao segmento imobiliário, estão se deslocando em direção à área periférica da cidade.

Sobre a dinâmica populacional e o crescimento da população urbana em Breves, Oliveira (2014) destaca em seu trabalho que a paralisação da atividade madeireira neste município promoveu o êxodo de muitas famílias da zona rural para a área urbana e que esse aumento, sem planejamento contribuiu para o fortalecimento da pobreza e para o ingresso de pessoas, principalmente de jovens no submundo do crime, pois sem perspectiva de melhoria do setor, essas pessoas passaram a caminhar em sentido contrário à Lei, como veremos no próximo capítulo deste artigo por meio de dados sobre a criminalidade em Breves.

Alguns dos empreendimentos imobiliários propostos em Breves procuram atender às classes de maior e menor poder aquisitivo, tendo agências bancárias como principais intermediadoras do processo de compra do bem imóvel. Por exemplo, abaixo vemos figuras que destacam um empreendimento imobiliário

direcionado para a ocupação planejada na periferia de Breves. As residências, nesse exemplo, caracterizam-se por casas pequenas com poucos compartimentos, porém, com ruas pavimentadas e o sistema de saneamento básico. Isto é, existe um planejamento na organização da área ocupada, pois ela não se dá de maneira espontânea, como veremos a seguir.

FIGURA 13 - Conjunto Habitacional no Bairro Jardim Tropical, no município de Breves, Pará



Fonte: Arquivo Fotográfico de O. J. Alves (2013).

Dentre as consequências de projetos como este está a atração de investidores que estão estimulando a especulação das áreas centrais. Além do que, há a possibilidade de criação de novos instrumentos para atender os habitantes desses condomínios, como por exemplo, a criação de clubes, supermercados, e outros serviços que serão utilizados como estratégias locacionais que trarão cada vez mais novos potenciais consumidores para as áreas construídas. Porém, para a viabilidade de empreendimentos de habitação ou comércio deste tipo, é importante verificar impactos socioambientais oriundos dos investimentos, de forma que haja proposições de soluções que viabilizem a minimização dos impactos negativos, tanto para os moradores envolvidos no entorno do empreendimento, quanto para os recursos naturais impactados.

Outra forma de ocupação que vem ocorrendo em Breves se refere às habitações e/ou comércios localizados na orla e nos principais cursos d'água da cidade. Essas obras “em cima” do

principal rio da cidade, o Parauaú ou em seus afluentes, desrespeitam as Leis ambientais (como, por exemplo, o Código Florestal Brasileiro) e as normativas previstas em um plano diretor, estatuto das cidades ou ao código de postura de qualquer município que deve acatar as normas ambientais como diretriz de sua política de gestão pública.

FIGURA 14 - Ocupações espontâneas no município de Breves



Fonte: Arquivo Fotográfico de E.S. Santos e C.S. Assunção (2013).

FIGURA 15 - Atividades comerciais na orla da cidade de Breves-PA



Fonte: Arquivo fotográfico de Odair Alves (2017).

O comércio popular existe em todo lugar e não sendo diferente dos demais lugares, convive com as lojas e, especificamente, ocuparam também a orla da cidade de Breves. Observando que muitos desses podem representar alguns problemas de cunho

ambiental para o principal rio da cidade. Não que toda ocupação de áreas, como a citada aqui, seja sinônimo de degradação.

Oliveira (2014) em seu trabalho observa que o surgimento de ocupações desordenadas e suas repercussões negativas foram intensificadas, principalmente, a partir da falência de empresas madeireiras na zona rural do município de Breves, em que:

Por conta do controle do desmatamento pelos órgãos de preservação ambiental, muitos empreendimentos fecharam suas portas na zona rural, deixando várias pessoas desempregadas, o que gerou um processo migratório para a zona urbana, culminando com o surgimento de áreas invadidas na cidade, abalando outros setores sociais, entre eles, a saúde em razão da proliferação de doenças geradas pela inexistência de saneamento básico. A área da segurança pública também foi afetada, face ao aumento dos índices de violência e de criminalidade causados pelo desemprego e pela falta de políticas públicas (OLIVEIRA, 2014, p. 3-4).

Essas populações mais pobres sofrem com a superpopulação dos seus lugares de moradia, habitação inadequada, contaminação da água, falta de rede de esgoto, coleta precária ou inexistente de lixo e exposição à poluição de toda natureza (da água, climática, visual, etc.). Esse fator torna a sociedade cada vez mais excludente para essa parcela da população, o que pode intensificar, também, atividades ilícitas como o tráfico de drogas, já observado por Silva (2011), como um processo que vem ocorrendo em Breves.

O mercado da droga acarreta um aumento na violência, que afeta todas as camadas da sociedade. Em sua maioria, no entanto, as pessoas que trabalham na produção e distribuição são oriundas das camadas mais pobres, conforme observado no município de Breves. Esses indivíduos se encontram em um contexto geral de exclusão social e, na maioria das vezes, não possuem acesso às políticas sociais. Contudo, podemos referir que o alto rendimento da economia

da droga não é distribuído a essa população (SILVA, 2011, p. 102).

O processo de exclusão neste município decorre, principalmente, pela falta de planejamento por parte do Poder Público, que não vem contemplando estas especificidades, deixando que o ordenamento urbano do município ocorra aleatoriamente, sem planejamento para novas ruas, edificações ou novos locais para a ocupação.

Arrecadação e criminalidade em Breves

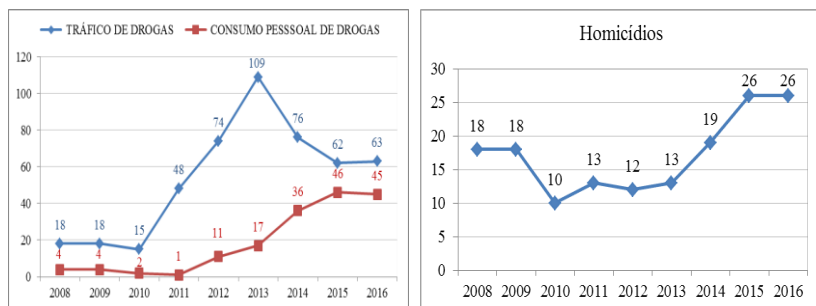
O município de Breves por fazer parte de um dos principais trechos Belém (PA) – Macapá (AP) via marítima, bem como a cidade ter essa ligação há várias décadas com ambas capitais, quer seja por via de circulação de pessoas como capitais e mercadorias, e ser considerado um *polo regional marajoara*, sofreu inúmeras transformações em seu cenário econômico e populacional devido, também a essas ligações com as capitais citadas anteriormente. Recebendo inúmeros imigrantes, inicialmente ribeirinhos, e por representar certa polaridade entre os municípios do Marajó surgiram uma quantidade de investimentos o que contribuiu para o seu crescimento populacional e desenvolvimento econômico.

Porém, o crescimento populacional urbano brevesense gerou inúmeros problemas entre os seus moradores, entre eles a disparidade socioeconômica, resultando no aumento da violência e da criminalidade, pois há pesquisas e estatísticas que mostram o aumento da criminalidade, principalmente os crimes que envolvem a prática de violência contra a pessoa, como os homicídios, furtos, latrocínios e os roubos com armas de fogo (VIEIRA et al 2016, p. 04)

Não sendo diferente das demais cidades, em Breves, a criminalidade vem mostrando significativos aumentos dos números em suas diversas modalidades como tráfico de drogas, consumo pessoal de drogas, homicídios, furto, roubo, receptação ameaça, lesão corporal, estupro e estupro de vulnerável, os quais foram selecionados e demonstrados através de dados estatísticos.

Com os índices mostrados abaixo, buscaremos analisar se os dados da arrecadação municipal e a criminalidade estão relacionados um com o outro a partir do declínio da atividade madeireira ou se os crimes vêm ocorrendo de forma aleatória por falta de políticas de segurança pública.

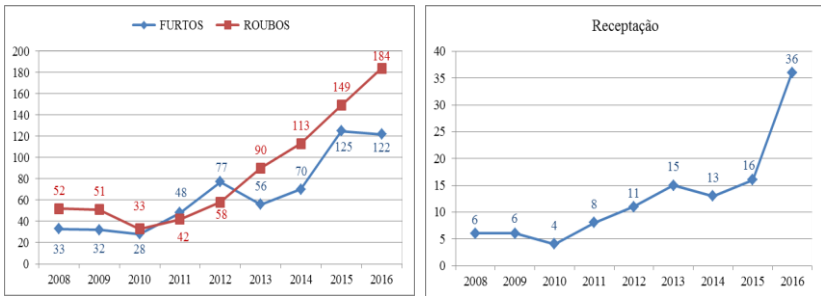
FIGURA 16 - Comportamento dos crimes de tráfico de drogas, consumo pessoal de drogas e homicídio, no município de Breves no período de 2008 a 2016



Fonte: SISP (2016).

Na Figura 16, o perceptível aumento do crime de tráfico de drogas registrado de 18 em 2008 e chegando num ápice de 109 casos em 2013, ocorrendo um declínio nesse número em 2016 para 63 casos. O consumo pessoal de drogas significativamente aumentou de 04 casos em 2008 para 46 casos em 2015, ano que representou seu ponto máximo. Os homicídios também aumentaram considerando o ano de 2010 até o período de 2016. É alarmante a quantidade de jovens, adolescentes e até crianças envolvidas e mergulhadas nesse submundo ora por falta de uma estrutura familiar ora pela falta de ocupação, em virtude de até mesmo o não acesso às atividades ligadas ao esporte e ao lazer. Da mesma forma, nos últimos anos, grande parte dos homicídios acontecidos no município de Breves uma considerável parcela envolve jovens e adolescentes.

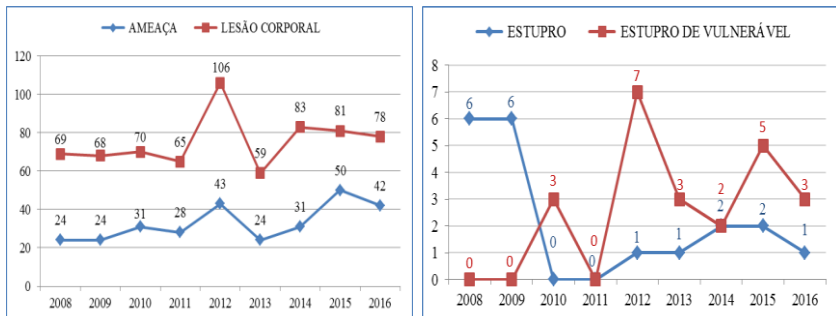
FIGURA 17 - Comportamento dos crimes de furto, roubo e receptação, no município de Breves no período de 2008 a 2016



Fonte: SISP (2016).

Na Figura 17, é notório o crescimento no número de roubos. Saem de 52 casos em 2008 e atingem a marca de 184 casos em 2016. Podemos considerar que os furtos acontecem quase na mesma proporção, indo de 33 casos em 2008 a 122 casos em 2016. Pode-se relacionar o crime de receptação aos crimes mostrados anteriormente, onde em 2008 foram registrados 06 casos e 36 em 2016.

FIGURA 18: Comportamento dos crimes de ameaça, lesão corporal, estupro e estupro de vulnerável, no município de Breves no período de 2008 a 2016.



Fonte: SISP (2016).

Grande parte dos roubos acontecem em residências e, principalmente, nos comércios e lojas onde estas tiveram que mudar suas estruturas e investir em segurança. Os furtos, que geralmente acontecem no bairro centro da cidade e envolvem muitos

adolescentes tornaram-se banais no referido e visto pela população como um problema longe de ser amenizado ou resolvido. E, um dos fatores que “contribuem” para a elevação dos índices desses crimes é a receptação. Bastante praticada no município e observada na figura acima.

Na Figura 18 percebemos um aumento na quantidade de ameaças, saindo de 24 casos em 2008 para 42 casos em 2016, tendo seu ápice em 2015 com 50 casos registrados, assim como também o aumento do número do crime de lesão corporal, onde em 2008 foram registrados 69 casos e 78 casos em 2016, contudo, esse crime elevou-se de forma considerável em 2012. As práticas de lesão corporal estão relacionadas, geralmente e em grande parcela, ao uso de álcool em festas envolvendo jovens. Os crimes de estupro, que também são comuns na zona rural do município, vêm sendo severamente combatidos como também realizados diversos trabalhos de prevenção por órgãos competentes.

Considerando que o Município de Breves possui uma população estimada em cerca 100 mil habitantes, ponderamos os índices mostrados nas figuras acima elevados. Sobretudo a partir do ano de 2010 em que há uma significativa diminuição do número de empresas que atuavam na exploração madeireira, sendo a principal atividade econômica do município, isto, já sinalizava para o aumento da criminalidade que fora notório após o período citado.

Dentre os crimes ocorridos no Município, o de tráfico de drogas teve um acréscimo bastante elevado entre o período de 2010 a 2013, sendo acompanhado quase que analogicamente com o consumo pessoal de drogas, este mantendo um acréscimo até o ano de 2015, os números de homicídios não se mostraram diminutos, apesar destes apresentarem uma redução entre 2008 a 2009, mas a partir do ano seguinte, os homicídios ainda aconteceram numa escala bastante elevada até o ano de 2016.

De forma alarmante, outros crimes que se acentuaram em Breves, do período considerado, 2008 a 2016, foram os de furto e roubo, este último sendo bastante e o mais praticado atualmente no referido município. Ressaltamos que os dados mostrados na Figura 20 podem ser ainda maiores, pois, nem todos os casos

ocorridos são registrados junto à Delegacia de Polícia local. Presumimos que, em virtude do aumento no número de roubos e furtos, o crime de receptação passou a elevar-se consideravelmente.

Em síntese, os dados sobre a criminalidade apresentados neste, representam aumento nas diversas modalidades de crimes no referido município (cito os levados em consideração e fonte de pesquisa: tráfico de drogas, consumo pessoal de drogas, homicídio, furto, roubo, receptação, ameaça, lesão corporal, estupro e estupro de vulnerável) no período compreendido de 2008 a 2016. Diante deste cenário e tendo como base a elevada arrecadação do município, podemos mencionar que os recursos financeiros oriundos tanto da arrecadação de impostos bem como, e em conjunto, com os repasses das esferas Estadual e Federal, não subsidiaram uma estrutura que viesse atender aos anseios da população brevese, ou seja, tais recursos não se converteram em políticas públicas de segurança, e que as mesmas viessem amenizar os problemas resultantes, sobretudo, da falta de organização social acarretada pelos movimentos migratórios acontecidos no município.

Em Breves, a ausência de políticas públicas de segurança nos remete a entender que não atende ao (des)organizado crescimento populacional, sendo contraditório de acordo com o que versa as alíneas V do artigo 8º e VI do artigo 9º respectivamente, do Plano Diretor municipal que dizem:

Art 8º São Objetivos Gerais do Plano Diretor Urbano de Breves:

V - Compatibilizar a estrutura urbana da cidade ao crescimento demográfico previsto e às funções regionais do Município;

Art. 9º - Para a consecução dos objetivos referidos no artigo 8º, serão observadas as seguintes diretrizes:

VI - Controlar a distribuição demográfica com vistas à maior eficiência na distribuição dos serviços públicos (BREVES, 2001).

Diante disto, por exemplo, facilmente constata-se a presença de atores responsáveis pela criminalidade, definindo e

controlando áreas com suas práticas dos crimes, por exemplo, anteriormente citados. De acordo com Chagas (2014):

Podemos apontar diversos fatores dentro do espaço urbano que podem contribuir para o aumento da violência, como exclusão social, pobreza e favelização, que se apresentam intensamente em áreas periféricas, desvalorizadas e abandonadas pelo poder público, tornando assim o ambiente propício para a difusão e estabelecimento de criminalidade (p. 188).

Assim, entendemos que as ações que envolvem a violência, se constituindo em crime, vem contradizer o que todos os cidadãos esperam ter, o seu bem estar. E a criminalidade podemos entender que é a forma que os crimes se apresenta. Diante dos fatos expostos, logo, vem a preocupação e as dúvidas pairam sobre o que está sendo feito para amenizar tais situações no município de Breves.

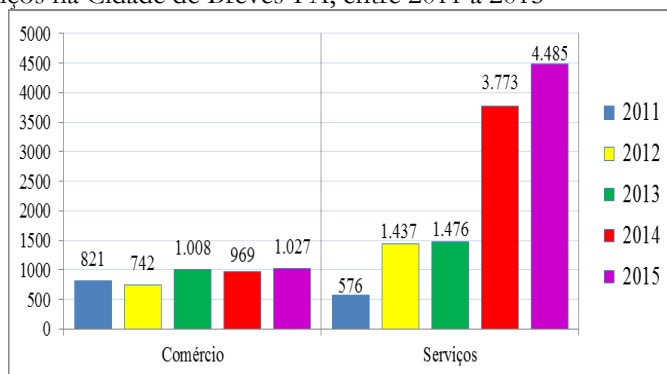
Sobre os dados orçamentários, os mesmos refletem diretamente na economia local, sendo a arrecadação uma das principais formas de manutenção do município de Breves, tendo em vista os inúmeros empreendimentos empresariais, os quais dinamizam e se tornam em grandes possibilidades de manutenção de vida da população brevesense através da oferta de empregos. Com isso, a cidade se transforma num grande atrativo contribuindo para o crescimento populacional, assim como os problemas estruturais, os quais refletem diretamente na sociedade, principalmente aquelas que são menos favorecidas com as ações governamentais, logo os problemas sociais se evidenciam, da mesma forma que são feridos os seus direitos constitucionais como o acesso à moradia, saúde, educação, segurança, saneamento, etc.

Vale ressaltar que, além da busca por empregos na sede do município, acontecem também a procura por serviços que são oferecidos neste e que alguns não são encontrados na maioria dos municípios do Marajó, dentre eles, os serviços bancários públicos como a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, assim como os particulares Bradesco, e correspondentes, Itaú, BMG e o estatal BANPARÁ; os serviços de saúde com atendimento de média e alta

complexidade, o Hospital Regional do Marajó e os serviços de educação superior, de cunho público e particulares, como Universidade Federal do Pará, UNOPAR, respectivamente, bem como o Instituto Federal do Pará (IFPA).

Abaixo, os diversos tipos de serviços, sejam eles de cunho produtivo, de distribuição de bens, sociais e pessoais, entre outros, ofertados na cidade de Breves-PA, são extremamente fundamentais na manutenção e melhorias na qualidade de vida da população que faz parte direta e indiretamente desta atividade.

FIGURA 19 - Total de pessoas com vínculo empregatício no comércio e serviços na Cidade de Breves-PA, entre 2011 a 2015



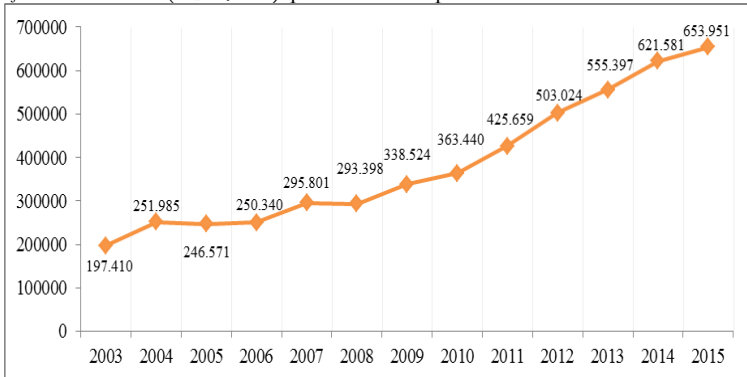
Fonte: Base de dados MTE – RAIS/FAPESPA. Elaborado por Odair Alves (2017).

De acordo com os dados acima, nota-se que esta atividade vem representando um número expressivo ao longo dos anos na cidade de Breves e responsável pela geração de renda de uma grande parcela da população urbana, este setor é considerado como o propulsor do desenvolvimento da economia brasileira e concebe um considerável percentual do PIB nacional.

Da mesma forma em Breves/PA, esta atividade econômica (comércio e prestação de serviços) representa uma considerável fatia do Produto Interno Bruto (PIB) do referido município como podemos observar na Figura 20 abaixo, ressaltamos o valor anual envolvendo as demais atividades. A ascendência do PIB brevesense demonstra um significativo aumento para um período em que

muito se questionava se poderia haver crescimento ou estagnação econômica em Breves após o declínio das madeireiras a partir de 2008.

FIGURA 20 - Produto Interno Bruto do município de Breves/PA a preços correntes (R\$ 1,000) período compreendido entre 2003 a 2015



Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE – DATASUS / Dados demográficos e econômicos. Elaborado por Alves (2016).

Apesar do crescimento, como se observa na Figura 20 acima, isso não denota que a população passou a ter grandes melhorias de vida, pois a população brevesense ainda vive algumas dificuldades, as taxas de desemprego muito elevada, a atual economia assegura a subsistência local, porém com a atividades primárias que se apresentam deficitárias.

Ainda sobre o comércio e as prestações de serviços em Breves/PA, tais atividades ainda se apresentam de forma bastante deficitária, principalmente a oferta de muitos serviços que ainda são bastante notáveis, podemos citar a ausência de casas lotéricas que, por alguns motivos, entre eles a falta de segurança, contribui para o fechamento destas surgindo alternativas e possibilidades para terceiros efetuarem alguns tipos de serviços.

Contudo, é importante mencionarmos que estas atividades são potencialmente geradoras de emprego e renda no município. Como podemos observar na Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 - Evolução do emprego por setor de atividade econômica em Breves/PA, período entre 2003 a 2015(em %)

Ano/Atividade	Comércio	Serviços
2003	5,47	3,25
2004	16,40	7,27
2005	0,16	2,48
2006	0,52	-0,74
2007	-3,90	6,27
2008	1,19	-18,47
2009	-1,50	-14,44
2010	16,15	75,37
2011	13,39	18,99
2012	20,35	4,51
2013	15,03	2,68
2014	5,49	3,43
2015	1,67	-0,82

Fonte: CAGED. Elaborado por Alves (2016).

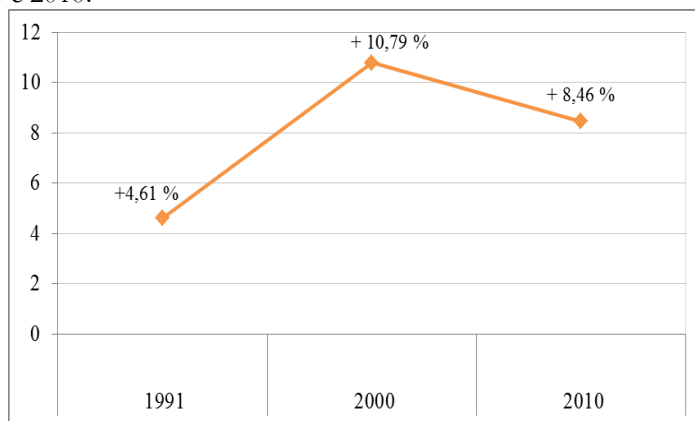
No período em que foram marcantes o fechamento de indústrias madeireiras no Brasil e em particular em Breves, a tabela xx acima nos mostra a redução no número de empregados nas atividades comerciais e de prestação de serviços no referido município entre 2008 a 2009. Sendo estes números alterados positivamente a partir de 2010, período em que foi marcante após o declínio da atividade madeireira e sendo acentuados os investimentos nas atividades acima citadas. Com isto, o comércio e o serviços ofertados em Breves passaram absorverem uma certa parcela da mão de obra ociosa em virtude do fechamento das empresas que atuavam na exploração/beneficiamento de madeiras.

Na contramão do que acima foi discorrido, o desemprego foi também bastante significativo, tendo em vista que no município de Breves, as empresas madeireiras em seu apogeu absorviam um número bastante expressivo de funcionários. Sobre as taxas de desemprego em Breves, de acordo com o IBGE/DATASUS, podemos analisar que este fenômeno muitas vezes são provocados também pelo aumento de uma dada população, que se aplica no caso

de Breves/PA, e isto resulta, geralmente, na “ocupação” dos setores do comércio e das prestações de serviços.

A seguir, a Figura 21, os dados sobre as taxas de desemprego em Breves/Pa.

FIGURA 21 – Taxas de desemprego em Breves (em %), censos de 1991, 2000 e 2010.



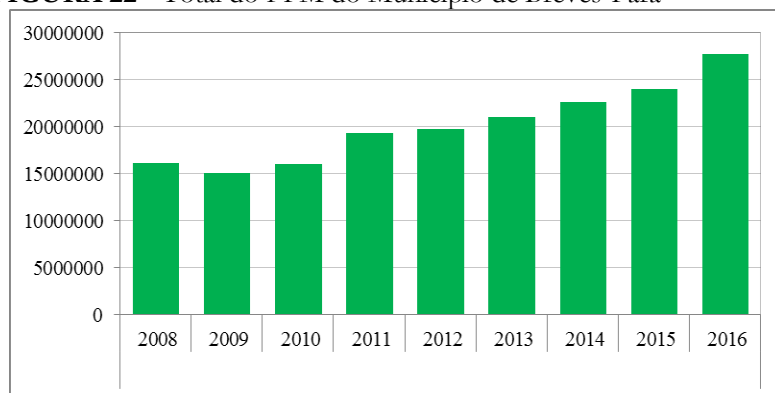
Fonte: Elaborado pelo autor baseado em IBGE/DATASUS.

As taxas de desemprego em Breves apresentadas na figura acima são resultantes, em grande parte, a partir do momento em que o município passou por um processo de desestruturação em sua base produtiva, a atividade madeireira a partir do ano de 2000 mostrava indícios de que resultaria em crises, como de fato aconteceu, e posterior decadência, o que provocou grandes mudanças nos aspectos socioeconômicos de Breves.

No município de Breves onde, nos dias atuais, a arrecadação se intensificou por conta da atividade ligada ao comércio e a prestação de serviços ter ganhado notória expressão, inicialmente discutiremos sobre alguns dados orçamentários sobre o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que é uma transferência constitucional e a distribuição dos recursos aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes, porém, apresenta certa relatividade já que tal distribuição tem como variável a distribuição populacional regional, daí, o uso dessa variável beneficia proporcionalmente os municípios menos populosos, assim, à medida que

umenta a população municipal, há uma queda da receita *per capita* do FPM.

FIGURA 22 - Total do FPM do Município de Breves-Pará



Fonte: Portal da Transparência, SEFA (2017).

Na Figura 22 observamos que o processo de arrecadação referente ao Fundo de Participação dos Municípios do município de Breves vem apresentando receitas que podem garantir subsídios e atender aos anseios da população local. Isto vem ocorrendo nos últimos anos e mesmo com a pequena redução da população local, que é justificada pela decorrente procura por novas oportunidades de emprego em outras cidades. Diante deste fato, observamos que nos anos de 2009 e 2010 houve uma redução deste fundo para o município de Breves em relação ao ano de 2008 e apontamos o êxodo urbano, provocados pelos indícios da decadência madeireira com a demissão de trabalhadores, muitos optaram em deixar a cidade, assim, se configurando como vetor responsável para tal dinâmica.

Como se vê na Tabela 4, quando nos referimos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial (IPTU) em Breves, essa arrecadação por mais que tenha acontecido uma queda no valor em 2016, por outro lado, no período entre 2010 a 2014 tal arrecadação obteve um significativo aumento. O crescimento do Imposto sobre Transmissão-Intervivos (ITBI) é manifesto no município com expressivo aumento, sobretudo, a partir do ano de 2010, período que foi marcante a presença de investimentos, logo

a compra e venda de imóveis se acentuaram e provocaram, inclusive, a supervalorização dos mesmos na cidade.

TABELA 4 - Total de IPTU, ISS, ITBI e FPM do município de Breves, referentes ao período de 2010 a 2016¹²

Ano/Tipo	IPTU	ISS	ITBI
2009	216.000,00 ³	328.000,00 ³	45.000,00 ³
2010	297.055,49 ¹	*	47.217,73 ¹
2011	336.404,41 ¹	*	113.525,39 ¹
2012	349.555,40 ¹	*	130.197,36 ¹
2013	*	*	*
2014	482.284,26 ²	1.964.874,61 ³	201.255,77 ²
2015	*	*	*
2016	366.170,20 ²	1.886.525,35 ³	286.295,11 ²

* Não informado/divulgado

Fonte: Finbra (1), Dicatri (2) e Portal da Transparência (3).

O Governo Federal através de políticas assistencialistas concede inúmeros benefícios para que muitas famílias, as que se enquadram dentro da política de atendimento e consideradas como necessitadas, garantam um padrão de vida mínimo. Entre esses benefícios destacamos o Programa Bolsa Família, Bolsa Escola e Seguro Defeso. O Programa Bolsa Família instituído em 2003 e resultante da união de outros auxílios (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás) vem sendo um dos principais benefícios para a população brasileira e em particular a brevese, mesmo que não seja tão considerável o aumento, mas que a cada ano ganha novos contemplados. Um dos pioneiros programas no Brasil, o Bolsa Escola¹³, é outro importante

¹² Como se percebe, alguns dados não foram informados pelos órgãos consultados, em outros relataram não possuir. Próximo de finalizar esta pesquisa, obtivemos a informação que O MPPA obrigou a Prefeitura e a Câmara implementarem entre estas, outras informações no portal da Transparência. (disponível em: <http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=9067&class=N>)

¹³ De acordo com a coordenação do Programa Bolsa Família - PBF – Breves, o sistema não faz contagem por ano de contemplados, apenas vai agregando novos contemplados, gerando apenas o número total. Da mesma forma com os dados informados pelo SINPESCA-Breves

benefício que objetiva garantir a criança na escola, em Breves o número de contemplados é bastante elevado, como mostra a Tabela 5 abaixo.

TABELA 5: Total de contemplados com os programas bolsa família, bolsa escola e seguro defeso, no município de Breves-PA

Ano/ Descrição	BOLSA FAMÍLIA ¹	BOLSA ESCOLA ²	SEGURO DEFESO ³	PESCADORES SINDICALIZADOS ⁴
2014	15.158	*	*	*
2015	14.483	*	3.500	*
2016	15.554	*	3.403	*
2017	*	26.291	*	3.348

* Não informado/divulgado

Fontes: Portal da Transparência (1), PBF Breves (2), SEMUPA (3), SINPESCA (4)

Vale ressaltar que a maioria dos contemplados com o Bolsa Escola e tendo somente a educação como condicionalidade (a outra condicionalidade é a saúde, onde o beneficiário tem que estar com a carteira de vacinas em dia), estão na faixa etária entre 06 a 15 anos totalizando 22.537 e jovens de 15 a 18 anos, 3.754 contemplados. A realidade local de muitas famílias contempladas com determinado benefício federal é que o mesmo é utilizado como um complemento, em outras, como única fonte financeira. O seguro defeso, é o período em que o pescador artesanal paralisa a atividade da pesca para a preservação das espécies, ficando, assim, sem sua principal fonte de subsistência. Para esta situação, é concedido e garantido pelo Governo Federal um valor que chega a corresponder a um salário mínimo, desde que o mesmo tenha obedecido às normas cadastrais nos órgãos competentes podendo solicitar tal valor em colônias, associações e sindicatos.

Ainda na Tabela 5, e de acordo com a Colônia de Pescadores de Breves Z-62, através da Secretaria Municipal da Pesca e Aquicultura (SEMUPA), os contemplados com o seguro defeso totalizaram 3.403 em 2016, havendo uma redução em relação ao ano anterior que somou 3.500 beneficiários. De acordo

com os dados referentes ao número de pescadores (ano 2017) do Sindicato das Pescadoras e Pescadores Artesanais Ecoextrativista do Estado do Pará (SINPESCA), em Breves são sindicalizados 3.348 pescadores.

Diante dos dados apresentados, os valores que são arrecadados pelo município através de impostos e taxas juntamente com os valores que a União transfere na forma de fundos e programas para o município e para as famílias contempladas com os benefícios, de acordo com sua posição socioeconômica, os maciços investimentos pelo empresariado, bem como a grandeza dos serviços ofertados em suas diferentes modalidades, garantindo emprego e renda para uma considerável parcela da população brevese contribuem para que o referido município figure entre um dos principais da Mesorregião do Marajó, assim como do Estado do Pará.

O mesmo possui receitas que podemos dizer que são consideradas verdadeiras “riquezas”, fontes de subsistências capazes de suprir, garantir, para uns e atender às necessidades de outros e para uma parcela, a fonte que garante e alimenta seus investimentos. Contudo alguns serviços de atendimento básico como o de saúde, segurança, por exemplo, não são capazes de atender aos anseios da população. Espera-se que o *feed-back*, nos referimos aos investimentos a partir dos recursos arrecadados, de fato aconteça, para que a população usufrua do mínimo possível dos serviços básicos de saúde, saneamento, segurança, etc., e, assim, possa ter uma melhor qualidade de vida.

A alteração na organização territorial do município de Breves, da atividade madeireira para uma base econômica ligada ao terceiro setor da economia, foi acompanhada do crescimento populacional brevese que sempre foi visto como uma possibilidade de melhoria de vida tanto para seus munícipes quanto para aqueles que buscam se estabelecer na área urbana e alcançar empregos. Todavia, os resultados desse crescimento são inúmeros, entre eles a elevação no número de pessoas não contempladas com as mínimas ofertas de infraestrutura urbana, tornando-se vulneráveis às mazelas sociais; logo o aumento da criminalidade, por exemplo, evidenciou a falta de investimentos e políticas

voltadas para amenizar entre estes e outros problemas sociais no referido município.

A decadência da madeira e o possível aumento do índice da criminalidade

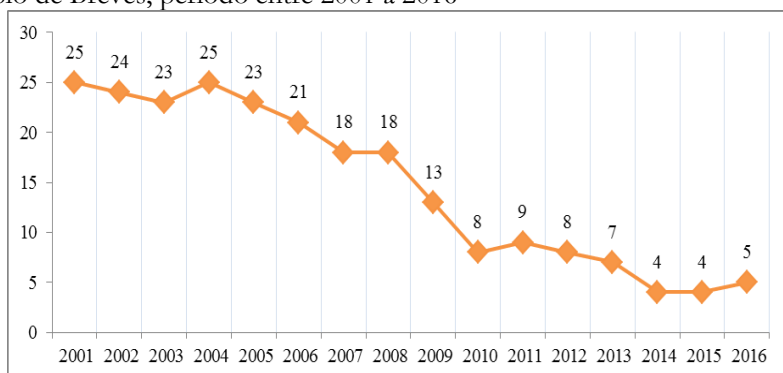
Muito se questionava a situação do município de Breves em relação aos possíveis reflexos negativos com o fechamento das empresas madeireiras, responsáveis em absorver diretamente uma grande parcela da população como mão de obra distribuída na exploração, processamento (sendo neste, a maior quantidade empregada) e transportes. Muito comum na região estuarina, onde Breves e Porto de Moz como os principais polos madeireiros, as serrarias circulares¹⁴ empregavam a maior parte desses trabalhadores que se desdobravam numa jornada de trabalho entre 09 e 10 horas diárias, sendo trabalhadas, respectivamente, noturno e diurno.

Contudo, observando a Figura 23, a partir do ano de 2008, de fato, houve uma significativa redução no número de empresas madeireiras que atuavam no município de Breves o que expressou consideráveis perdas tanto no ponto de vista econômico quanto no social. Com isso, a configuração territorial brevesense avigora outro espaço que vem garantir a subsistência de grande parcela de seus munícipes e daqueles que viram no município uma forma de sobrevivência através dos serviços prestados e do crescente comércio.

Em razão do declínio desta atividade no município, certamente, houve a redução do número de empregados. Na Figura 23 abaixo, contudo, podemos constatar os drásticos aumentos nas taxas de desemprego na atividade madeireira no município de Breves e, dessa forma, podemos entender que com o desemprego resultante da decadência madeireira gerou números surpreendentes nas diversas formas de crime no município, principalmente, a partir do ano de 2008, estando o desemprego, dessa forma, diretamente relacionado com o crescimento das taxas de criminalidade.

¹⁴ De acordo com o IMAZON, serrarias equipadas com serras circulares, *induspan* e engenhos horizontais. Os demais tipos de serrarias são as de fita, as laminadoras e as fábricas de compensados.

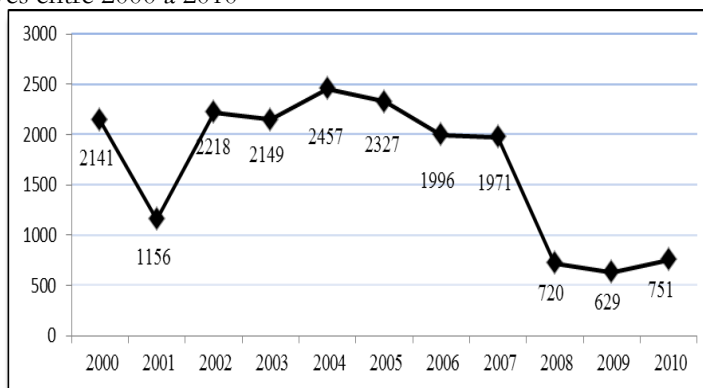
FIGURA 23 - Total de empresas madeireiras exportadoras no município de Breves, período entre 2001 a 2016



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior. Elaborado por Odaír Alves (2017).

Contudo, não podemos afirmar, neste período, que a decadência da atividade madeireira foi a principal responsável pelo aumento nos índices da criminalidade no município de Breves, mas que a decadência foi vista pela população como a principal causa do aumento da violência local.

FIGURA 24 - Total por ano da mão de obra na atividade madeireira em Breves entre 2000 a 2010

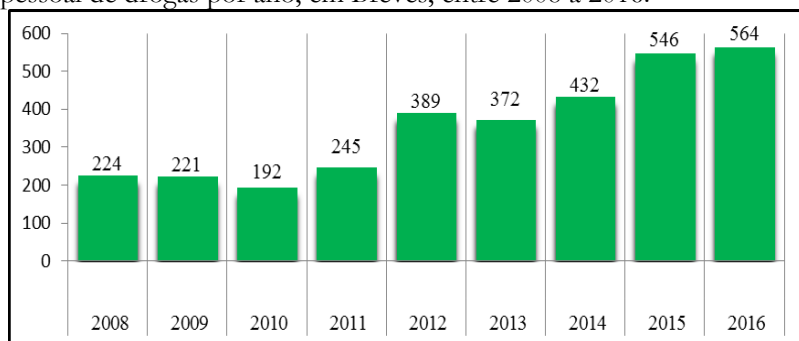


Fonte: RAIS/MTE. Elaborado com base no Estudo de caso no Município de Breves: da destruturação produtiva ao risco social (2000-2010) de autoria de Helderley Souza de Oliveira.

Comparando o período quando no município de Breves atuavam tais empresas, onde a maioria dos empregados contava apenas com a renda advinda do referido emprego, e isto nos dava a impressão de que muitos apenas trabalhavam para sobreviver, e o período após o fechamento das mesmas que é marcado pela acentuação dos investimentos por parte de empresários, a facilitação de créditos por parte das agências bancárias, a implantação de instituições de ensino superior provocou e contribuiu para que uma quantidade de pessoas buscasse formação superior e ingresassem nos diversos serviços ofertados no município, assim como a inserção de outros no funcionalismo público, e dessa forma havendo uma mudança no padrão de vida da população.

Com isto, o que se percebeu, também, foi o aumento nos índices de violência. Pois o aumento nos números de crimes passou a ser elevado, inclusive a quantidade de crimes hediondos, se comparado com o período anterior citado.

FIGURA 25: Total dos crimes de ameaça, lesão corporal, estupro, estupro e vulnerável, furtos, roubos, homicídios, tráfico de drogas e consumo pessoal de drogas por ano, em Breves, entre 2008 a 2016.



Fonte: SISP (2016).

Vários são os fatores que contribuem para o aumento desses e de outros crimes no município, entre eles está o desemprego, pois, observando a Figura 25, esses crimes começam a aumentar a partir de 2010, ano que se acentuaram a quantidade de lojas e comércios na cidade e isto proporcionou a possibilidade, por exemplo, dos roubos nestes estabelecimentos, além da falta de mais

investimentos na área de segurança pública no município e políticas voltadas para a ociosidade de muitos jovens que ainda se encontram às margens destas.

A violência, por ser um dos maiores problemas sociais e de grande preocupação nos diversos segmentos da sociedade e em diferentes escalas, é realidade bastante conhecida pelos poderes públicos. Porém, o que percebemos é que, apesar de estarem sendo combatidas, não vem mostrando eficácia. No caso do Município de Breves, a violência vem ganhando destaques nos noticiários em diferentes escalas e isto vem fazendo com que algumas medidas ou políticas públicas sejam implantadas, outras fortalecidas com intuito de reduzir os altos índices ocorridos nos últimos anos e que caracterizam o período atual.

Dinâmica territorial brevese: novas territorialidades nos últimos 15 anos na perspectiva dos atores envolvidos

Nos meses de novembro e dezembro de 2017 foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários em residências, lojas, comércios e serrarias envolvendo os atores que estiveram diretamente ligados/relacionados ao processo de produção/exploração da madeira em Breves, os quais, com suas contribuições, subsidiaram o desenvolvimento deste estudo de caso.

O município de Breves a partir da década de 1960 até o início dos anos de 2000 viveu o ciclo madeireiro o qual foi responsável pela sua formação territorial. Porém, é mister ressaltar, de acordo com Leão (2014), que a história da cidade está diretamente ligada aos negócios de diversos produtos retirados das florestas e aos seus processos de comercialização, por meio dos transportes fluviais, para diversas localidades da região do Brasil e do mundo. O extrativismo foi um dos potenciais no município, isto também observado na mesma autora, onde em 1894 a cidade era uma das poucas povoações do interior do Estado onde o progresso era mais visível, destacava-se economicamente como produtora de borraça (LEÃO, 2014, p. 57).

Assim, a produção do espaço do município de Breves, no Pará, se desenvolveu baseada principalmente no extrativismo, em

especial a exploração madeireira que obedecia a um determinado padrão, pois Breves se configurou em um importante polo madeireiro. Um exemplo disto, foi percebido pela concentração de exploração da virola na década de 1980 no Arquipélago do Marajó e propiciou que a produção nacional de compensados passasse do nono para o primeiro lugar na pauta de exportações brasileiras de madeiras, em virtude do extrativismo na várzea, particularmente a virola, a andiroba e a samaúma (PIÑA-RODRIGUES apud GALUPPO; CARVALHO, 2001), assim como local de escoamento, sua produção fundamentalmente voltava-se para o mercado externo.

Com a evidência da decadência madeireira, as possibilidades de subsistência emergiram no cenário brevesense de forma mais acentuada, através das atividades que durante o período de plena atividade madeireira mantiveram-se um tanto estagnadas, como foi o caso da agricultura e da pesca, principalmente.

É importante mencionarmos e considerarmos que grande parte da população amazônica é composta por ribeirinhos (pescadores, agroextrativista, coletores, etc.) que pela, ainda, riqueza de recursos naturais veem nestas atividades uma forma de suprirem suas necessidades e por outras, como forma de complemento no sustento familiar.

Atualmente, a agricultura brevesense, que perdera a expressividade quando comparada com o período anterior ao ciclo madeireiro, isto datado nos finais da década de 1960, se encontra num estado de complementação no sustento familiar, outras famílias ainda mantêm essa atividade em pequena escala para fins de comercialização em feiras onde os produtos desta atividade (derivados da mandioca, frutas, legumes, etc.), em Breves, são considerados por alguns agricultores como “elementos de troca”.

Assim, a configuração territorial e social da cidade ganha novos ares, provocados pela inserção do capitalismo, que se mostrou de maneira “esporádica” não só nas grandes e médias, mas nas pequenas cidades, se apropriando, explorando recursos, acentuando as desigualdades e depois se desterritorializando. De acordo com a história de Breves, este sistema se apresentou dessa forma.

A busca por certo padrão de vida passou a se intensificar e a moldar a estrutura urbana. Contudo, tais transformações não foram planejadas e como reflexo a produção espacial que se configurou não atendeu as necessidades básicas da população que se estabeleceu como é comum acontecer, às margens da área urbana, provocando um inchaço populacional e sem infraestrutura necessária.

Com isto, o surgimento dos problemas sociais logo passou a ser uma constante em tais áreas, o notório aumento da violência com avanço para o centro urbano da referida cidade e o tráfico de drogas ganharam destaques no cenário local, o que se acentuou na primeira década dos anos de 2000, com os indícios do declínio da atividade madeireira que se configurou por muitos anos como principal atividade econômica do município.

Os movimentos sociais

A partir do ano de 2000, Breves passou a enfrentar, novamente, outro processo de decadência em sua base econômica. Para um município que já teve destaque em sua economia em diferentes escalas e, com isso, se diferenciou dos demais municípios do Marajó, essa instabilidade econômica vem atravessando ao longo de história e, assim, as alterações tanto na dinâmica econômica quanto populacional acompanham tal fato.

A decadência da atividade madeireira em Breves provocou significativas transformações no município, isto afetando diretamente a economia local e seus efeitos foram refletidos nos aspectos sociais e culturais deste município.

Paralelas a essas mudanças do cenário econômico brevesense, as atividades da pesca e agricultura também tiveram seus momentos de “oscilações”. Pois, durante o período de grandes movimentações da principal atividade econômica brevesense, considerando todos os períodos que marcaram a história do município, estas atividades foram praticadas nas formas de produção voltadas tanto para o mercado externo regional quanto para a subsistência das populações.

Contudo, destacamos o período em que predominou a atividade madeireira onde a pesca foi desenvolvida com pouca

intensidade, sendo praticada como complemento familiar. De acordo com o presidente da Colônia de pescadores Z 62:

A pesca, na verdade, ela sempre teve uma função muito importante na questão econômica no nosso município em todos os períodos por ser uma atividade artesanal que os ribeirinhos utilizam há muito tempo. No período madeireiro, a gente não tinha o mesmo número de filiados aqui, não tinha a questão do interesse deles em exercer essa atividade, tendo em vista que tinha outra fonte de renda, tinha a questão das empresas que contratavam; a questão da renda, do acesso ao trabalho era mais fácil nesse período aqui na nossa região e as pessoas estavam diretamente, boa parte delas, ligadas a esse trabalho com as empresas. (Presidente da Colônia. Comunicação Pessoal, 2016)

Assim, o funcionamento pleno das empresas madeireiras e o assalariamento por parte destas, em conjunto com o assistencialismo governamental através dos programas que concedem bolsas (Escola, Seguro Defeso, Verde, entre outras) contribuíram para que a atividade pesqueira em Breves passasse a ser pouco desenvolvida. Da mesma forma aconteceu com a agricultura familiar, pois a produção desta acompanhou a dinâmica da produção da atividade da pesca no período citado; sua produção estava baseada no cultivo destinado ao consumo e com inserção no mercado local.

No entanto, a agricultura desenvolvida em Breves durante o período de atividade madeireira, principalmente a partir dos anos de 1970, destacou-se com a produção de arroz tornando o município um grande produtor deste, porém, segundo Herrera (2003):

Na década de 70, e até a primeira metade da década de 80, a rizicultura ocupou um importante papel, mas devido à ausência de incentivo governamental e dificuldade de obtenção de crédito, atualmente a área colhida de arroz no município de Breves não corresponde nem a 10% da área colhida há 20 anos atrás, [...]. Em 1974, segundo o IBGE, a produção de arroz colhida em Breves foi de 3.600 toneladas, mas em 1995 não ultrapassou as 360 toneladas (p. 41).

Não obstante, outras expressivas culturas destacaram-se paralelamente ao cultivo do arroz, tendo em vista a subsistência das populações, a extração do açaí e do palmito, estes sendo agregados à agricultura familiar. Assim como a pesca e a agricultura, o extrativismo também permaneceu por um determinado período nas entrelinhas do processo de produção no município de Breves. Todavia, o extrativismo manteve-se como uma atividade que movimentou e ainda movimenta a economia do referido município, principalmente os produtos citados neste parágrafo.

Por um período, a produtividade esteve relativamente estagnada, pois a dinâmica e a diversidade dos produtos oriundos desta atividade atendiam apenas o comércio local e em pequena escala, isto se deu durante o período em que a movimentação portuária brevesense voltava suas exportações de produtos florestais madeireiros em grande massa. Sobre tal situação, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Breves, assim descreve::

Quando estava no auge da madeira pouco se produzia. Até mesmo porque os madeireiros eram donos das terras e então eles obrigavam praticamente o ribeirinho a extrair a madeira pra abastecer as suas madeiras. Então eles foram esquecendo a agricultura, foram obrigados a largar a agricultura porque as terras também pertenciam aos donos das madeiras. (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Comunicação Pessoal, 2016).

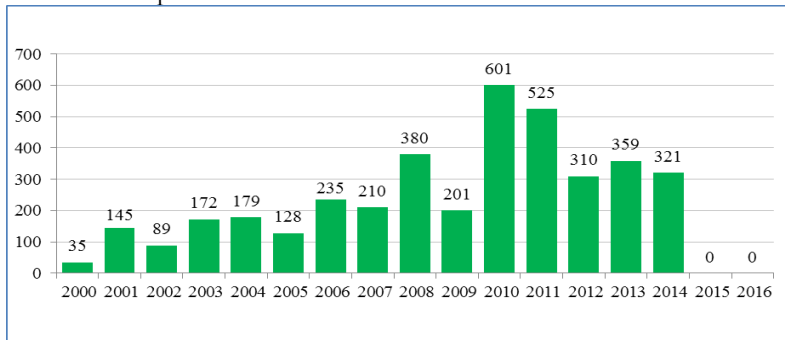
Após o colapso da atividade madeireira, a pesca e a agricultura em Breves, voltaram a ser praticadas pelas comunidades. Com isto, pescadores e agricultores que trabalhavam na produção madeireira (muitos), retornaram com a atividade pesqueira e da agricultura. Na prática, significou fontes de obtenção e complemento de renda para muitas famílias, pois, inúmeras pessoas foram contempladas com recursos que foram disponibilizados pelo governo federal na forma de programas sociais.

Além dessas formas de benefícios, em Breves/PA, o agricultor familiar pôde contar com um espaço aberto ao público (Casa do Agricultor), onde os mesmos realizam, de forma alternada, o

comércio de seus produtos. Apesar disso, não são encontrados na cidade de Breves produtos dessa natureza destinados a outros mercados, ficando restrita sua produção apenas em escala local e em pequena quantidade. Da mesma forma acontece com o pescado, sendo resultado de investimentos particulares e não sendo constante a comercialização destes na cidade, além de ser ofertado em pouca diversidade visa principalmente o abastecimento local.

Tornou-se comum no município de Breves pescadores e agricultores se organizarem em colônias e sindicatos para que estes pudessem buscar a representação, dos mesmos junto aos órgãos públicos e privados na questão da defesa dos interesses dessas categorias. Assim, a Colônia de Pescadores Z-62 surge e passa a cadastrar uma considerável quantidade de pescadores como podemos observar na Figura 26 abaixo:

FIGURA 26 - Número de cadastrados na Colônia de Pescadores Z-62, Breves-PA no período de 2000 a 2016



Nos anos de 2015 e 2016, as inscrições foram suspensas ou paralisadas.

Fonte: Secretaria da Colônia. Elaborado por Alves (2017).

De acordo com o presidente da colônia de pescadores de Breves, estes números, que se apresentam em ascendência, são resultantes do processo de “decadência” da atividade madeireira. Pois, segundo este:

Já depois do período madeireiro, a gente percebeu, até porque a colônia dos pescadores ela surge nesse momento, a gente observa que houve um aumento de filiados, de pessoas já querendo se legalizar, pra trabalhar, pra exercer a atividade, então aconteceu

essa procura, esse aumento de filiados. E o papel da pesca sempre foi muito importante pra questão da subsistência, pra complementação da renda deles (Presidente da Colônia, Comunicação Pessoal, 2016).

Como se observa na Figura 26, os números apontam um crescimento vertiginoso, sobretudo a partir do ano de 2010. Período em que muitas empresas madeireiras já não desenvolviam suas atividades. Mesmo com um número aproximado de 3.700 (três mil e setecentos) pescadores cadastrados apresentados na mesma figura, segundo o presidente da colônia, podem existir mais de 3.000 (três mil) pescadores que ainda não são cadastrados, “pois a dificuldade hoje ela é muito grande pra registrar, pra conseguir esse registro profissional que é o RGP (Registros de Pescador Profissional Artesanal) pra que o pescador possa exercer a atividade dele de forma legalizada” (Presidente da Colônia, Comunicação Pessoal, 2016).

Para o presidente da colônia, essas buscas pela regularização do pescador ocorreram em virtude de não possuírem outra forma garantida de obtenção de renda, principalmente após o declínio da atividade madeireira em Breves; o mesmo ressalta que dos cadastrados, cerca de 50% tinha algum tipo de vínculo com as madeireiras. Esta razão fomentou nos pescadores para atuarem na legalidade além de poder garantir uma fonte de renda e valorização deste profissional, especialmente o artesanal.

Vale ressaltar que, dos pescadores cadastrados, todos são contemplados com algum benefício concedido pelo Governo Federal, entre os quais o Bolsa Família, o Seguro Defeso (este passa a ser conferido a partir do cadastro), Auxílio Reclusão, Pensão por morte. Além desses benefícios, o pescador de posse do Registro de Pescador Profissional da Pesca, tem acesso a outros benefícios, por exemplo, o Plano Safra da Pesca e Aquicultura¹⁵.

¹⁵ Plano lançado em 2012 pelo Governo Federal, objetivando modernizar e fortalecer a indústria e o comércio pesqueiro. Concedendo créditos a juros mais baixos. Envolve entre outros atores, os aquicultores familiares, o pescador artesanal, agricultores familiares.

A maioria dos pescadores contemplados com um dos benefícios citados acima, ou qualquer outro, utiliza o mesmo como um complemento em sua renda familiar, pois com a decadência da atividade madeireira, muitos buscaram outras formas de garantir subsistência, uns retornando às atividades da pesca e agricultura, extração do açaí e outros produtos florestais não madeireiros e paralelo a estas atividades o auxílio dos benefícios compõe a renda familiar.

Da mesma forma, o Sindicato dos Trabalhadores Agroextrativista da Agricultura Familiar e dos Reassentados da Reforma Agrária do Município De Breves – SINDITRAF¹⁶, que ainda está em processo de estruturação, representa, de acordo com a secretaria do sindicato, 1.272 agricultores. Para o presidente deste sindicato:

Com a falência das madeireiras e com o programa de reforma agrária do governo federal, com os assentamentos, agora o cidadão tá voltando um pouco mais pra agricultura que se destaca a agricultura de subsistência e o açaí que tá se destacando muito mais que os outros. Porque o problema da terra foi resolvido, agora o que ele produz é dele mesmo, ele vende pra quem ele quiser. E a produção tá aumentando significativamente a produção agrícola no município de Breves (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Comunicação Pessoal, 2016).

As buscas por estas formas de organização social passaram a serem consideradas outras “alternativas” legais para aqueles que veem na pesca e na agricultura suas principais formas de subsistência, destarte, estas se tornando como complemento ou a principal forma de obtenção de renda pelas populações ribeirinhas do município de Breves. Com isso, tanto a pesca quanto a agricultura brevense, após a “decadência” madeireira, estão sendo desenvolvidas com certa frequência, o volume de produção passou ser maior em relação ao período de plena atividade madeireira.

¹⁶ Este sindicato foi fundado em 31 de maio de 2015. Neste ano foram cadastrados 258 agricultores e, em 2017, até o dia em que foi realizada a entrevista (21 de novembro de 2017), tinham sido cadastrados 800 indivíduos.

Com isso, muitos pescadores e agricultores voltam a praticar novamente a atividade da pesca e da agricultura, estas ganham outros contornos, mas que, em alguns casos, necessitam de olhares por parte das políticas públicas com objetivos de proporcionar maiores investimentos nestas atividades, possibilitando, assim, que a produção alcance outras escalas e em maiores proporções. Pois, o município ainda tem a necessidade, por exemplo, de importar culturas agricultáveis que poderiam ser produzidas no próprio município.

A agricultura familiar vem sendo praticada sem apoio governamental por algumas pessoas que, com seus recursos próprios promovem investimentos nesta atividade, e que caminha para se configurar como uma das alternativas não só de subsistência, mas, sobretudo, que possibilite uma produção que abasteça a cidade com uma determinada cultura, além de alcançar outros mercados.

Em relação ao pescado que é consumido em Breves, algumas espécies são extraídas no próprio município com procedência da localidade denominada de “cururu”, estes apresentando pouca diversidade e com um alto grau de aceitação o tamuatá (*Hoplosternum littorale*), traíra (*Hoplias malabaricus*), jejú (*Hoplerthrinus unitaeniatus*), aracu (*Leporinus friderici*), entre outros.

Outras espécies que se destacam pelo volume e diversidade sendo bastante conhecidas e com alto grau de aceitação em diversas escalas, entre elas a pirapitinga, o tambaqui (*Colossoma macropomum*), tucunaré (*Cichla ocellaris*), pescada (*Cynoscion leiarchus*), são extraídas no Amazonas e comercializada em Breves. Vale ressaltar que as duas primeiras espécies citadas são também criadas dentro do município e vendidas em algumas ocasiões.

Mas, um dos grandes problemas visto pela população são os altos preços, entre as razões, são em virtude da preferência dos produtores por outros mercados e ainda os altos custos dos investimentos promovidos por pequenos proprietários locais, pois muitos ou nenhum são desenvolvidos sem apoio governamental.

Diante disto, a falta de incentivos através de políticas públicas dificulta o desenvolvimento destas atividades (pesca e agricultura), em Breves, existem grandes possibilidades de

potencializar tais atividades e, assim, contribuir com um desenvolvimento local capaz de gerar empregos e renda para a população.

O comércio e os serviços

Historicamente, no município de Breves, os produtos produzidos no interior deste atendiam basicamente o mercado externo com diversos tipos extraídos da floresta. Logo, “em Breves, por meio das conexões entre as florestas, rios e portos, uma gama de produtos entrava e saía da cidade, dinamizando o comércio local. Produtos como borracha, madeira, arroz, sementes oleaginosas, peles de animais silvestres, frutas tropicais cruzavam os estreitos de Breves [...]”. (LEÃO, 2014, p. 57).

Com a retomada da atividade madeireira em Breves a partir da década de 1980, o comércio representou possibilidades de subsistência e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento deste. Com isso, o comércio brevesense que passou a figurar como umas das principais entre as cidades marajoaras, se mantendo até os dias atuais, foi considerado um polo marajoara. Pois, além do comércio, a prestação de serviços surgiu de forma paralela ao comércio, principalmente que passou a se acentuar a partir do ano de 2000, ofertando uma diversidade de serviços, gerando empregos e dinamizando a economia local.

Contudo, o abalo ocasionado pelo declínio da atividade madeireira em Breves, refletiu diretamente nas vendas em diversas lojas e comércios, principalmente naquelas que eram “fornecedoras” de produtos que atendiam às necessidades das mesmas. Isto pôde ser observado nas palavras da Entrevistada A:

(...) na época que as madeiras estavam a todo vapor, pelo menos aqui no nosso segmento, 30% das nossas vendas eram para as madeiras. Uma porcentagem muito considerável dentro de qualquer empresa. Tínhamos uma linha de crédito bastante robusta. Era um negócio muito dinâmico, algumas madeiras fechavam as contas de 15 em 15 dias e outras de 30 em 30 dias. Como elas trabalhavam de acordo com dólar, era extremamente dinâmico esse nosso fechamento... e como era o curto prazo pra

gente receber, a gente dava um crédito bem alto pra essas madeireiras (Comerciante entrevistada A. Comunicação Pessoal, 2016).

A dinâmica do comércio também foi alterada e consigo trouxe a redução no número de empregos diretos. Os empresários deste ramo além de fazer outros investimentos na estrutura organizacional voltada para fortalecimento do atendimento de outra clientela foram obrigados a demitir, consideravelmente, seus funcionários. Como podemos constatar no discurso de uma empresária local:

Atualmente, 22 funcionários. Houve uma redução de cerca de 50% em relação ao período citado (período de plena atividade madeireira). Nós tivemos que nos reorganizar um pouco no nosso comércio porque as indústrias nos proporcionavam notas muito grandes,... um vulto muito grande de mercadoria e nós passamos a atender mais clientes “pequenos”. Tivemos que nos reorganizar pro nosso atendimento interno do cliente que entra na loja pra comprar, que compra notinha. (...) tivemos que treinar muito mais o nosso vendedor (Comerciante entrevistada A. Comunicação Pessoal, 2016).

Seus relatos dizem o que muitos clientes, quando possível, preferem fazer, que é comprar menos e realizar pagamento à vista. Certo que em meio à crise madeireira muitos foram perdendo seus créditos no comércio. Gradativamente, as linhas de crédito que eram concedidas aos funcionários de madeireiras, em sua maioria foram sendo canceladas assim como das próprias empresas na medida em que entravam em decadência.

Segundo a mesma entrevistada, o comércio local foi fortemente abalado pelo fechamento das indústrias madeireiras, para ela, “... na época que as madeireiras estavam a todo vapor, pelo menos aqui no nosso segmento, 30% das nossas vendas eram para as madeireiras. Uma porcentagem muito considerável dentro de qualquer empresa”. Para os comerciantes, em particular a entrevistada, ficaram vários legados negativos. Podemos citar as inadimplências, que com o declínio das madeireiras em Breves, “as

compras caíram vertiginosamente, ficou aquele débito enorme sendo negociado lentamente. Então, foi um freio assim extremamente forte na economia de Breves”, enfatiza.

Houve profundas alterações provocadas após o fechamento de muitas madeireiras, podendo outras empresas terem migrado ou, de acordo com Haesbaert (2004), a deslocalização das empresas ou da flexibilização das atividades produtivas. Dessa forma, várias foram as estratégias e as formas para o uso do solo em ambientes que predominava uma atividade econômica geradora de recursos responsáveis pela manutenção, sobrevivência e, sobretudo, pela busca do desenvolvimento socioeconômico, a atividade madeireira.

Diante de tal situação, o cenário brevesense imergiu em meio a problemas de cunho social, os índices elevados de desemprego contribuíram de certa forma para o aumento da violência, pois muitos ingressaram no submundo do crime.

Os serviços ofertados deram um suporte para tais investimentos e contribuíram para certo desenvolvimento local, contudo, tais atividades provocaram até mesmo a valorização imobiliária, passando a ser um significativo comércio para muitas pessoas, pois, os altos (e exorbitantes) valores dos imóveis estavam relacionados com a presença dos bancos que facilitavam os recursos financeiros.

Apesar da inserção de novas ofertas, as prestações de serviços na cidade de Breves, que ainda precisam melhorar na qualidade, ainda mostram-se ineficientes, sobretudo na falta de muitos serviços que venham a atender a demanda da população, principalmente no que diz respeito à saúde onde a inexistência de muitas especialidades faz com que muitas pessoas busquem opções na capital Belém.

Outros serviços que vêm mostrando uma quantidade e diversidade são as instituições de ensino superior (Figura 27) na modalidade à distância e semipresencial entre elas, UNIP, UNICID, UNIASSELVI, UNOPAR, além dos cursos ofertados pelo governo como o - Programa de Formação Inicial Continuada

para Professores da Educação Básica (PROFIC¹⁷), estes responsáveis, também, por dinamizar uma considerável parcela de municípios vizinhos.

FIGURA 27 - Universidades particulares na cidade de Breves-PA



Fonte: Pesquisa de campo do autor (2018).

Neste sentido, o número expressivo de pessoas que veem na qualificação da mão de obra uma possibilidade de ingressarem no mercado de trabalho acaba entrando na contramão da realidade brevese, pois o que se percebe em Breves é que tais possibilidades a cada dia vêm diminuindo. Este reflexo negativo (a falta de oportunidades de emprego) vem perdurando ao longo do tempo causando um futuro incerto e que as consequências já são notáveis: um número expressivo de pessoas disponíveis para o mercado de trabalho, outras migrando para outros municípios e outros estados, os índices de violência que vêm aumentando e que podem ter relação com a falta de emprego.

Os serviços de transporte fluvial, que representa a principal forma de mobilidade da população brevese em direção às capitais

¹⁷ O PROFIC substituiu o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

Belém e Macapá, são as empresas de navegação com viagens regulares estabelecendo, assim, o elo entre Breves-Belém-Macapá, com duração em média 13 horas¹⁸. Tal serviço, ao longo dos anos, vem se ampliando e se diversificando, com vistas a otimizar as distâncias entre Breves-Belém. Recentemente, muitas embarcações conhecidas como catamarãs foram implantadas, como sabemos, para o transporte apenas de passageiros, reduzindo consideravelmente tais distâncias (aproximadamente 6 horas de viagem).

Entre as principais empresas de navegação que atuam há décadas nesta atividade destacam-se São Domingos, Custódio, Leão do Marajó e Bom Jesus, esta última detém o monopólio do transporte fluvial através de catamarãs entre Breves e Belém. É imprescindível mencionar que tais empresas ainda estabelecem escalas nos municípios de Portel, Bagre e Currealinho todos no Marajó-Pará, mas que não realizam viagens para o estado do Amapá, sendo realizadas por outras empresas.

As empresas de navegação assumem um importante papel no desenvolvimento econômico local, pois, é através destas que são abastecidos com mercadorias vindas da região metropolitana de Belém e Macapá, os comércios não só de Breves como das cidades vizinhas, além dos transportes de pessoas. Gerando também inúmeros empregos informais.

Ao longo dos anos, pós-declínio da atividade madeireira, notou-se a presença na cidade um número bastante elevado de construções: casas, comércios, lojas, o que corroborou para as análises comparativas do período econômico anterior e o atual momento em que breves se encontra embasado no comércio, prestação de serviços e outras formas de subsistência, de que os padrões e a qualidade de vida da população brevesense melhoraram.

Com o fechamento das empresas madeireiras, muitas pessoas passaram a promover investimentos com intuito de trabalhar de forma autônoma. Vale ressaltar que muitos que tinham vínculo

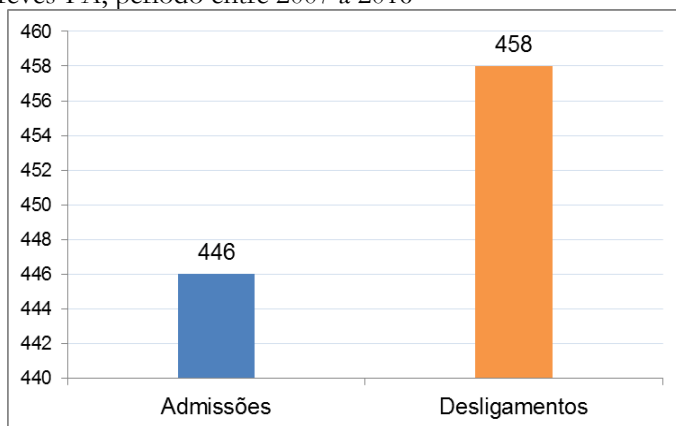
¹⁸ O regime das marés interfere diretamente nas viagens podendo durar em torno de 15 horas ou mais tanto em direção a Belém como para Macapá. Vale ressaltar que este tempo é baseado para embarcações dos tipos navio e *ferryboat* (balsas).

empregatício com tais empresas ingressaram também no funcionalismo público, principalmente na área da educação.

A partir desses investimentos, além do aumento das possibilidades de geração de emprego e renda, alguns desses apontaram para a construção de lojas, comércios. Contudo, percebeu-se também que isto provocou grandes especulações imobiliárias. Assim a valorização dos imóveis foi acompanhada e incentivada por instituições bancárias que facilitavam a compra e venda destes, interferindo diretamente na arrecadação municipal, entre os principais impostos destacamos o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial (IPTU) e o Imposto Sobre Transmissão-Intervivos (ITBI).

Diante de tal situação, a indústria da construção civil em Breves ganhou espaços em meio à decadência madeireira e passou a ter grande importância na cidade por promover empregos e renda. Apesar disso, hoje se apresenta um tanto estagnada. Inúmeros são os fatores que colaboram para isto, entre eles, a supervalorização dos imóveis, principalmente aqueles próximos à parte central da cidade e as dificuldades em adquirir financiamento junto às instituições bancárias, hoje, as taxas bancárias não são tão acessíveis para esta modalidade.

FIGURA 28 - Total de admissões e desligamentos na Construção Civil em Breves-PA, período entre 2007 a 2016



Fonte: Ministério do Trabalho / PDET (Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho) Elaborado pelo autor.

Na figura acima, observa-se o total de admissões e desligamentos no setor da construção civil, no período compreendido entre 2007 a 2016, tais dados apresentam uma variação entre as duas taxas, ocorrendo, dessa forma, um saldo negativo entre as duas taxas. Porém, ainda podemos considerar o total de admissões um número expressivo para o período que representou incertezas diante do cenário que se instalou no município com o fechamento das empresas madeireiras, sendo comum que este setor obedeça à dinâmica admissões/desligamentos.

Em Breves, além das construções de lojas, comércios, destacamos o mercado de habitações que contribuíram para o fortalecimento da indústria da construção civil. Muitas empresas promoveram a construção destas e posteriores vendas de inúmeras residências, isto, também, em razão de políticas governamentais de habitações implantadas, e com apoio do maior financiador imobiliário do Brasil, a Caixa Econômica Federal, esta com uma unidade instalada na referida cidade.

A indústria madeireira remanescente

Mesmo com as intervenções, outrora citadas no anteriormente, são encontradas, ao longo dos rios que banham o município, muitas serrarias que comercializam madeiras de diversas espécies e inúmeras serrarias de produção de cabo de vassouras destinadas, principalmente ao mercado externo, sendo esta produção comparada como no período da extração madeireira ou com sinais de maior quantidade quanto ao período citado.

Assim, o município, mais uma vez, como no período de exploração do látex, do arroz, vê sua principal base econômica entrar em colapso e causar profundas mudanças//transformações/alterações em sua dinâmica espacial e social. De certa forma, isto contribuiu para que algumas atividades econômicas no município passassem a se intensificar, outras surgissem como “alternativas” de investimentos por parte de empresários.

Por outro lado, esse evento também contribuiu para que a mão de obra que ficasse ociosa, com o declínio da atividade madeireira fosse absorvida nos empreendimentos e na informalidade,

na atualidade dando uma nova cara à economia do referido município. Com a decadência da atividade madeireira no município de Breves, o processo de (re)organização do espaço do referido município começa a se desenhar, pois, como reflexo social, o espaço urbano, segundo Corrêa (1989, p. 09-10):

(...) é constituído por diferentes usos da terra. Cada um deles pode ser visto como uma forma espacial. Esta, contudo, não tem existência autônoma, existindo porque nela se realizam uma ou mais funções, isto é, atividades como a produção e venda de mercadorias, prestação de serviços diversos ou uma função simbólica, que se acham vinculadas aos processos da sociedade.

Diante das mudanças no cenário econômico de Breves, advindas do declínio madeireiro, houve a necessidade de intensificar outras formas de produção deste espaço, assim, tanto a formalidade quanto a informalidade ganharam destaques no cenário econômico brevesense. O primeiro investido de uma concentração de pessoas empregadas em estabelecimentos comerciais, órgãos públicos; e o segundo, onde uma considerável parcela da população atua como vendedores ambulantes, carregadores, entre outras formas, que procuram pela subsistência diariamente dentro dessas condições.

Tal situação, também foi observada por um dos personagens que participou diretamente da atividade madeireira e relaciona o fato em que Breves se encontra, em decorrência, em parte, ao fechamento das indústrias madeireiras que dinamizavam a economia local e empregavam inúmeras pessoas, segundo ele:

(...) o governo quando fechou as serrarias, não trouxe nada em troca pro “caboco”, não trouxe uma indústria, uma fábrica de nada. Hoje você vê quantas mil pessoas desempregadas em breves? Porque não tem nada! Se ele (o governo) fecha uma serraria e abre uma fábrica de reciclagem ou alguma coisa pra essas pessoas trabalhar, tudo bem. Seria fechar uma porta e abrir outra, mas não, fechou tudo de uma vez, simplesmente contribuiu pro desemprego.

(Madeireiro entrevistado A. Comunicação Pessoal, 2016).

E corrobora:

Você vê pai de família com isopor no ombro, uma tigela de coxinha na mão pra vender, pra ver se consegue alguma coisa pra casa, gente que “tava” lá na serraria trabalhando. Tu vê outros em cima de carro de mão, com a bicicleta ou alguma coisa, tentando fazer um carroto pra vê se leva alguma coisa pra casa. (Madeireiro entrevistado A. Comunicação Pessoal, 2016).

Em seu período de relevância para o mercado externo, a indústria madeireira brevese mostrou que sua produção obedecia, em grande parte, aos parâmetros exigidos para a obtenção de produtos de qualidade; as tecnologias empregadas em muitas empresas resultaram na diversificação de produtos madeireiros.

A quantidade de empresas madeireiras distribuídas espacialmente em Breves seguia certa organização em seu modo de produzir; a diversidade de produtos se dava em virtude da constituição de diferentes segmentos destas empresas, que atendiam o mercado com os seus produtos finais. A existência de várias madeireiras se classificava de acordo com o destino dos produtos madeireiros. Segundo Santana (2001), o primeiro segmento é constituído pelas empresas de madeira serrada e beneficiada (...); o segundo produz madeirite, laminado e compensado de madeira; o terceiro produz artefatos (...); o quarto produz móveis, casas pré-fabricadas, modulados, etc.

Dessas, muitas destinavam sua produção ao mercado que compreendiam escalas local/regional, destacando-se diversos municípios, entre eles Breves com empresas produtoras de tábuas, pranchas, compensados e laminados, esquadrias, portas, janelas, etc., com o passar dos anos e ainda no período madeireiro, aconteceu a verticalização da produção madeireira.

Em Breves, a atividade madeireira representou, por muitas décadas, a prosperidade para diversas famílias, o que garantia o bem-estar e o usufruto de um bom padrão de vida. Contudo, a

derrocada desta atividade corroborou para que muitos empresários procurassem outras formas de investimentos dentro ou fora do próprio município. Outros, sem muita ou nenhuma perspectiva, principalmente investiram até mesmo em atividade ligada à madeira (por exemplo, uma instância, uma fábrica de cabos de vasouras).

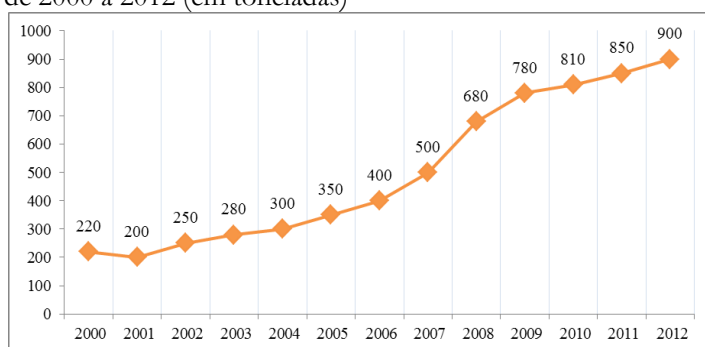
Hoje, e na ótica de pessoas que estiveram diretamente ligadas ao período madeireiro, no caso ex-donos de serrarias, dizem que a preocupação com garantia de subsistência após a madeira é evidente por muitos, diante disto, e em entrevista, apontam alternativas diante do cenário econômico brevense atual e como forma das populações, principalmente o ribeirinho, subsistirem e obterem renda capazes de garantir ou melhorar a qualidade de vida das mesmas, para o Entrevistado B:

Se o governo mandar recursos e técnicos para o ribeirinho, o pessoal dono de terra, é.. limpe um açai-zal,... porque existir, existe. Tem no Banco da Amazônia (recursos), mas não chega pra gente. A fonte de renda que eu vejo no futuro é o açai. ... O governo tinha que mandar *in lócus* o pessoal, “vem cá, tu precisa de quê?”... com 3 a 4 anos, a realidade dava por-rada no ciclo madeireiro. Só o açai que tem no município de Breves, Melgaço, Anajás se o governo mandasse uma equipe pra ver *in lócus*, “vem cá, tu precisa de quê?” e fiscalizar, o cara pegar o dinheiro e trabalhar no açai. Nós exportava pro mundo açai. Porque todo mundo hoje tira açai, mas é só no quintal, no pasto dele, o cara não tem recurso pra ir limpar açai-zal, é o que eu vejo (Madeireiro entrevistado B. Comunicação Pessoal, 2016).

Como “alternativa” apontada por algumas pessoas que estiveram ligadas ao ramo madeireiro, a extração do açai, representa um comércio bastante lucrativo para o município de Breves. Esta atividade ganhou representatividade no comércio local (Figura 31), com destaque tanto para uma expressiva quantidade de “batedeiras” existentes na cidade quanto pela quantidade exportada para demais localidades no Brasil e exterior.

O volume de investimentos através de políticas públicas para a atividade extrativa do açaí em Breves, ainda é muito deficiente, o potencial econômico deste produto, que não é explorado como é esperado por muitos, na Ilha do Marajó é bastante considerável. Inúmeras são as técnicas (o manejo é uma delas) que facilitam a produção, estas desenvolvidas por técnicos de empresas especializadas (no caso, a EMBRAPA); aliadas aos conhecimentos locais produzem um resultado que pode (ou poderia, se aplicado na prática) ser satisfatório e de grande contribuição para com o desenvolvimento local e fortalecer esta atividade. Contudo, como já citado, pouco se percebe a existência desses investimentos na realidade brevesense.

FIGURA 29 - Quantidade produzida do fruto do açaí em Breves, período de 2000 a 2012 (em toneladas)



Fonte: Gerência Executiva de Estatística e Mercado Agrícola - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (GEEMA/SEDAP)

A extração do açaí é uma atividade bastante rentável no município. Especialmente para uma considerável parcela da população de Breves que comercializa um dos principais derivados deste fruto: a polpa do açaí, o qual se constitui como base alimentar do povo paraense. Contudo, é importante ressaltar que a matéria-prima que é comercializada em Breves, em sua maioria, tem procedência de municípios marajoaras como Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Portel.

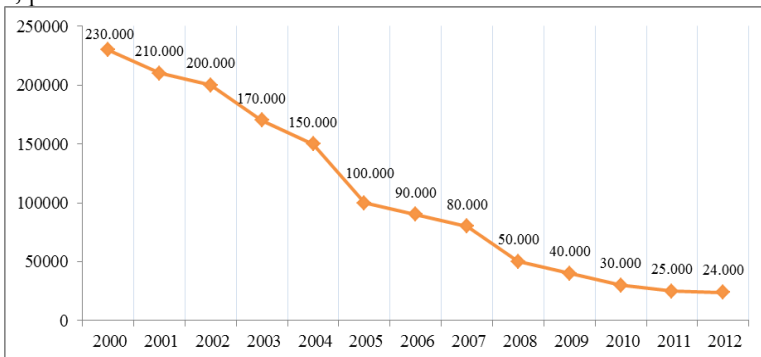
No meio rural, e de caráter familiar, a produção do açaí vem se configurando como uma das principais atividades, apesar

da riqueza dos açazais nativos, vem sendo cultivado com maior frequência nos últimos anos. É importante destacar que no município de Breves são existentes empresas, algumas localizadas no meio rural, que voltam sua produção destinada exclusivamente para exportação.

O comércio do popular açaí, através das inúmeras “bate-deiras” distribuídas pelas vias da cidade, representa uma atividade geradora de emprego e renda para a população local. Pela importância econômica no Pará, em 2011 o Governo paraense criou o Programa de Qualidade do Açaí, através da SEDAP (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca), com vistas a introduzir as boas práticas que envolvem a dinâmica de produção à comercialização, tanto nos moldes de fabricação artesanal e industrial, objetivando sempre a qualidade do produto bem como o aumento na renda do produtor.

A atividade madeireira praticada em Breves tinha grande representatividade e que se mostrou relevante na ótica dos madeireiros em seu período de vigência. Sua produção alcançava grandes mercados consumidores e, com isto, gerava milhares de empregos no município. Abaixo (Figura 30), podemos observar a quantidade de madeiras produzidas em tora destinadas principalmente ao mercado externo.

FIGURA 30 - Quantidade produzida de madeira em tora (m³) em Breves, período de 2000 a 2012



Fonte: Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI) - Gerência Executiva de Estatística e Mercado Agrícola (GEEMA).

Este tipo de produção em Breves ganhou notória expressão entre as décadas de 1970 e 1980, período em que foi considerado como áureo no município de Breves e de instalação de madeiras, contribuindo, assim, para fortalecimento da atividade madeireira brevesense e de mudanças socioeconômicas e territoriais do município. Dentre as principais mudanças no espaço territorial brevesense destacamos o surgimento de bairros próximos, provocados principalmente pelo êxodo rural, de empresas madeiras aonde muitas famílias que nelas trabalhavam se estabeleceram, porém com infraestruturas deficitárias, outras inexistentes o que contribuía para o surgimento de problemas sociais.

Com indícios de fechamento das mesmas a partir de década de 1990, esta produção diminuiu consideravelmente e novas alternativas de emprego e renda visando a subsistência da população foram sendo desenvolvidas, algumas fortalecidas.

Em termos econômicos, este declínio da produção madeireira representou a redução de um grande percentual em sua receita orçamentária. Isto em decorrência, do fechamento de madeiras de forma maciça a partir da década de 2000, período em que foi marcante e acentuado, trazendo consigo transtornos para a economia local, assim como acarretando vários problemas de cunho social, estes já existentes e que passaram a se intensificar.

Convém ressaltar que, historicamente, a atividade madeireira na Amazônia foi estimulada por várias décadas, em alguns casos, a exploração dos produtos florestais madeireiros apresentou-se de forma predatória. Em Breves, assim como diversos municípios na Amazônia brasileira (e que é importante assinalarmos e considerarmos), as formas de exploração que são realizadas nas distintas áreas das florestas: as várzeas e as de “terra firme”, onde a retirada dos recursos florestais acontecem de formas diferentes em virtude das características de cada tipo de terreno. No primeiro tipo, a exploração não apresenta caráter tão predatório quanto o segundo, isto acontece porque na várzea por ser um alagadiço acaba dificultando o acesso de máquinas.

ANÁLISES GERAIS DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS EM BREVES PÓS-DECLÍNIO DA ATIVIDADE MADEIREIRA (2000-2015)

A exploração madeireira em Breves provocou reflexos de ordem social, econômica e ambiental sobre a população local, sobretudo, acerca do seu processo de desenvolvimento. Durante o período de maior produção, esta atividade econômica contribuiu para a inserção do município ao mercado nacional e internacional. Pois, a produção brevese das principais empresas madeireiras obedecia a parâmetros de exportação.

Da mesma forma, as alterações nos padrões de vida da população foram representativas, por conta da quantidade de empregos que foram ofertados pelas empresas que, ao longo dos anos, foram se instalando no município de Breves-PA.

Neste capítulo, apresentaremos as análises realizadas em campo, propostas pela pesquisa, esta realizada na cidade de Breves/Marajó-Pará acerca do contexto do processo de produção madeireira e esta como representação de como a sociedade se organizou, principalmente na área urbana da referida cidade, a partir do processo de decadência desta atividade economicamente rentável para Breves; analisar-se-á os principais reflexos provocados pelo fechamento das indústrias de produção e beneficiamento de madeiras destacando: i) os problemas sociais, principalmente os relacionados à criminalidade que assolam o município; ii) a importância do funcionalismo público bem como o assistencialismo; iii) e a arrecadação dos impostos, resultantes do acentuado número de lojas e comércios.

Tal pesquisa foi desenvolvida a partir de procedimentos baseados no método de pesquisa qualitativa, onde foram entrevistados diversos atores que estiveram ligados direta e indiretamente na atividade madeireira.

O processo de produção econômico de Breves remonta às primeiras décadas do século XX, período em que o município tinha como principal base econômica a extração do látex, atividade desenvolvida em grande escala à nível regional e que se espalhou por

diversos municípios do Marajó. Logo, a vila de Corcovado¹⁹ tornou-se o principal local de escoamento e ganhou reconhecimento em diferentes escalas pela quantidade de látex produzida no interior do município durante o período da Segunda Guerra Mundial.

Tendo um período áureo de produção desse produto (látex) na Vila de Corcovado, onde os registros locais apontam para o período compreendido entre 1940 a 1960, perdurando até a década de 1970, quando nesta década a atividade madeireira já despontava e acompanhava o processo final de produção de látex na referida vila. Durante o período áureo da produção de látex e com o início da atividade madeireira, a cultura do arroz se destaca, o município configura-se entre os principais exportadores de arroz do Brasil, contudo, se sobrepondo com a exploração do látex e da madeira. Considerada pelos moradores como a atividade que promoveu maior dinâmica econômica ao longo da história de Breves, a atividade madeireira representou, o desenvolvimento local para estes, a integração com as demais partes do Brasil e com o exterior além de favorecer o surgimento e fortalecimento de outras atividades consideradas suplementares à subsistência de outros.

A forma como vinha sendo executada a atividade madeireira na Amazônia brasileira, com características predatórias desde a década de 1980, sinalizaram preocupações que despertaram olhares de muitos órgãos e instituições, inclusive a nível mundial. Sem dúvida, esta forma de exploração mostrou certa disparidade em relação ao uso dos recursos florestais madeireiros desenvolvidos pelas comunidades ribeirinhas. Pois, até a década de 1960, no Pará, a atividade madeireira era quantitativamente muito pequena e concentrada nas florestas de várzeas dos grandes rios, para facilitar seu transporte por jangadas (VERÍSSIMO et al, 2002, p. 15).

Com o advento de empresas atraídas pelos incentivos fiscais para a Amazônia, foi fortalecido o comércio com o exterior. Isto pôde ser notado a partir da construção de um porto alfandegário e principalmente pela presença de navios cargueiros aportados na cidade. Esses acontecimentos contribuem para mudanças na forma de uso dos recursos madeireiros que se expandem para além das áreas de exploração do município. Logo as alterações

¹⁹ Povoado localizado aproximadamente a 5 km de Breves via terrestre.

socioeconômicas e territoriais passaram a se evidenciar. Dentre as quais, as migrações provocadas pelas buscas de empregos.

A base da economia brevese por várias décadas esteve pautada no extrativismo, principalmente o florestal, mas, pouco desenvolvido do ponto de vista técnico, o que refletia diretamente tanto no processo de exploração quanto no beneficiamento desses produtos. Contudo, se configurou entre os municípios paraenses como um dos maiores e mais antigos polos produtores/exportadores de látex tendo os Estados Unidos como um dos principais consumidores.

Paralelamente a esta atividade, o comércio e a indústria madeireira dinamizaram um considerável movimento populacional para o município em razão destas atividades, bem como o acesso aos serviços bancários, de saúde, entre outros.

Com o advento de empresas madeireiras em Breves, para a população local, significou grandes possibilidades de empregos e, com isto, as mudanças no espaço físico brevese e melhoras nas condições de vida, pois a cidade passaria a se organizar, o que aconteceu mas, muito lentamente, para atender às demandas da população urbana que aumentou em virtude das ofertas de empregos.

Isto foi fato em Breves, porém, da forma como se deu o processo de exploração da madeira em muitos municípios da Amazônia, em particular em Breves, esta atividade econômica tenderia para um ciclo que perdurou a partir da década de 1960 até meados da década de 2000. Evidente que, como qualquer “ciclo”, vive seus momentos de ascendência, seu apogeu e, geralmente, sua derrocada, pois, como sabemos esta é a dinâmica das atividades econômicas que exploram recursos finitos.

A trajetória da atividade madeireira em Breves e região foi extremamente marcante do ponto de vista das mudanças territoriais, da mesma forma, podemos afirmar para o ponto de vista socioeconômico. A oferta de empregos foi acentuada, porém, e para muitos, o emprego apenas gerava uma forma de subsistência, sobrevivência de uma parte da população brevese.

Ao que se percebeu no decorrer dos anos sobre a atuação das indústrias de madeiras na Amazônia, é que muitas demonstraram objetivos de se instalar em uma determinada área onde

pudesse aproveitar o máximo os recursos existentes até o limite de exaustão, para então territorializar-se em outras áreas, dando continuidade ao seu propósito e legitimando, dessa forma, para a decadência desta atividade.

Durante o período em que se teve a atividade madeireira como principal forma de geração de renda para a população brevesse poucos foram os investimentos na cidade como outras formas de subsistência da população Breves. O comércio e as prestações de serviços eram existentes, porém com pouca visibilidade a nível regional, principalmente entre os municípios vizinhos. Esta realidade passou a sofrer mudanças a partir da década de 2000 quando se tem grandes indícios de crise no setor madeireiro onde os mesmos ganharam notoriedade e expressão destacando, neste sentido, o município de Breves.

A partir da crise instaurada em Breves, ampliaram-se as ofertas de empregos através das prestações de serviços e do comércio. Isto possibilitou outros empregos informais além de fortalecer os existentes. A produção do espaço local voltou-se para atender uma “nova” organização que se configuraria a partir da chegada de muitos imigrantes nacionais que vieram ocupar funções em instituições bancárias, nos hospitais, principalmente no Hospital Regional do Marajó, pois, os investimentos em hotéis, residenciais e outras formas de habitações passaram a se desenvolver na cidade.

Atualmente, apenas uma empresa atua no município com a produção de madeiras voltada para serração e aplainamento da madeira. Não obstante, com a decadência da atividade madeireira ainda podemos corroborar a importância desta atividade em Breves tanto na geração principal de renda, ou complemento na renda mensal de muitas famílias, que residem pelos furos e rios de Breves, evidenciadas pelas diversas serrarias com destaques na produção de cabos de vassouras.

No campo social, alguns reflexos negativos, como a criminalidade, hoje são visíveis e remetem a refletir sobre quais políticas públicas estão sendo implantadas com vistas a amenizar uns e resolver outros problemas. Pois, cotidianamente, é possível perceber que a violência vem se tornando rotina na vida da população

tanto na parte urbana quanto na parte rural, esta última ganhando repercussão nos noticiários nacionais e internacionais.

As ondas de crimes nos rios da região é também um reflexo das dificuldades enfrentadas por órgãos de segurança pública em combater esses crimes. Diante deste cenário de medo, insegurança e sensação de impunidade, muitos ribeirinhos, por não terem outras opções, acabam migrando para a cidade, mas que infelizmente, apenas mudará o cenário, pois a violência se apresenta até em maior proporção comparada com a zona rural do município.

Considerando que a realidade brevese proporciona uma considerável fatia da participação da arrecadação e reconhecida como uma das maiores cargas tributárias do Marajó, o município de Breves apresenta bons resultados na arrecadação, principalmente o IPTU (ver Figura 22) que representa uma fonte de receita que pode ter mais retorno para o município se for instituído e aplicado de forma correta.

Assim como este, outros impostos são bastante relevantes para a receita municipal: o ITBI, o ISS, da mesma forma, as transferências da União aos municípios onde o FPM (ver Tabela 4), é um dos mais importantes deles. Diante destas receitas consideráveis, espera-se que os retornos sejam satisfatórios, que a criação de novos projetos venha atender aos anseios da população que clama por dias melhores e os existentes justifiquem sua continuidade.

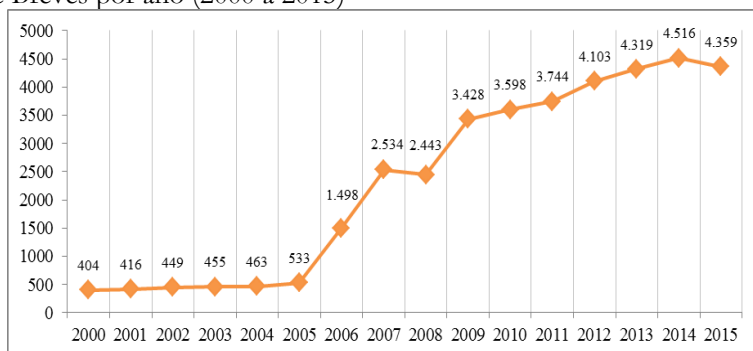
Contudo, uma grande parcela da população é contemplada com diversos benefícios governamentais, logo, o assistencialismo apresenta-se ora como principal renda familiar, ora como complemento da renda mensal. Outras rendas advindas das práticas do cultivo de pequenas culturas familiares, com destaque para o plantio da mandioca, da pesca artesanal, da criação de animais de pequenos portes, o extrativismo de produtos florestais não madeireiros e da extração do açaí, agregam e/ou se constituem na principal forma de obtenção de renda.

Atualmente em Breves, o funcionalismo público é basilar na garantia de geração de emprego e renda e o principal dinamizador da economia do referido município e está alicerçado principalmente nas secretarias de educação e saúde que absorvem um alto quantitativo de mão de obra.

Em 2015, dos 4.359 funcionários ativos da prefeitura municipal de Breves, 2.908 estão lotados na Secretaria de Educação e 782 na Secretaria de Saúde, o quantitativo destas secretarias inclui concursados e contratados o que corresponde aproximadamente 85% do total de funcionários desta prefeitura.

Abaixo (Figura 31), a evolução no crescimento do número de funcionários da prefeitura municipal de Breves, nos dá a ideia de como este órgão é responsável por uma considerável e gerador de uma quantidade de empregos à população local.

FIGURA 31 - Número de funcionários efetivos da prefeitura municipal de Breves por ano (2000 a 2015)



Fonte: Portal da Transparência/Breves (disponível em www.breves.pa.gov.br/transparencia/).
Elaborado pelo autor (2018).

Diante dos dados expostos na figura XX acima, podemos observar que o referido município é grandemente dinamizado por uma grande quantidade de pessoas que tem algum tipo de vínculo empregatício com a Prefeitura local, dessa forma, nos remete a entender que no município de Breves/PA este órgão é diretamente responsável pela oferta de emprego e renda à população, mostrando-se, assim, um município com baixa capacidade de gerar receita própria, agregar recursos que venham a dar subsídios para uma melhoria na qualidade de vida do povo brevesense.

Diante do cenário de incertezas que permearam o município de Breves – a partir do final da década de 2000, com o declínio da atividade madeireira e como não houve de imediato

outra atividade que viesse suprir a necessidade da população e garantir emprego e renda à mesma, várias foram as estratégias em garantir a subsistência e geração de renda que se concretizaram e outras gradativamente fortalecidas com intuito de amenizar os problemas com o advento do fechamento das indústrias madeireiras.

A pesca e a agricultura durante a atividade madeireira foram pouco desenvolvidas. Em alguns casos, onde eram vistas como principal fonte renda permaneceram estagnados, pelo fato de que muitas pessoas que trabalhavam como pescadores e agricultores passaram a exercer função em empresas madeireiras desenvolvendo a pesca e agricultura como subsistência familiar.

Atualmente, estas atividades, apesar de poucos e inexistentes investimentos para o seu desenvolvimento, representam a base de sustento de muitas famílias ribeirinhas que agregam os valores obtidos com o pequeno comércio local e com as bolsas assistencialistas.

Sobre a agricultura brevesse, a população urbana sente a falta de alguns produtos, que deveriam ser produzidos na cidade, mas que são produzidos e comercializados com a Região Metropolitana de Belém que fornecem frutas, verduras e hortaliças em alguns dias da semana, isto devido à forma de transporte e distância entre as duas cidades.

Tornam-se necessárias estratégias, por parte dos governantes das diferentes esferas, objetivando a garantia de desenvolvimento tanto das populações locais como do próprio município e que venham a refletir positivamente entre os demais municípios, mas não como no período madeireiro que beneficiava uma minoria e sim estratégias que contemplem uma realidade que tenha base no desenvolvimento socioeconômico e garanta melhores condições de vida.

Da mesma forma, que as estratégias tragam um retorno financeiro célere garantindo a absorção de inúmeros empregos à população. E, resgatando principalmente as atividades tradicionais que ficaram pelas tangentes e hoje com outro status mesmo com a carência de investimentos, é o caso da pesca e da agricultura. O

abandono destas práticas pelo ribeirinho foi provocado pela migração dos mesmos para trabalharem com a atividade madeireira.

É indispensável e fundamental o papel do governo local em estimular o desenvolvimento e o crescimento com distribuição de emprego e renda que venham a dar garantias de melhores condições de vida à população brevense, bem como aplicar maiores investimentos em infraestrutura através de programas e políticas públicas que promovam também a equidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta, discutimos alguns conceitos de análise geográfica que estão hoje entre os conceitos mais debatidos. Neles percebemos a grande importância tanto para a Ciência Geográfica como uma importante ferramenta de compreensão das dinâmicas relacionais que existem no espaço. Logo, a ideia das relações de poder emerge num campo onde os preceitos de diversos autores apresentados nesta caracterizam, assim, a compreensão do território.

Assim como os aspectos políticos, Raffestin (1993) destaca a importância dos aspectos sociais, econômicos e culturais intrinsecados em face o movimento social, ocorrido em vários momentos do contexto histórico do desenvolvimento das técnicas ao discorrer sobre as modificações ocorridas no pensamento geográfico no século XIX, que foram das principais responsáveis pelo surgimento das discussões sobre os diferentes conceitos atribuídos ao de território.

Pensamento determinante para o rompimento da Geografia Política Clássica que, dessa forma, tornou-se uma importante e expressiva contribuição para o conhecimento geográfico sobre tais conceitos acima citados e, principalmente, o Conceito de Território aqui tratado com especificidade. Desta forma, as discussões apresentadas em Raffestin (1993) são extremamente fundamentais na compreensão das relações de poder no âmbito da Ciência Geográfica, bem como para a compreensão do Território.

Independente do tipo de ocupação (planejada ou espontânea) que se está analisando, é importante enfatizar que os estudos futuros serão importantes, visto que a área urbana de Breves vem passando por modificações importantes a que os gestores devem estar atentos como, por exemplo, dos condomínios privados que já vêm se instalando em bairros periféricos aos quais a população, a maioria dos habitantes com baixo poder aquisitivo, não terá acesso.

As discussões como a que se propõe aqui não pretendem esgotar a temática, mas sim, sugerir que, apesar das muitas transformações que vêm ocorrendo em Breves, sejam realizadas mais

pesquisas, no sentido de melhorar a condição de vida dos habitantes impactados.

De fato, a atividade madeireira em Breves foi umas das grandes propulsoras da economia local que se espalhou por outras diferentes escalas, dinamizou outras atividades e que com sua “decadência” representou consideráveis problemas, principalmente o econômico. Contudo, outras atividades, o comércio, a prestação de serviços, o assistencialismo e o funcionalismo público, estão sendo capazes de garantir a subsistência do povo brevesense.

Desde a fundação do município a atividade madeireira mostrou-se como a principal forma de garantia de subsistência das populações residentes em Breves e municípios próximos. No entanto, com o advento e o processo de industrialização das serrarias, Breves ganhou notória expressão em diferentes escalas e, assim, despertou os interesses por parte de diferentes segmentos da sociedade global. Logo, o município figurou entre os principais produtores de madeiras da região amazônica e um dos principais polos do Marajó. A riqueza e diversidade vegetal no “Marajó das florestas” facilitaram a exploração.

Aqui se questiona o processo de reestruturação econômica do município de Breves/PA que diante das legislações ambientais, a qual dissimulou as maneiras de muitos empresários, populações ribeirinhas, entre outros, a ter acesso aos produtos florestais madeireiros mudou a dinâmica econômica, política e social do referido município, resultando na sistematização e fortalecimento de atividades ligadas ao comércio e à prestação de serviços.

O cenário econômico atual do município de Breves é reflexo do período que favoreceu mudanças significativas nos diversos âmbitos da sociedade brevesense, resultantes da produção florestal madeireira. Mas, ao contrário do que muitas pessoas pensavam, a atividade madeireira não trouxe tantos benefícios para a população local.

A atividade inegavelmente transformou o espaço urbano brevesense, possibilitou ofertas de empregos, contudo, um espaço que não fora planejado, nem visto por governantes que podem ter feito “vista grossa” para os problemas que pouco a pouco foram surgindo nos arredores de uma das principais empresas madeireiras

e que, com o passar do tempo, transcendeu tais problemas indo em direção aos demais bairros da cidade. A violência é um deles e está sendo uma das grandes mazelas que vem causando grandes preocupações em todos os segmentos da sociedade brevense.

Não podemos dizer que a “herança” transmitida deste período, marcado por grandes volumes de madeiras que eram exportadas, refletiu em todos os madeireiros, pois alguns conseguiram construir uma base que, lhes rendessem emprego e renda, outros passaram a exercer outra atividade comercial.

Quanto ao crescimento populacional brevense, mesmo tendo inúmeras migrações rumo às capitais próximas ao município, principalmente Macapá, no Amapá, com o declínio da atividade madeireira não representou redução quanto ao seu crescimento populacional, como se observa na Figura 11, onde num período entre o censo de 2000 a 2010, segundo o IBGE, a população de Breves apresentou um crescimento de mais de 12 mil habitantes, para o período que representou incertezas em virtude do aumento de desempregos provocados pelo fechamento de empresas madeireiras.

Isto nos remeteu a concluir que durante a atividade madeireira em Breves-PA não houve crescimento econômico nem melhores condições de vida para a grande maioria das pessoas que trabalhavam como servidores, não houve a dinâmica comercial que, hoje, podemos constatar. A atividade madeireira serviu para enriquecer uma minoria e fazer que muitos trabalhassem apenas para subsistir.

Com isto, podemos analisar que no período atual, destacam-se o comércio, as prestações de serviços, o assistencialismo e o funcionalismo público, dinamizando grandemente a economia brevense, possibilitando perceber que os padrões de vida da população mudaram significativamente. O município passa a ter uma arrecadação díspare em relação ao período em que predominaram as empresas madeireiras. Com isso, podemos perceber alguns investimentos em infraestrutura, saneamento básico e segurança pública, mas ainda muito deficitários. Falta apoio por parte do Governo em outras atividades produtivas, como a agricultura, a pecuária ou a piscicultura, que poderiam substituir a mão-de-obra ociosa

que ficou como órfã da atividade madeireira. Desse modo, é notória a ausência de políticas públicas eficazes como alternativas de subsistência para o brevense marajoara.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, J.A.A.; BRISKIEVICZ, M; MEIRA, S.G. Territorialidade e temporalidade, In: SAQUET, M. A (Org). **Estudos Territoriais na Ciência Geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 75 -90.
- BREVES, 2001.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios)
- _____, **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro; Garamond, 2009.
- _____, **Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados: Dossiê Amazônia Brasileira**, São Paulo, n. 53, jan./abr. 2005.
- _____, **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- Breves, Prefeitura Municipal de Breves. **Breves em breves palavras**. Breves-PA, 1986.
- CAETANO, Vivianne Nunes da Silva. **Educação do Campo em Breves/PA: prática pedagógica em classe multiseriada**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.
- CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 2, 2005, p. 5-39.
- _____. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteiras. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 10, n. 2, 2007, p. 105-126.
- CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém, 2014. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, n.1, v.01, jan./jun. 2014, p 186-204.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**. Conheça os diferentes tipos de estabelecimentos penais. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79914-conheca-os-diferentes-tipos-de-estabelecimentos-penais>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

CORRÊA, R. L. **O Espaço urbano**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).

CRISTO, A. C. P. **Cartografias da educação na Amazônia rural ribeirinha**: estudo do currículo, imagens, saberes e identidade em uma escola do Município de Breves/Pará. 2007. 165p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

CRISTO, A. C. P. de; LEITE NETO, F. C.; COUTO, J. de J. Educação rural ribeirinha marajoara: Desafios no contexto das escolas multisseriadas. In: HAGE, S. M. (Org.). **Educação do campo na Amazônia**: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg, 2005, p. 114-131.

FEARNSIDE, P. **A floresta amazônica nas mudanças globais**. Manaus: Editora INPA, 2003.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS, FAPESPA. **Dados sobre vínculo empregatícios no comércio e serviços em Breves-PA**. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2017/tabelas/social/mercado_de_Trabalho/tab>. Acesso em: 10 de jul. 2017.

GALUPPO, S. C.; CARVALHO, J. O. P. de. **Ecologia, manejo e utilização da Virola surinamensis Rol.** (Warb.). Documentos, n.74. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001. 2001. 38p (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, n. 74, 2001).

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Concepções de Território para Entender a Desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB, 2002a, p. 17-38.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói/São Paulo: Ed. UFF/Contexto, 2002b.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004a.

_____. **O mito da Desterritorialização**: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano 11, n. 17, Rio de Janeiro, mar. 2007, p. 19-44.

_____. **O Mito da Desterritorialização** – do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2016.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, set. 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/74>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

HAESBAERT, R.; RAMOS, M. T. O mito da desterritorialização econômica. **Geographia**, ano 6, n. 12, 2004, p. 25-48.

HUMMEL, A. C.; ALVES, M. V.; PEREIRA, D.; VERÍSSIMO, A.; SANTOS, D. **A atividade madeireira na Amazônia brasileira**: produção, receita e mercados. Serviço Florestal Brasileiro, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Belém, PA; Serviço Florestal Brasileiro (SFB); Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), 2010.

HURTIENE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n 1, Belém, jun. 2005, p. 19-71.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Cidades**: Pará-Breves. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150180&search=para|breves>>. Acesso em: 10 de out. 2015.

_____. **Censo demográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

LEÃO, D. do S. de S. **O porto em narrativas**: experiências de trabalhadores, moradores e frequentadores da área portuária de Breves-PA (1940-1980). 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

LIMA, N. L. de. **Saberes culturais e modos de vida de ribeirinhos e sua relação com o currículo escolar**: um estudo no

município de Breves/PA. 2011. Dissertação. Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

LOPES, W. de J. F. **Profissionalidade docente na educação do Campo**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

MACHADO, L. O. O controle intermitente do território amazônico. **Revista Território**, 1(2), 1997.

MARGULIS, S. **Causas do desmatamento da Amazônia brasileira**. Brasília: Banco Mundial, 2003.

MENEZES, M. de N. A.; GUERRA, G. A. D. Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre as fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias. **Cadernos de Ciências & Tecnologia**, v.15, n.3, Brasília, set/dez, 1998, p. 123-145.

MORAES, A. C. R. (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ed. Ática, 1990. (Coleção Grandes Cientistas Sociais n° 59)

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, Secretaria de Comércio Exterior. **Dados sobre empresas exportadoras e importadoras de madeiras**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/empresas-brasileiras-exportadoras-e-importadoras>>. Acesso em: 10 jul. de 2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Estabelecimentos penais**. Disponível em:

<www.mj.gov.br/data/pages/mjd574e9ceitemidab2ef2d92825476e8516e63c78fc7c4cptbrie.hm>. Acesso em: 04 abr. 2017.

OLIVEIRA, H. S. de; Estudo de caso no município de Breves: da desestruturação produtiva ao risco social (2000-2010) IN SILVA, J. M. P. da; SILVA, C. N. da; CHAGAS, C. A. N. (Org.). Geografia, segurança pública e ordenamento territorial. 1. ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2014. p. 103-128

OLIVEIRA, I. A. de.; FRANÇA, M. do P. S. G. de S. A. de.; SANTOS, T. R. L. dos. (Orgs). **Educação em classes multisseriadas na Amazônia**: singularidades, diversidade e heterogeneidade. v. 1 e 2. Belém: EDUEPA, 2011.

- OLIVEIRA, M. M. de. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos: Editora Scienza, 2016.
- PALHETA DA SILVA, J. M. **Poder, governo e território em Carajás**. 2004. 198f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- PORTAL TRANSPARÊNCIA, Governo do Estado do Pará. **Dados sobre arrecadação de impostos, ISS**. [Breves] 2017. Disponível em: <<http://pa.transparencia.gov.br/tem/Breves/receitas/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- PORTAL TRANSPARÊNCIA, Prefeitura Municipal de Breves. **Quadro quantitativo por tipo de cargo**. [Breves] 2018. Disponível em : <https://www.breves.pa.gov.br/transparencia/>. Acesso em: 07 de jul. 2018.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. Espaço, território e territorialidade. Tradução de Samuel Butler A. **Páginas da Sociedade e do Espaço 2012: Meio Ambiente e Planejamento**, Volume 30, 2012, p. 121-141.
- SACK, R. D. **Humanterritoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTANA, A. C. A indústria madeireira do Estado do Pará: análise da competitividade. **Novos Cadernos NAEA**, v. 4, n. 2, Belém, 2001, p. 83-114.
- SANTOS, D. B. dos; MARIN, R. E. A. Economia Madeireira no Pará: análise da regulação a partir dos autos de infrações de flora. **Estudos Sociedade e Agricultura**, abril de 2016, vol. 24, n. 1, p.263-286. ISSN 1413-0580.
- SANTOS, F. J. S. dos; MOURA, T. V. Políticas educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas. In: ANTUNES-SANTOS, C. de O. dos; GAMA, V. M. **Relatório da Coordenação Pedagógica de Educação do Campo - SEMED – Breves**. Breves/Pará, 2008. (Não publicado).

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec. 1994.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M. et. al. (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p.15- 20.

_____. **Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.

SAQUET, M. A. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. (Org). *Produção do espaço e redefinições regionais*: a construção de uma temática. Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP/GASPERR, 2005, p. 35-51.

_____. Proposições para estudos territoriais. **Geografia**, n. 15, 2006, p. 71-85.

_____. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, n. 43, v. 22, 2007, p. 55-76.

_____. **Abordagens e concepções sobre território**. 4. ed. São Paulo: Outras Expedições, 2015a.

_____. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015b, p. 12-13.

_____. **Abordagens e concepções sobre território**. 4. ed. São Paulo: Outras Expedições, 2015c.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, Presidente Prudente, 2009, p. 03-16.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, ano 10, v. 2, n. 18, 2º semestre de 2008, p. 24-42.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BREVES, SEMED. **Censo Escolar**. Breves-Pará: SEMED, 2010-2011.

SILVA, C. N. da. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Ituquara, Breves – PA**. 2006. Dissertação (Mestrado

em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

_____. Ocupação humana e modo de vida na Amazônia. **Revista Vivência**. Natal: UFRN/CCHLA, 2008.

_____. **Percepções geográficas**: educação, sociedade e meio ambiente na Amazônia. Belém: GAPTA/UFPA, 2014.

SILVA, F. C. da; AMIM, M. M.; NUNES, S. F. Sustentabilidade dos municípios e vulnerabilidade regional no Estado do Pará: A ilha do Marajó e a região polarizada pelo município de Breves. In: SILVA, F. C. da; AMIM, M. M.; NUNES, S. F. (Org.). **Sustentabilidade dos Municípios da Amazônia**. Vol. 4. Belém: Editora do NAEA-UFPA, 2015, p. 294.

SISP, DEPOL DE BREVES. **Dados sobre as ocorrências policiais do município de Breves**. Breves: DEPOL, 2017.

SOUZA, M. J. L. de. O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VERISSIMO, A.; LIMA, E.; LENTINI, M. **Polos Madeireiros do Estado do Pará**. Belém: Imazon, 2002.

VIEIRA, G. C. S.; SILVA JÚNIOR, S. L. da; SILVA, J. M. da; SILVA, F. N. da; CHAGAS, C. A. N. Geografia do crime: Uma análise espacial sobre a criminalidade no bairro do Jaderlândia - Castanhal-PA. **Boletim Amazônico de Geografia**, v. 03, n. 05, Belém, jan./jun. 2016, p. 24-48. ISSN: 2358-7040 - online.

Sobre o Autor

Possui graduação em Licenciatura plena em Geografia (UFPA). É especialização em Geografia da Amazônia pela Faculdade São Marcos (FASAMAR) e em Geoprocessamento e Ordenamento Territorial (FASAMAR). Tem Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA) e é servidor do sistema público de ensino de Breves. Possui diversos artigos que tratam sobre a dinâmica territorial do espaço geográfico marajoara.

Todos os direitos reservados
GAPTA UFPA

Contatos: cnsgeo@yahoo.com.br